

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**INCLUSÃO SOCIOESPACIAL DE COMUNIDADES POBRES:**  
**Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar**  
**Bairro do Recife - PE**

**NANCY SIQUEIRA NERY**

**RECIFE**

**Março/ 2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**INCLUSÃO SOCIOESPACIAL DE COMUNIDADES POBRES:**  
**Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar**  
**Bairro do Recife - PE**

Dissertação de Mestrado  
Nancy Siqueira Nery  
Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura Castilho

RECIFE  
**Março/ 2012**

Catálogo na fonte  
Bibliotecário Tony Bernardino de Macedo, CRB4-1567

N455i Nery, Nancy Siqueira.  
Inclusão socioespacial de comunidades pobres: programa de requalificação urbanística e inclusão social da Comunidade do Pilar, Bairro do Recife- PE/ Nancy Siqueira Nery. – Recife: O autor, 2012.  
122f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura Castilho.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.  
CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2012.  
Inclui bibliografia.

1. Geografia. 2. Inclusão socioespacial. 3. Comunidade do Pilar, Recife - PE 4. Requalificação urbanística. 5. Conservação histórico cultural. I. Castilho, Cláudio Jorge Moura (Orientador). II. Título.

910 CDD (22. ed.)

UFPE (CFCH2012-118)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA

**INCLUSÃO SOCIOESPACIAL DE COMUNIDADES POBRES:**

**Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar no  
Bairro do Recife PE**

Dissertação apresentada por Nancy Siqueira Nery à Coordenação do  
Mestrado em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura Castilho,  
para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Banca examinadora:

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Jorge Moura Castilho

---

1º Examinador:

Professora Dra. Norma Lacerda Gonçalves

2º Examinador:

Prof. Dr. Mauro Normando Macedo Barros Filho

---

Suplentes:

Profa. Dra. Luciana Santiago Costa (externo)  
Profa. Dra. Katia Cristina Ribeiro Costa (interno)

Recife,  
**Março/ 2012**

### **Dedicatória**

Dedico este trabalho aos moradores da Comunidade do Pilar

## **Agradecimentos**

Primeiramente a **Deus**, pela sua infinita misericórdia; eu creio que sem a sua permissão eu não teria superado tanta adversidade.

Aos meus queridos pais: **Vilma e Marcos**, por sua imensa bondade e por acreditarem sempre, incondicionalmente, nos meus sonhos.

Ao meu amado marido **Manoel**, pela sua paciência e capacidade de abdicar da minha companhia, sem egoísmos e com muita compreensão.

Ao nosso amado filho **Lucas**, razão maior da minha luta constante por uma sociedade mais justa e igualitária.

Aos meus irmãos **Adriana e Henrique**, pelo companheirismo que apenas se pode esperar dos irmãos.

A minha amiga, irmã e comadre **Ana Maria da Costa** que sempre esteve presente e compartilhou de todos os momentos da minha vida.

Ao meu querido professor orientador **Cláudio Jorge Moura de Castilho** pela sua sabedoria, dedicação, entusiasmo e pela crença na nossa capacidade, enquanto estudiosos, de contribuir com as transformações da sociedade.

Aos meus amigos. Aos meus colegas de trabalho na Faculdade ESUDA e na Prefeitura do Recife, em especial a Ex-diretora de Urbanismo Professora **Norma Lacerda** que me introduziu na reflexão acerca do papel da gestão pública municipal nos destinos da cidade. Aos meus colegas do PPGEIO e aos meus colegas do MSEU.

Finalmente a todos os meus alunos que no andar das nossas vidas, vez ou outra, inventem-se nos ensinamentos.

## Resumo

Este trabalho investiga as possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores da comunidade do Pilar, no bairro do Recife-PE, onde estão assentados desde a década de 1970. Essa investigação é feita a partir da implantação do “Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar” (PRUISCP), em execução pela gestão municipal desde 2010, com recursos do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Governo Federal. Historicamente, vários lugares da área central do Recife, considerados como áreas de preservação histórica e cultural, já vivenciaram inúmeras intervenções em nome da modernização e da qualificação urbana, mas, muitas delas resultaram em intervenções de caráter seletivo e excludente. Por isso é que foram considerados os vários interesses que permeiam essas ações, muitas das quais acirram conflitos entre a preservação/conservação do patrimônio histórico cultural, a valorização territorial e a inclusão socioespacial de comunidades pobres. Os conceitos de requalificação urbana e preservação de patrimônio histórico e cultural, neste trabalho, serão considerados e levados em conta as suas possibilidades de contribuir na inclusão socioespacial dos pobres, especificamente dos moradores da Comunidade do Pilar para o quê, foram investigadas e analisadas as ações de intervenção propostas e em aplicação. Na discussão do tema, consideraram-se dois casos de intervenção urbana em lugares distintos: Bolonha (Itália) e Salvador (Bahia) que, apesar das suas diferenças, guardam grandes semelhanças nos objetivos, enquanto processo de inclusão ou exclusão socioespacial de comunidades pobres em área de preservação histórica. Metodologicamente os estudos são fundamentados a partir dos conceitos relativos à inclusão socioespacial e a segregação territorial, sendo considerada a desigualdade econômica como fator determinante para a exclusão social nas cidades brasileiras. Também como instrumento metodológico de análise foi caracterizada a Comunidade do Pilar: seus moradores e seu espaço de moradia, desde seu surgimento na década 1970 à sua consolidação urbana. Por fim, apresentou-se o resultado da pesquisa com os moradores, que foi feita a partir de observações e entrevistas e analisou-se o “Programa de requalificação urbanística e inclusão social da Comunidade do Pilar” com a caracterização dos seus componentes: incluir o espaço ocupado, enquanto território, a malha urbana “formal” da cidade; incluir os seus moradores às redes sociais, econômicas e culturais existentes e conservar o patrimônio histórico construído, integrando-os às novas construções. Contudo, a questão central deste trabalho consiste em averiguar a capacidade do PRUISCP, enquanto intervenção urbana, em criar as condições efetivas à inclusão social do território ocupado e de seus moradores à cidade.

**Palavras chaves:** Comunidade do Pilar, inclusão socioespacial, Requalificação urbanística, conservação histórica cultural.

## Abstract

This work investigates the possibilities of including socio-residents of the community of Pilar, in the neighborhood of Recife-PE, which are settled since the 1970s. This research is made from the implementation of the program "Urban Renewal and Social Inclusion Community Pillar" (PRUISCP), implemented by the municipal administration since 2010, with funding from the Growth Acceleration Program, (PAC) of the Federal Government. Historically, various places in the central area of Recife, considered as areas of historic preservation and cultural, have experienced many interventions on behalf of urban modernization and qualification, but many of these interventions resulted in selective and exclusionary character. That is why we consider the various interests that underlie these actions, many of which accelerate conflicts between preservation / conservation of cultural heritage, appreciation territorial and sociospatial inclusion of poor communities. The concepts of urban renewal and preservation of historical and cultural heritage, this work will be studied considering their possibilities of contributing to the inclusion of the poor, specifically the residents of the Community Pillar for what was investigated and analyzed the actions and proposals for action in application. In discussing the theme we consider two cases of urban intervention, in different places: Bologna (Italy), Salvador (Bahia), which despite their differences, hold great similarities in the objectives, a process of inclusion or exclusion of poor communities in socio-area historic preservation. Methodologically the studies are based on concepts from the social special inclusion and territorial segregation, economic inequality is considered as a determining factor of social exclusion in cities. Also as a methodological tool of analysis was characterized **Community Pillar**, its inhabitants and their living space, in the decade since its inception in 1970 to its urban consolidation. Finally, we present and analyze the "urban redevelopment program and inclusion of the Community Pillar" with the characterization of its components, including the space occupied, as a territory, in the urban "formal" city, its residents include the social, economic and cultural ties and conserve the historic built integrating them with new buildings. However, the central question of this paper is investigate the ability of PRUISCP, while urban intervention, in creating the conditions conducive to the social inclusion of the occupied territory and its residents to the city.

Keywords: Pillar Community, social spatial inclusion, urban requalification, cultural historic preservation.

### **Epígrafe**

Só há um tipo de verdadeiro desenvolvimento: o desenvolvimento do homem. O homem fator de desenvolvimento, o homem beneficiário do desenvolvimento. É o cérebro do homem a fábrica de desenvolvimento. É a vida do homem que deve desabrochar pela utilização dos produtos postos à sua disposição pelo desenvolvimento. **Josué de Castro**

## Lista de Ilustrações

Figura 01	Localização das “portas da terra, da balsa e do mar” e da área denominada “fora de portas”.	18
Figura 02	Configuração da área “Fora de portas” em 1766, século XVIII	19
Figura 03	“Fora de Portas” no século XIX	19
Figura 04	Rua do Comércio “Porta da terra” no século XX	20
Figura 05	Rua de São Jorge “Fora de portas” meados do século XX	20
Figura 06	Igreja do Pilar antes da construção da fábrica do Pilar s/d	20
Figura 07	Marco Zero antes da Reforma	20
Figura 08	Rua do Brum, Comunidade do Pilar.	21
Figura 09	Rua Edgar Werneck. Comunidade do Pilar.	21
Figura 10	Moradias de madeira - Comunidade do Pilar.	23
Figura 11	Palafitas - Comunidade Caranguejo Tabaiães- Recife - PE	23
Figura 12	Moradias no morro- favela da Rocinha –Rio de Janeiro	24
Figura 13	Favela Abençoada por Deus. Recife-PE	24
Figura 14	Foto aérea da Comunidade do Pilar, ao fundo o Porto e o Pólo Bom Jesus	28
Figura 15	Rua de São Jorge s/n Comunidade do Pilar - Bairro do Recife	28
Figura 16	Av. Bernardo vieira de Melo-S/N. Comunidade do Pilar - Bairro do Recife depois das demolições para implantação do PRUISCP	28
Figura 17	Rua do Brum nº 132, Bairro do Recife	28
Figura 18	Imagem de satélite – Locação da Comunidade do Pilar	30
Figura 19	Torres e Arcos do centro de Bolonha-Itália	31
Figura 20	Torres e Arcos do centro de Bolonha-Itália	31
Figura 21	Delimitação do centro de Bolonha-Itália	33
Figura 22	Vista panorâmica das edificações de uso habitacional, comercial e serviços da cidade de Bolonha	35
Figura 23	Vista dos pátios e corredores públicos do centro de Bolonha-itália	36
Figura 24	Vista dos pátios e corredores públicos do centro de Bolonha-itália	36
Figura 25	Vista dos pátios e corredores públicos do centro de Bolonha-itália	36
Figura 26	Praça da Sé – Pelourinho -Bahia	41
Figura 27	Largo do Pelourinho - Bahia	41
Figura 28	Descida para o Largo do Pelourinho - Bahia	41
Figura 29	Praça Rio Branco - Av. Rio Branco ao fundo - início do séc. XX	47
Figura 30	Sobrados recuperados na Rua do Bom Jesus	51
Figura 31	Mapa do Plano de revitalização urbana do Bairro do Recife -1998	52

Figura 32	Rua de São Jorge com as quadras já sem as edificações	54
Figura 33	Tipos de habitação no Pilar	55
Figura 34	Tipos de habitação no Pilar	55
Figura 35	Tipos de habitação no Pilar	55
Figura 36	Tipos de habitação no Pilar	55
Figura 37	Comunidade do Pilar e a área de entorno	56
Figura 38	Ruínas da área do Pilar	58
Figura 39	Igreja do Pilar	58
Figura 40	Igreja do Pilar	58
Figura 41	Estrutura de fundação do PRUISCP	59
Figura 42	Estrutura de fundação do PRUISCP	59
Figura 43	Imagem de satélite com os bairros da área central, no entorno do Polo Pilar	61
Figura 44	Quadra 40, objeto do acordo entre os governos	63
Figura 45	Projeto apresentado nas quadras objeto do acordo	64
Figura 46	Nomenclatura das quadras do Programa	65
Figura 47	Planta de locação do PRUISCP	66
Figura 48	Perspectiva do conjunto edificado do PRUISCP	68
Figura 49	Quadra 45 em perspectiva, no trecho voltado para a lateral da Igreja	68
Figura 50	Quadra 45 em perspectiva, no trecho voltado para a lateral da Igreja	68
Figura 51	Perspectiva dos blocos da quadra 46	69
Figura 52	Perspectiva dos blocos da quadra 46	69
Figura 53	Praça e a perspectiva virtual visada para Igreja do Pilar	69
Figura 54	Maquete virtual da Igreja do Pilar	70
Figura 55	Ruínas da quadra 60	70
Figura 56	Desenho virtual do Mercado	70
Figura 57	Desenho da unidade habitacional	71
Figura 58	Educação Patrimonial, no barracão da obra	76
Figura 59	Educação Patrimonial, no barracão da obra	76
Figura 60	Os técnicos da Prefeitura/CTC/ IPHAN apresentando os ofícios do restauro.	77
Figura 61	As crianças da Comunidade no Interior da Igreja	77
Figura 62	Ocupação dos espaços comuns no Conjunto habitacional Casarão do Cordeiro- Recife PE	82
Figura 63	Ocupação dos espaços comuns no Conjunto habitacional Casarão do Cordeiro- Recife PE	82

Figura 64	Ocupação dos espaços comuns no Conjunto habitacional Casarão do Cordeiro- Recife PE	82
Figura 66	Ocupação dos espaços comuns no Conjunto habitacional Casarão do Cordeiro Recife	82
Figura 67	Organograma de gestão do PRUISCP Recife	87
Figura 68	Reunião na Comunidade	91
Figura 69	Reunião na Comunidade	91
Figura 70	Momento em que uma família faz sua mudança do local	
Figura 71	1° Fórum de desenvolvimento econômico	
Figura 72	2° Fórum de desenvolvimento econômico	
Figura 73	Reunião da comissão de obra no barracão da obra	

### Quadros

Quadros 1	Níveis de educação e renda de seis bairros das RPA1	60
Quadros 2	Síntese do cadastro socioeconômico	62

### Lista de Abreviaturas e siglas

PRUISCP	Programa de requalificação urbanística e inclusão social da comunidade do Pilar
PAC	Programa de aceleração de crescimento
PR	Prefeitura do Recife
IPHAN	Instituto do Patrimônio histórico artístico nacional
A.C	Antes de Cristo
CI	Conservação integrada
PCI.	Partido Comunista italiano
UNESCO	Organização das nações unidas para a educação a ciência e a cultura
IPAC	Instituto do patrimônio artístico e cultural
FPACBA,	Fundação do Patrimônio artístico e cultural da Bahia
IDH	Índice de desenvolvimento humano
SEPLANTEC	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
CONDER	Companhia de desenvolvimento urbano do Estado da Bahia
PRBR	Plano de revitalização do bairro do Recife
PPSH	Plano de preservação de sítios históricos
ZEP	Zona Especial de Preservação
FIDEM	Agencia estadual de Planejamento e pesquisa de Pernambuco
SEBRAE	Serviço brasileiro de apoio a micro e pequena empresa

PORTOBRAS	Porto do Brasil
CEF	Caixa econômica federal
CESURB	Companhia de serviços urbanos do Recife
PRBR	Plano de revitalização do Bairro do Recife
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PTTS	Plano de trabalho técnico social
URB	Empresa de urbanização do Recife
DPPC	Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural
CTC	Centro de trabalho e cultura
GT	Grupo de trabalho
SECULT	Secretaria de cultura
SEHAB	Secretaria de Habitação
SSP	Secretaria de serviços públicos
SCTDE	Secretaria de ciência tecnologia e desenvolvimento econômico
SEEL	Secretaria de educação esporte e lazer
SAS	Secretaria de assistência social
SS	Secretaria de saúde
SDHS	Secretaria de direitos humanos e sociais
IASC	Instituto de assistência sócia e comunitária
CEMEI	Centro municipal de educação infantil
UNIBASE	Unificação de bases cadastrais

## Sumário

<b>Resumo</b>		
<b>Abstract</b>		
<b>Epígrafe</b>		
<b>Lista de ilustrações</b>		
<b>Lista de quadros</b>		
<b>Lista de siglas e abreviaturas</b>		
<b>Sumário</b>		
<b>Introdução</b>		<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>1. Abordagem teórica</b>	<b>20</b>
	1.1 O Processo de configuração espacial do bairro do Recife e as áreas pobres	<b>20</b>
	1.2 Segregação territorial e exclusão social espacial	<b>25</b>
	1.3 Experiências metodológicas – Estudos de caso	<b>34</b>
	1.3.1 Bolonha - Itália	<b>34</b>
	1.3.2 Salvador - Bahia	<b>40</b>
	1.3.3 Reflexão sobre as experiências metodológica e o Plano de revitalização do bairro do Recife	<b>47</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	<b>2. Caracterização do objeto de estudo</b>	<b>49</b>
	2.1 O bairro do Recife e algumas experiências dos planos urbanísticos	<b>49</b>
	2.2 Da Favela do rato à comunidade do Pilar	<b>56</b>
	2.3 O plano de requalificação urbanística e Inclusão social da comunidade do Pilar - PRUISCP	<b>66</b>
<b>CAPÍTULO III</b>	<b>3. Estudo analítico do plano</b>	<b>76</b>
	3.1 Metodologia de implantação do PRUISCP	<b>76</b>
	3.2 Modelo de gestão da implantação do PRUISCP	<b>88</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>4. As possibilidades de inclusão socioespacial do plano</b>	<b>95</b>
	4.1 Apresentação dos resultados da pesquisa de campo	<b>95</b>
	4.2 Identificação e caracterização dos desafios no processo de implantação do PRUISCP (2001 a 2011)	<b>106</b>

	4.3	As expectativas sobre o planejado e o vivido	<b>109</b>
<b>Conclusão</b>			<b>112</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>			<b>116</b>
<b>Anexos</b>			<b>122</b>
		Anexo 1 Plano de trabalho técnico social	
		Anexo 2 Projeto “onde vou Morar”?	
		Anexo 3 Portaria nº 385 de 21 de Fevereiro de 2011 o Grupo de trabalho –GT Pilar	
		Anexo 4 – Modelo da entrevista	

## Introdução

Esta dissertação analisa as possibilidades atuais de inclusão socioespacial dos moradores da Comunidade do Pilar com a implantação de um programa de requalificação urbanística. Esses moradores vivem num trecho do Bairro do Recife denominado Polo Pilar<sup>1</sup>. Trata-se de uma área resultante do processo de expansão do Porto Recife com algumas ruínas e que foi ocupada gradativamente por esses novos moradores desde os anos de 1970.

A análise é feita a partir das propostas do Plano de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRUISCP), em 2002, plano idealizado para o lugar e inserido no contexto da revitalização do bairro do Recife.

O PRUISCP constitui uma intervenção municipal numa área que, até o ano 2000, era chamada de Favela do Rato e que depois, por decreto, recebeu o nome de Comunidade Nossa Senhora do Pilar. As obras dessa intervenção são financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e possui como principais componentes, segundo a Prefeitura do Recife (PR) em 2007, a Inclusão Socioespacial, a Requalificação Urbanística e a Valorização do Patrimônio Histórico Cultural.

O processo de revitalização de áreas urbanas centrais<sup>2</sup>, notadamente aquelas de valor histórico e cultural, tem sido objeto de vários debates e investigações por parte das instituições governamentais e não governamentais, no que diz respeito ao seu papel na construção da diversidade social. Alguns desses processos consideram, inclusive, a necessidade de proporcionar a inclusão de camadas sociais mais pobres e moradores do próprio lugar. Mas, são raras as experiências com ações, de fato, promotoras de inclusão socioespacial dos habitantes pobres existentes nessas áreas.

---

<sup>1</sup> Denominação segundo o Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR – 1993) que dividiu o bairro em setores e polos de acordo com as demandas e especificidades dos espaços. O Polo Pilar tem essa denominação por comportar em sua área a Igreja do Pilar, um Bem tombado pelo patrimônio histórico Federal - IPHAN.

<sup>2</sup> Área central é para Corrêa (1989:38) o lugar onde se concentram as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e onde estão os terminais de transporte inter-regional e intra-urbano.

Por considerar essas premissas, nesta dissertação, aprofunda-se o debate fundamentado nos conceitos de *segregação territorial* e *inclusão socioespacial*, tomando a lógica global da desigualdade econômica como fator determinante para a exclusão social em áreas urbanas brasileiras. Com base no conceito de requalificação urbana e sua aplicação em áreas de preservação histórica, investiga-se a possibilidade dessa modalidade de intervenção específica, de se constituir num componente que colabore com a perspectiva do direito à cidade pelas camadas socioeconômicas mais vulneráveis. Para tanto, são também incorporados à análise os conceitos de *pobreza urbana*, de *áreas pobres* e de *segregação territorial*, como destaca o texto abaixo:

Embora a questão da desigualdade e falta de equidade na distribuição dos benefícios da urbanização estejam presentes no debate internacional, há uma forte ênfase na questão da separação de grupos sociais e da homogeneidade social das várias partes da cidade, estruturadas especialmente pela etnia e pela raça. Geralmente a segregação nas cidades brasileiras é semelhante, com a pobreza tendendo a ser altamente concentrada em termos espaciais. No Brasil a ênfase da literatura sempre esteve mais na existência de desigualdades e injustiças na distribuição de renda e dos serviços públicos do que na separação de grupos sociais. (TORRES, 2000, p.100)

A questão central desta investigação refere-se, portanto, às possibilidades das intervenções estabelecidas pelo Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar (PRUISCP), no sentido de criar as condições necessárias à inclusão socioespacial dos moradores do lugar<sup>3</sup>. Inclusão que, neste trabalho, é, portanto o oposto de exclusão<sup>4</sup>.

Assim, a inclusão socioespacial está aqui entendida como o desenvolvimento das pessoas a partir de seu acesso efetivo à condição de cidadãos na cidade. Para se alcançar esse desenvolvimento deve-se, ao mesmo tempo, questionar a lógica atual dos processos de requalificação em áreas urbanas centrais de valor histórico cujo objetivo, aparentemente nobre, vem carregado de preconceitos e suas ações apresentam-se fortemente seletivas e excludentes. Alguns interesses e conflitos

---

<sup>3</sup> Lugar aqui é compreendido e considerado como uma totalidade socioespacial a qual, de acordo com Milton Santos (1987), constitui um ponto de encontro, aproximação e coexistência de horizontalidades e verticalidades em permanente processo de construção.

<sup>4</sup> Baseado no trabalho de Aldaiza Sposati Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social – 2000: “Considero que o conceito de exclusão social, hoje, se confronta diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e da cidadania. A exclusão é a negação da cidadania;

pertinentes à temática foram postos em análise neste trabalho, sendo avaliada sua compatibilização e sustentação enquanto decisão política pela inclusão socioespacial.

Levanta-se, desse modo, a hipótese de que o PRUISCP está sendo, de fato, implantado numa perspectiva de se promover a conquista de saltos na direção da inclusão socioespacial. Porém, considera-se a sua difícil realização, sob o contexto do desenvolvimento geográfico desigual capitalista.

Os conceitos acerca de requalificação urbana e preservação de patrimônio histórico e cultural serão considerados enquanto sua capacidade de contribuir na inclusão dos moradores da Comunidade do Pilar na malha urbana do bairro do Recife. O território do bairro do Recife possui um perímetro tombado que possui inúmeros imóveis com condições diferenciadas de preservação.

Ainda para contribuir com a investigação acerca de requalificação urbana em áreas de preservação histórica com moradores pobres, foram analisados dois casos de intervenção urbana em dois lugares distintos: Bolonha (Itália), na década de 1960, idealizada por Pier Luigi Cervellati - considerado um programa pioneiro por implantar a proposta de inclusão socioespacial de pobres numa área de preservação histórica e Salvador (Bahia), com a revitalização do Pelourinho, na década de 1990, proposta pelo governo do Estado enquanto dinamização econômica do lugar.

Os dois exemplos supracitados, apesar de apresentarem uma significativa diferença em termos de escala com relação à Comunidade do Pilar, guardam significativas semelhanças quanto aos seus objetivos enquanto processo de inclusão e/ou exclusão socioespacial de pobres em áreas de expressivo valor imobiliário por razões diversas, dentre as quais se destaca o patrimônio construído.

Com a intenção de melhor compreender a área estudada será apresentada a caracterização da Comunidade do Pilar, dos seus moradores e dos seus espaços de moradia, desde a sua constituição na década de 1970 e a sua evolução urbana até dezembro de 2011, ainda com o PRUISCP em execução.

O Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar é apresentado, neste trabalho, com as suas propostas de implantação, incluindo os projetos que o compõem tais como: o projeto arquitetônico, o urbanístico e o de desenvolvimento econômico e social. Será investigado, nesses projetos, o caráter das propostas e das intervenções enquanto ações capazes de incluir o espaço ocupado, enquanto território, à malha urbana da cidade e os seus moradores às redes sociais, econômicas e culturais existentes. O que será confrontado com as impressões e perspectivas dos moradores da Comunidade em relação ao Programa.

Para identificar as impressões e as perspectivas dos moradores utilizou-se da técnica de observação participativa, considerada como uma coleta de dados para conseguir informações sob determinado aspecto da realidade, com a integração do investigador ao grupo investigado segundo LACATOS (1996 p.79), e COSTA (1987) apud QUAREMA, 2005 p.71 )

Para a análise dessa pesquisa foi adotada como abordagem científica a compreensão; trata-se de uma concepção fenomenológica que busca compreender e interpretar os sentidos e os significados dos fenômenos estudados. Segundo GRUBITS (2004, p. 99), a compreensão é o modo de conhecimento próprio das ciências humanas, pois, por meio dela, se pode apreender, entender e interpretar a gama de significados e valores contidos na experiência humana. É oportuno destacar que as características do meio (contexto onde se realizam as ações) permitem aos sujeitos uma leitura que pode influenciar na compreensão do objeto de estudo. É exatamente nessas entrelinhas da leitura feita pelos sujeitos da pesquisa onde se busca compreender a aceitação da intervenção urbana enquanto facilitadora para que haja a inclusão socioespacial.

Essa investigação, de natureza qualitativa, não possui regras metodológicas fixas, pois utiliza a palavra como material básico. O exame interpretativo incorrerá num raciocínio dialético que permite, a partir das descobertas, flexibilidade para novas apreensões. Desse modo, essa análise é apenas um ponto de vista, um enfoque diante de tantas outras possibilidades.

**Este** trabalho está desenvolvido em quatro capítulos, o primeiro trata da abordagem teórica em três subitens: (i) o processo de configuração espacial do bairro do Recife e os pobres; (ii) a segregação territorial e a exclusão social e ainda (iii) as experiências metodológicas em forma de estudos de caso.

O segundo capítulo apresenta a caracterização do objeto de estudo sobre os temas: bairro do Recife e alguns dos seus planos urbanísticos; a permanência da favela do Pilar; o PRUISCP; a partir do que é feita uma análise comparativa entre os casos estudados e o PRUISCP. Nesse item já é possível caracterizar as primeiras impressões acerca do Programa e seus rebatimentos na vida dos moradores.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia de implantação do Programa, bem como, uma pesquisa dos resultados dessa metodologia no dia a dia dos moradores.

Por fim, o quarto, último capítulo, identifica em que medida o Programa pode transformar de fato a vida dos moradores da Comunidade do Pilar, incluindo-os socioespacialmente à cidade. Essa análise conclusiva é feita a partir de três subitens: (i) apresentação dos resultados da pesquisa de campo; (ii) a identificação e caracterização dos desafios do processo de implantação do PRUISCP (2001 a 2011); (iii) as expectativas sobre o planejado e o vivido e em que medida o PRUISCP é algo novo e por quê.

Posteriormente, foi feita uma conclusão que apresenta uma síntese dos resultados obtidos depois da realização dos estudos, das pesquisas aplicadas e das análises.

# CAPÍTULO I

## 1. Abordagem teórica

Neste capítulo é apresentada a formação da área estudada justamente com uma análise conceitual acerca desse processo. São, também, apresentados os conceitos que fundamentam a análise deste trabalho: a *segregação territorial* e a *inclusão socioespacial* enquanto base no entendimento do processo de configuração espacial do objeto de estudo e as implicações objetivas e subjetivas na implantação do Programa de requalificação urbanística e inclusão social da Comunidade do Pilar.

### 1.1 - O Processo de configuração espacial do bairro do Recife e sua comunidade pobre

Desde a sua formação histórico-territorial o bairro do Recife, como qualquer outro espaço geográfico, apresenta uma separação física que reflete as condições socioeconômicas dos seus usuários e moradores. Para cada área separada, no início por muros denominados de “Portas,” havia frequentadores e moradores característicos. Essa separação repercutiu sobre a definição do perímetro tombado como preservação rigorosa, pelo IPHAN<sup>5</sup> em 1997, mas sem incluir a área denominada “Fora de portas”, onde hoje está assentada a Comunidade do Pilar.

Essa condição também influenciou na divisão territorial da área em setores e Polos, delimitados pelo Plano de Revitalização do bairro em 1998. Nesse plano, a referida área (Polo Pilar) é caracterizada como área de renovação urbana, por conta das precárias condições das edificações. Essas edificações, em sua maioria, se encontram em ruínas desde a década de 1970, quando foram parcialmente demolidas pela Portobrás<sup>6</sup> com o objetivo de ampliação do Porto da cidade naquela direção. O processo de constituição do bairro com características de segregação territorial, na sua

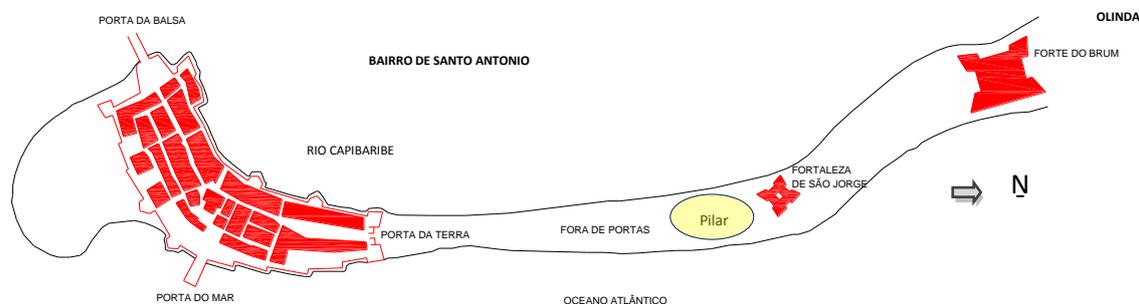
---

<sup>5</sup>IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional- tem a responsabilidade legal de preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.

<sup>6</sup> Porto do Brasil

configuração espacial será descrito, a seguir, com a ajuda dos mapas de evolução urbana e de outras imagens que contribuíram para elucidar essas descrições.

O Bairro do Recife iniciou sua configuração urbana na extremidade sul do istmo de Olinda, condição que permaneceu durante todo o período Colonial, com a presença portuguesa e durante o período da ocupação holandesa (1630-1654). Durante esse período, o vilarejo apresentava-se com três acessos denominados de: “Porta da terra” – acesso à Olinda, “Porta do mar” – acesso ao mar, e “Porta da balsa” – ligação do istmo ao continente, como mostra a **figura 01**.



**Figura 0 1.** Localização das “portas da terra da balsa e do mar” e da área denominada “fora de portas”.  
**Fonte:** Mapa referencial base de 1648 do Atlas Histórico Geográfico. José Luís da Mota Menezes,2003.

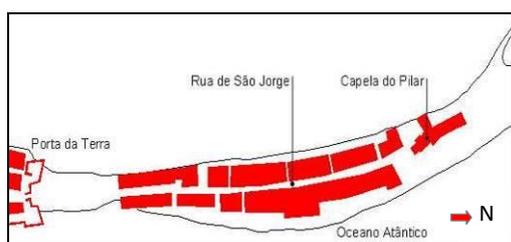
Essas separações, por entradas, deram origem a uma área denominada “Fora de portas” onde foi construído o Forte de São Jorge (1500/1600), que se transformou numa ruína após a saída dos holandeses e foi considerado um símbolo de resistência dos invasores. Sobre suas ruínas os portugueses, depois da expulsão dos flamengos, construíram a Capela de Nossa Senhora do Pilar (1680-1683), que permanece até hoje protegida pelo tombamento nacional do IPHAN.

A área “Fora de Portas” era um caminho de ligação do pequeno vilarejo, contido nas fortalezas coloniais, à província de Olinda. Esse caminho também dava acesso às atividades militares do Forte do Brum e nele foram se instalando, progressivamente, comerciantes, trabalhadores do Porto, da Companhia da estrada de ferro e também pescadores.

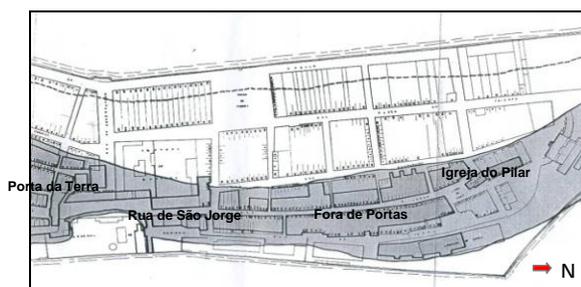
Antigamente a cidade do Recife ia até a Porta que fechava, pelas bandas do Norte, o recinto onde se alinhavam as poucas ruas que iam até a balsa e onde cedo se levantou a capela do Corpo Santo e mais tarde a Rua dos Judeus. Quem saísse para o lado de fora é que tinha de ir a negócios em Olinda, pelo longo e arenoso caminho do istmo; e no sentido contrário viesse pela mesma trilha, eram pescadores que vinham vender peixes e crustáceos bem ao pé da Porta. Com os anos é que se levantaram as fortificações ao cumprido do istmo e então o caminho dos que iam a Olinda foi também o caminho dos homens de armas que guarneciam os fortes do Brum, do Buraco e de São Jorge. De tanto ir e vir o caminho foi se enchendo de casas e se fazendo rua. A rua que se chamou primeiro do Pilar e mais tarde de São Jorge. (RABELO, 1979, p.15).

No século XVIII, os mapas de referência já mostravam uma ocupação consolidada na área do caminho de “Fora de portas”. Lá estavam implantadas várias habitações de um e até três pavimentos e uma densidade ocupacional que aparentava uma intensa atividade comercial. Pode ser observado pela configuração espacial e pelas fotos, que existia uma diferença no padrão das edificações e na infraestrutura instalada “dentro e fora de portas”.

O bairro, portanto, desde o início de sua formação, até hoje, apresenta uma diferença no padrão socioespacial dos comerciantes e das famílias moradoras de um e do outro lado das “portas” As casas erguidas na área de “fora de portas” eram menores e assentadas em lotes pequenos, em ruas estreitas, resultantes de antigos caminhos, como pode ser observado pelos mapas de referência nas **figuras 02 e 03**.



**Figura 02.** Configuração da área “Fora de portas” em 1766, século XVIII  
**Fonte:** Mapa referencial base de 1648. Atlas Histórico Geográfico. José Luis da M. Menezes, 2003.



**Figura 03.** “Fora de Portas” no século XIX  
**Fonte:** Atlas Arqueológica do Recife. José Luis da M. Menezes, 2003.

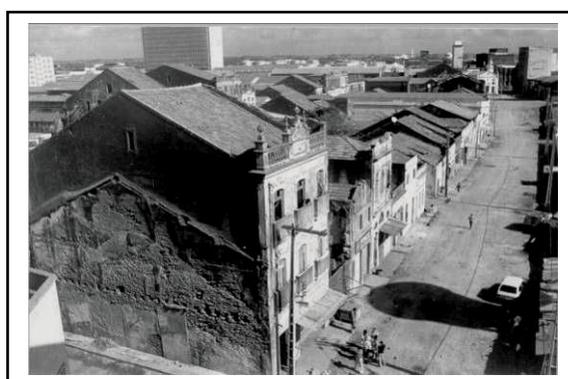
Pode-se observar na **figura 04**, de um cartão postal do ano de 1903, uma rua localizada no interior da área denominada “Porta da terra”. As edificações apresentam um padrão construtivo elevado, com sacadas avarandadas e fachadas trabalhadas em alto relevo; a aglomeração de pessoas, na área, denota um lugar de movimentada atividade comercial. Nota-se, por esse exemplo, que as ruas são calçadas com

paralelepípedos reforçando a observação anterior, quanto ao padrão da infraestrutura urbana.

A **figura 05** refere-se a uma fotografia da área “Fora de portas”, na década 1960 onde se encontra hoje assentada a Comunidade do Pilar. Diferentemente do que mostra a **figura 04**, o padrão construtivo das edificações e a infraestrutura são visivelmente inferiores, configurando um território marcado por diferenças estruturais e separado pelas condições sociais e econômicas dos seus moradores e frequentadores. As **figuras 06 e 07** reforçam as características descritas acima.



**Figura 04.** Rua do Comercio “Porta da terra” no século XX  
**Fonte:** Atlas Arqueológica do Recife. José Luis da M. Menezes, 2002.



**Figura 05.** Rua de São Jorge “Fora de portas” meados do século XX  
**Fonte:** Atlas Arqueológico do Recife. José Luis da M. Menezes, 2002.



**Figura 06:** Igreja do Pilar Antes da construção da fábrica do Pilar  
**Fonte:** Prefeitura do Recife s/d



**Figura 07:** Marco Zero, antes da reforma  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 1987

Para Corrêa (1988), os processos espaciais são as forças através das quais o movimento de transformação da estrutura social se efetiva, refazendo a espacialidade da sociedade. Nesse sentido os processos espaciais, na sua maioria, são de natureza social, cunhados na própria sociedade.

A Comunidade do Pilar está assentada onde, desde a formação do bairro do Recife, foi o lugar dos menos favorecidos. Mas, ainda assim, apesar de “segregados” territorialmente, estavam incluídos à dinâmica econômica e social do bairro e até da cidade, pois a área era formalmente o caminho, o lugar de passagem e também de permanência transitória. Só que esse lugar, uma vez ocupado, depois da demolição do casario na década de 1970, foi progressivamente sendo adensado por uma população urbana sem moradia, expulsa dos seus lugares de origem, possivelmente pelo desemprego no campo, pela atração do centro urbano ou expulsa de outros setores da própria área central da cidade por requalificações ou por reestruturações urbanas. Como, por exemplo, a abertura da Avenida Dantas Barreto nos bairros de Santo Antonio e São José, na década de 1950 e também com a requalificação do bairro do Recife na década de 1990, quando os cortiços foram desativados e as casas de prostituição combatidas para dar lugar a atividades mais “nobres” e aceitas socialmente. Isso leva boa parte daquela população “expulsa” a construir seus barracos sustentados nas ruínas do casario mencionado anteriormente, como mostram as **figuras 08 e 09**.



**Figura 08.** Rua do Brum, Comunidade do Pilar.  
**Fonte:** Nancy Nery, 2007.



**Figura 09.** Rua Edgar Werneck, Comunidade do Pilar.  
**Fonte:** Nancy Nery, 2007.

Essa comunidade se assenta justamente na área antes denominada “Fora de portas”, e hoje denominada de Polo Pilar pela Lei 16.290/97. Pode-se concluir que desde então

essa área absorveu o que não “cabia” nas outras áreas da cidade, o que sobrou e precisa estar de alguma maneira acomodado.

Portanto, a configuração socioespacial resultante do processo acima colocado, apresentada pela evolução urbana do bairro do Recife, delimitou espacialmente o lugar dos pobres, dos excluídos, dos menos afortunados e conseqüentemente, “marginalizados”. Daí porque se faz necessário investigar em que medida o PRUISC conseguirá romper efetivamente com essa condição histórica de exclusão social e segregação territorial.

## **1.2 – A exclusão social e a segregação territorial**

O desenvolvimento urbano-industrial existente no Brasil concentrou-se na industrialização como alavanca do crescimento econômico, deixando em segundo plano o seu papel de promotor do desenvolvimento social efetivo. Esse processo se reflete, especialmente, nas cidades onde vivem os assalariados e os trabalhadores informais, pois as políticas públicas, principalmente relacionadas ao provimento de habitação, de saúde e de educação não têm conseguido reduzir satisfatoriamente o enorme desnível provocado por essa opção desenvolvimentista.

A periferização da moradia nas médias e grandes metrópoles e a concentração de favelas nas áreas centrais dessas mesmas metrópoles, resquícios inclusive também da dinâmica do período colonial, representa elementos determinantes do processo de segregação socioespacial. Em algumas situações é possível perceber que a planície de solos firmes acomoda as moradias dos mais favorecidos enquanto que as planícies de solos alagáveis, ou morros acomodam os menos favorecidos economicamente.

Essas condições do sítio geográfico do Recife caracterizam os espaços da pobreza urbana pelas suas condições objetivas: falta de infraestrutura (água, esgoto, equipamentos de saúde, lazer educação etc.) e precariedade da habitação, construída de restos de materiais, tais como madeira, papelão etc. Quando de alvenaria, ainda podem permanecer insalubres sem ventilação ou com cobertas inadequadas. Essas

características revelam a hierarquia do ambiente construído, constituindo o reflexo de uma sociedade em que existem extremas desigualdades sociais. Como se descreve logo abaixo:

A estrutura do espaço social se manifesta, assim nos contextos mais diversos sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais. (BOURDIEU, 2007, p. 160).

Existe, ainda, atrelada a essa deficiência estrutural, a condição subjetiva gerada pelo sentimento de não pertencimento ao lugar ou à sociedade. Esses sentimentos são provocados pela exclusão objetiva, como detalham o texto abaixo e as **figuras 10 e 11**, onde é possível ver espaços de moradias amontoadas, construídas de restos de materiais e implantadas na margem do rio Capibaribe - Recife, tendo ao fundo o edifício habitacional característico de um grupo social que se encontra numa outra posição na sociedade e nos espaços da cidade.

A sensação de “pertencimento” significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse tal lugar nos pertence, e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar. (AMARAL, 2008 p.18)



**Figura 10.** Moradias de tábuas - Comunidade do Pilar. Recife-PE  
**Fonte:** Nancy Nery, 2011.



**Figura 11.** Palafitas - Comunidade Caranguejo Tabaiães- Recife -PE .  
**Fonte:** Débora Galindo, 2008.

Segundo os autores Sabatini e Surrata (2008), a exclusão social que acontece no espaço urbano ou a segregação da moradia apresenta três dimensões: 1) a tendência

de certos grupos sociais em concentrar-se em algumas áreas da cidade; 2) a conformação de algumas áreas com alto grau de homogeneidade social e 3) a percepção subjetiva que se forma sobre o que é segregação “objetiva”. As duas primeiras dimensões relativas tanto às que pertencem àquela área, quanto aos grupos sociais segregados, como para os que estão fora deles.

A exclusão objetiva, por exemplo, traduzida na localização das moradias no morro e na ocupação de terrenos as margem do rio, apresentadas nas **figuras 12 e 13**, caracteriza a ocupação informal em condições precárias de vida. Essas famílias usufruem limitadamente da cidade e seus espaços de moradia são vulneráveis a deslizamentos e enchentes. Quando não estão sujeitas a esses riscos, são diferenciadas pela estrutura das suas habitações e pela condição socioeconômica dos seus moradores.



**Figura 12.** Moradias no morro- favela da Rocinha –Rio de Janeiro  
**Fonte:** [www.viajeaqui.com.br/](http://www.viajeaqui.com.br/) acesso em 18.11.2009



**Figura 13.** Favela Abençoada por Deus. Recife-PE  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2006.

Quando essas habitações e famílias estão assentadas em áreas urbanas centrais, de grande valor imobiliário e simbólico, o processo e incorporação dessas estruturas à malha urbana da cidade torna-se ainda mais difícil. Há uma tendência histórica dos planos urbanísticos à sua remoção, deslocando-as, na maioria das vezes, para áreas periféricas e menos valorizadas.

É difícil encontrar na literatura muitas experiências de incorporação das populações de baixa renda nos processos de valorização das áreas urbanas centrais das cidades. Quando elas ocorrem, a literatura tem mostrado que há sempre o risco da “expulsão

voluntária” - saída dos moradores pressionados pelo mercado imobiliário, como descreve a autora abaixo:

Na América Latina não encontramos ainda nenhuma experiência significativa de reabilitação urbana em grande escala, Alguns projetos pontuais, como os implementados em Salvador, São Luís, Recife, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro servem como indicadores de uma “volta ao centro”, que não conseguem uma escala mais ampla exatamente pela falta de uma política urbana nacional, com linhas de financiamento próprias e o enfrentamento daquela questão que parece central para a autora – a da moradia social nas áreas a serem reabilitadas (MARICATO, 2002, p.56).

Em alguns casos da Europa e dos Estados Unidos é identificado um processo de expulsão dos habitantes pobres dos locais, dando lugar à atração de uma população de moradores pertencentes a classes sociais mais elevadas, fenômeno denominado de gentrificação.

Segundo Bidou–Zachariassen (2006), o termo gentrificação foi utilizado por Ruth Grass em 1963 para descrever o processo mediante o qual famílias de classe média haviam povoado antigos bairros desvalorizados do centro de Londres, ao invés de se instalarem nos subúrbios residenciais, segundo o modelo até então dominante para essas classes sociais. Como descreve o texto abaixo:

A gentrificação é um fenômeno ao mesmo tempo físico, econômico, social e cultural. Ela implica não apenas uma mudança social mais também uma mudança física do estoque de moradias na escala dos bairros; enfim, uma mudança econômica sobre os mercados fundiários e imobiliários. É esta combinação de mudanças sociais, físicas e econômicas que distingue a gentrificação como um processo ou conjunto de processos específicos (BIDOU-ZACHARIASEN. 2006, p.23).

A moradia na cidade e, notadamente, aquelas localizadas no perímetro dos grandes centros urbanos pode se constituir como um elemento que possibilita a inclusão socioespacial. Considerando aqui o acesso à infraestrutura urbana e ao trabalho como condicionantes característicos dessa inclusão.

Essa relação de inclusão/exclusão que existe na cidade relacionada com o espaço de moradia, segundo Abramo (2009), pode ser compreendida a partir de algumas

“lógicas”. A primeira atribui ao Estado o papel de coordenador social das relações entre os indivíduos e os grupos sociais e a sua função de mediador social definem a forma e magnitude do acesso à riqueza da sociedade. A segunda lógica é a de que a coordenação social da sociedade é definida pelo mercado em que o acesso à riqueza social é mediado predominantemente por relações de troca. O acesso ao solo urbano, a partir da lógica do Estado moderno, exige dos indivíduos ou grupos sociais algum acúmulo de capital que pode ser político, institucional, simbólico ou de outra natureza de tal forma que permita o seu reconhecimento como parte integrante da sociedade e do seu processo de distribuição das riquezas.

A lógica do mercado é unidimensional em relação ao requisito para acesso à terra urbana; a possibilidade e magnitude de acesso a terra está diretamente relacionada ao tamanho do capital monetário acumulado pelos indivíduos ou grupos sociais. Complementando essa teoria, a citação afirma que:

Nos países latino-americanos, bem como em parte significativa da África e Ásia, a urbanização acelerada do pós-guerra, as disparidades sociais e as enormes dificuldades financeiras dos estados nacionais desses países deram surgimento a uma terceira lógica social de acesso à terra urbana que vamos nominar de “lógica da necessidade”. (ABRAMO, 2009 p.2).

Para o autor, a lógica da necessidade refere-se ao mesmo tempo, à motivação e à capacidade social que permite a realização de ações individuais e/ou coletivas dos processos de ocupação do solo urbano. A diferença desta para as outras duas lógicas é que o acesso ao solo urbano a partir da lógica da necessidade não exige um capital político, institucional ou pecuniário acumulado. A princípio, a necessidade da população mais pobre da cidade de dispor de um lugar para morar seria o principal elemento para acionar a lógica de acesso à terra urbana que se dá, na sua grande maioria, por meio de invasão e ocupação de terras subutilizadas ou abandonadas. O que acontece de forma individual ou coletiva ou ainda através de movimentos sociais articulados e organizados para esse fim.

Associando-se essa “lógica da necessidade” ao que diz Flávio Villaça (2001, p 32): “(...) à predominância do deslocamento das pessoas sobre a disponibilidade de

infraestrutura, ou seja, a acessibilidade é mais vital na produção de localizações do que a disponibilidade de infraestrutura”, tem-se, em Recife, a ocupação da população pobre em vários locais da área urbana central. Essa população é atraída pela possibilidade do rápido deslocamento e impulsionada pela lógica da necessidade da moradia em locais de fácil acesso. A área central do Recife constitui o lugar caracterizado pelas várias possibilidades de deslocamentos e onde se concentra boa parte das atividades urbanas, tais como: órgãos gestores da cidade, importantes empresas de serviços e comércios, terminais de linhas de transporte coletivo. Além disso, é o lugar onde a cidade nasceu, assim, “fonte da centralidade” que é tradicional nas cidades. Segundo Campos (2000):

É lícito afirmar que a centralidade histórica enquanto fato seminal de uma aglomeração urbana não obstante os processos de expansão e dinamização socioespacial urbano e a suscetibilidade da obsolescência do uso - independentemente dos atributos arquitetônicos e manutenção estética - constitui-se capital simbólico de referência na “memória” e na “rememoração”. CAMPOS, 2000 p.02.

Podemos, portanto, por hipótese, dizer que os moradores pobres no bairro do Recife, notadamente aqueles da Comunidade do Pilar, estão ali instalados movidos pela “lógica da necessidade” (ABRAMO, 2009) e pelo acesso aos bens de consumo urbano (VILLAÇA, 2001), pois estão localizados próximos à infraestrutura, água, luz, esgoto, serviços e comércio e ainda estão encravados num sítio histórico de grande valor simbólico (BOURDIEU, 2006), para a sociedade recifense.

Contudo, estão separados em relação ao bairro, segregados pela sua condição social e pelas características físicas das suas habitações. E, portanto, constituem-se espacialmente numa área periférica, no sentido de ficar à margem e diferenciados do todo do bairro. Como menciona Lacerda (2007) no texto abaixo, grifo nosso, quando se refere à presença da Comunidade do Pilar, diante do Plano de revitalização no bairro do Recife elaborado pela gestão municipal na década de 1990.

Embora contando com um Plano e uma Lei de Uso e Ocupação do Solo, o processo de revitalização iria conhecer momentos de tensões e conflitos, cujos resultados vêm contribuindo para um preocupante **contraste social** e para uma acelerada descaracterização do patrimônio histórico, artístico e cultural. Esses resultados relacionam-se com a existência de uma **periferia**

no coração do Bairro e com a sua paulatina transformação em um espaço de trânsito e de fluxos. (LACERDA, 2007 p. 629).

Essa condição “periférica” dentro da área central da cidade, no Bairro do Recife, pode ser observada pelo contraste nas condições físicas do espaço construído apresentado pela imagem aérea tirada em 2009, como pode ser observado nas **figuras 14, 15, 16 e 17**. As imagens mostram o perímetro ocupado pela Comunidade do Pilar destacado pela linha amarela e a tipologia das habitações (barracos) e sua implantação, contrastando com a estrutura de alvenaria dos galpões comerciais e dos sobrados residenciais da área.



**Figura 14:** Foto aérea da Comunidade do Pilar, ao fundo o Porto e o Polo Bom Jesus  
**Fonte:** Fundação Seridó, 2010.



**Figura 15** Rua de São Jorge s/n Bairro do Recife  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2011



**Figura16:** Av. Bernardo vieira de Melo-S/N. depois das demolições para implantação do PRUISCP  
**Fonte:** Prefeitura de Recife, 2010.



**Figura 17** Rua do Brum nº 132, Bairro do Recife  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2011

A Comunidade do Pilar possui uma localização central, com todas as implicações espaciais que essa condição apresenta. Encontra-se encravada num espaço com significativo capital simbólico e, ao mesmo tempo, está separada da cidade e da sua dinâmica econômica social pela sua estrutura de ocupação informal e pela condição de pobreza dos seus moradores. O que ocorre quando existe uma interessante localização

espacial da moradia (um dos elementos de inclusão social), tratando-se do poder simbólico do lugar, assim como é descrito por Bourdieu (2006, p. 27): “O poder simbólico emerge como um poder capaz de impor significações, e as impõe como legítimas, contribuindo, dessa forma, com a dominação vigente”. Em sendo segregado e excluído, esse território possui uma população que não se apropriou da sua posição físico espacial, estando, teoricamente, alheia a essas condições e, portanto, vulnerável a intervenções que podem impor uma condição de permanência no lugar distante da realidade vivida. Como, por exemplo, a necessidade de preservação do ambiente construído. Portanto, o que poderia ser um elemento de contribuição à inclusão da comunidade à cidade, a depender da proposta de intervenção urbana, passa a ser um grande desafio do poder público que pode por em risco a permanência daquelas famílias.

O que foi apontado por Bourdieu (2006) quando disse que a utilização desse capital simbólico vem sempre associado ao capital econômico, cujo processo de uso e consumo das coisas, bem como a participação ou não de eventos culturais, gera a distinção de classes sociais. Esse capital simbólico, portanto, possui um valor que dá “distinção” ao lugar.

De fato, as possibilidades de que um grupo venha a apropriar-se de uma classe qualquer de bens raros - e que avaliam as expectativas matemáticas de acesso - dependem, por um lado, de suas capacidades de apropriação específica, definidas pelo capital econômico, cultural e social que ele pode implementar para apropriar-se, do ponto de vista material e *ou* simbólico, dos bens considerados, ou seja, de sua posição no espaço social e, por outro, da relação entre sua distribuição no espaço geográfico e a distribuição dos bens raros neste espaço (BOURDIEU,2007 p.111).

A segregação territorial está também associada a uma ruptura no tecido urbano, quando “secciona” a malha de circulação viária e interrompe a permeabilidade desses espaços, a livre circulação, estabelecendo-se conseqüentemente uma relação de: o interior - dentro, versus o exterior – fora. Essa separação física, caracterizada pela estrutura do ambiente construído, termina por se constituir como uma fortaleza que funciona para os moradores dessas áreas segregadas como uma “proteção”. Esse tipo

de ocupação apresenta, ainda, do ponto de vista físico espacial um distanciamento aqui compreendido pelo que escreveu Bourdieu (2007), quando diz que o espaço social é formado por relações de proximidade e separação, pela distância social e que são antes de qualquer coisa, relações hierárquicas.

O espaço social são posições geradas pela distribuição desigual do volume e da composição do capital (econômico, social e simbólico), as quais expressam as relações de dominação na sociedade entre as classes sociais. (BOURDIEU, 2007 p.112)

A **figura 18** mostra a segregação territorial da Comunidade do Pilar, em destaque: o traçado do sistema viário interrompido, em relação ao restante do bairro. As ruas e avenidas, quando penetram na área ocupada pela Comunidade, são “bloqueadas” pelos barracos construídos no seu leito. Essa condição impossibilita o tráfego de veículos, “rompendo” o tecido urbano.



**Figura 18:** Imagem de satélite – Localização da Comunidade do Pilar  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2007.

A exclusão social, portanto, caracteriza espaços físicos que abrigam populações desprovidas dos direitos à cidade, e conseqüentemente, segrega o território com rupturas do tecido urbano de forma objetiva e subjetiva. A Comunidade do Pilar, no Bairro do Recife, é um exemplo concreto dessa condição.

### 1.3 Experiências metodológicas – Estudos de caso

Neste item serão apresentadas duas experiências de requalificação em áreas urbanas centrais de grande valor histórico e cultural – Bolonha (Itália) e Pelorinho (Bahia).

#### 1.3.1 Bolonha – Itália

Bolonha é uma antiga cidade universitária da Itália, cuja origem é de pelo menos um milênio A.C. Sua arquitetura é marcada por suas torres e pelos seus pórticos, como mostram as **figuras 19 e 20**. São 38 Km de torres, só no centro histórico da cidade. É a única cidade do mundo com um centro histórico inteiramente servido de pórticos, sendo lá onde se encontra o pórtico de San Luca com 3.500m e 666 arcadas, considerado o maior do mundo.



**Figuras 19 e 20:** Torres e Arcos do centro de Bolonha-Itália

Fonte: <http://web.bsu.edu/perera/iphs/Exhibition/08bologna.pdf> acessado em 2010

Essa cidade possui, depois de Veneza, o maior centro medieval da Europa, encontrando-se em bom estado de conservação. O que ocorre em virtude de uma atenta política de restauro e conservação desde meados da década de 1960. Esse restauro recuperou os danos causados pela Segunda Guerra Mundial ao seu patrimônio monumental.

O processo de industrialização de Bolonha acontece desordenadamente como em muitas outras cidades da Europa, como consequência perdeu-se sua unidade formal. Naquele momento o centro da cidade não era visto pelas forças econômicas como um lugar de investimentos para a indústria ou moradias e foi “abandonado”. Isso fez com que não se estabelecessem leis de regulamentação urbana para o centro, tanto no que diz respeito ao uso como à conservação dos imóveis.

A estrutura industrial é implantada, predominantemente, fora do centro; área que passa a ser utilizada pela burguesia proprietária e empreendedora que tira o máximo de benefício do lugar. As mansões passam a ser usadas pelos serviços administrativos e comerciais, expulsando-se delas os habitantes. Acontecem as demolições e substituições de edifícios, deixando os bairros mais pobres abandonados. A citação abaixo retrata a situação vivenciada em Bolonha.

O paralelismo e a estrutura de interdependência entre o desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento urbano resultando em uma cidade que está perdendo mais e mais as características de organização coletiva para se tornar cada vez mais relacionada aos modelos de produção capitalista. (CERVELLATI; SCANNAVINI, 1973, p 3.)

Em Bolonha, como em outras cidades da Europa, as políticas públicas de revalorização de centros históricos surgiram, prioritariamente, em reação ao abuso das intervenções que vinham ocorrendo após a Segunda Guerra Mundial. Porém a renovação urbana descaracterizava os centros históricos.

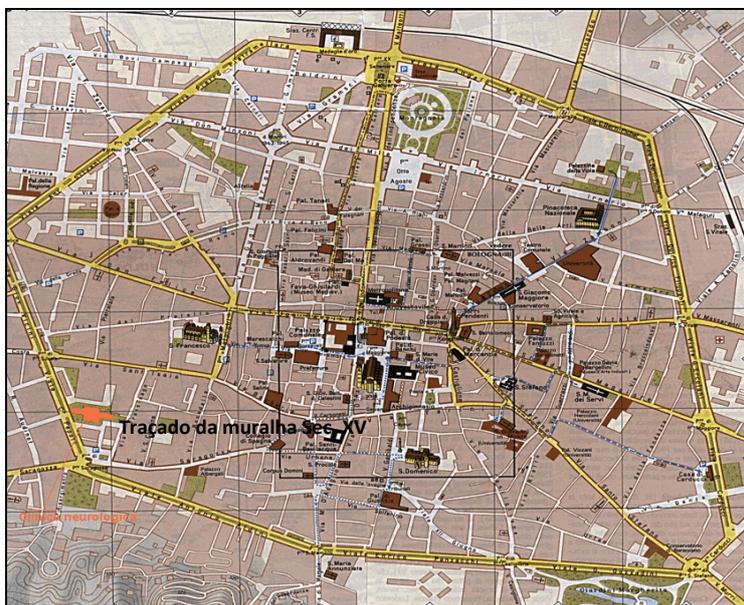
O plano de recuperação da cidade com uma concepção inovadora, até então, foi elaborado por Pier Luigi Cervellati e implantado pelo governo municipal da cidade. Ele recolocou o centro histórico como o definidor da política urbana da cidade como um todo, retomando o significado da área central como elemento irradiador da ordenação urbana.

Desde então, a política traçada para os centros históricos não pôde mais ser tratada de maneira autônoma e marginal à política territorial. Essa experiência combina a preservação de edifícios históricos e o meio urbano com uma política social adequada,

pelo fato de preservar também o uso residencial para todas as classes sociais, inclusive as mais pobres. E é nisso que a sua concepção foi inovadora. A forma urbana foi definida como um organismo (constituído pelos edifícios e pela população) que seria preservado material e socialmente. A esse respeito como destaca Cervellati,

Nesse sentido o centro histórico é considerado como um bem cultural inalienável, como um importante recurso econômico que não pode ser desperdiçado e abandonado, nem deixado nas mãos da especulação imobiliária. Mas, ao contrário, deve ser considerado e recuperado para residências sociais e desse modo impedir as transformações estruturais e físicas. (CERVELLATI; SCANNAVINI, 1973, p.1)

O Plano teve como objeto de tratamento toda a zona contida dentro do traçado das vias de circulação, que se acham sobre o traçado da muralha do sec. XV, como mostra a **figura 21**, e por mais alguns Centros localizados fora desse circuito, mas que compõem junto com o centro principal, um conjunto de valor homogêneo. Todo esse conjunto é considerado de valor histórico artístico e urbanístico-arquitetônico, abrangendo 450 ha de superfície e 89.000 habitantes.



**Figuras: 21** Delimitação do centro de Bolonha-Itália  
**Fonte:** <http://web.bsu.edu/perera/iphs/Exhibition/08bologna.pdf> acessado em 2010

Os objetivos do Plano era a conservação do centro histórico e de sua incorporação na estrutura da cidade e do território, como parte diferenciada e qualificada através de sua própria especificação. Com isso, visava-se promover a sua preservação e evitar a

sua destruição, integrar o patrimônio artístico, histórico e cultural dentro do contexto social e econômico do território, confiando-lhe uma função ativa e compatível. Também se busca descentralizar alguns serviços incompatíveis ao centro devolvendo-lhe, assim, sua eficiência funcional intrínseca e atribuindo-lhe, ao mesmo tempo, uma função mais ampla de articulações. Refrear a especulação imobiliária, dotar o centro de todos os serviços necessários, racionalizar a caótica rede viária que o transforma e melhorar as condições de moradia das classes trabalhadoras e populares.

Diante desses objetivos, foi dada grande importância às tipologias edilícias, pois viram nelas a possibilidade de produzir um grande número de unidades habitacionais diferentes. Para o programa de habitação social foram então recuperados 4(quatro) tipos de edifícios:

- A. Grandes complexos edificados (contentori) tais como palácios, monastérios e conventos;
- B. Pequenos complexos edificados: construções com pátios internos, testadas de 10 a 15 m;
- C. Casas de artesão, casas geminadas, estreitas, testadas medindo de 4 a 8m;
- D. Construções sem interesse histórico.

Como estratégia de intervenção para os tipos A e B, haveria preservação e restauro, para o tipo C, reforma com preservação dos elementos externos (fachadas, pórticos, galerias, portas e janelas) dos pátios internos e dos elementos estruturais (escada e corredor) e reforma com demolição e reestruturação da parte interna com comércio, serviços comuns e lavanderia foram criados no térreo. Para o tipo D, ocorreu demolição e construção dos equipamentos públicos.

O tipo C foi considerado o mais importante por permitir uma variedade de unidades habitacionais e apartamentos para vários tipos de famílias. Pequenos apartamentos (30/ 40 m<sup>2</sup>), para idosos e solteiros; apartamentos simples (60/ 80 m<sup>2</sup>), para jovens casais, estudantes e turistas; apartamentos duplex (100/ 130 m<sup>2</sup>) para famílias maiores. Todos com cozinha e banheiro artificialmente ventilados. Essa diversidade de tipologias atendeu um número maior de famílias com perfis diversificados e padrões

sociais diferenciados. Como mostra a **figura 22**, a estrutura morfológica do centro histórico de Bolonha é heterogênea, o que permitiu as diferenciações aqui consideradas.



**Figuras 22:** vista panorâmica das edificações de uso habitacional, comercial e serviços  
**Fonte:**<http://web.bsu.edu/perera/iphs/Exhibition/08bologna.pdf> acessado em 2010

A abordagem utilizada por Cervellati teve como essência a busca de valores históricos e uma classificação arquitetônica do centro histórico como parâmetro de valorização que derivou a articulação técnico-operacional. Foi utilizado o estudo das formas e sua classificação, fugindo da clássica maneira funcional e adotando as tipologias construtivas como unidades de medida para distinguir os diferentes processos de incorporação das unidades morfológicas. “A tipologia não é outra coisa que a constância de modos e formas de fazer e de viver, que se manifesta e materializa em edifícios parecidos e repetidos.” CERVELLATI (1970)

Dessa reflexão deriva o projeto para Bolonha, numa tentativa de criar "uma restauração integral", visualizando a arquitetura, o urbanismo e o social.

É o conceito moradia como um bem social com os serviços juntos, o direito a cidade, dos marginalizados, segregados, do proletariado, o direito assim a gestão em si a democracia de base eficaz, junto a uma distribuição equitativa de bens e serviços (CERVELLATI, P. L., SCANNAVINI, R. 1973, p 3.)

A cidade de Bolonha passou a ser um exemplo pioneiro com a realização de um projeto de renovação com respeito aos valores históricos do lugar e a necessidade dos

seus habitantes. Como mostram as **figuras 24, 25 e 26** os espaços públicos foram recuperados e devolvidos à comunidade moradora do Centro.



**Figuras 23, 24 e 25:** Vista dos pátios e corredores públicos do centro de Bolonha-Itália  
**Fonte:**<http://web.bsu.edu/perera/iphs/Exhibition/08bologna.pdf> acessado em 2010

Essas intervenções no Centro histórico de Bolonha, iniciadas nos últimos anos da década de 1960, foram conduzidas por políticos e administradores ligados ao Partido Comunista Italiano (PCI). Foi a partir dessa experiência, denominada de progressista, que se caracterizou e se delineou o conceito de *Conservação Integrada* – (CI). Conservar o patrimônio edificado integrando-o ao desenvolvimento social. A partir de então toda intervenção urbana, em área de valor histórico, teria que observar, como pressuposto, o respeito à integridade do patrimônio construído, com a valorização do lugar enquanto espaço de vida, principalmente com o envolvimento e usufruto dos seus moradores.

O caso de Bologna (Itália), onde, com o auxílio da metodologia do restauro histórico-tipológico, se protege e se recupera o centro histórico como um todo – e não apenas monumentos excepcionais isolados – destacando-se ali a função residencial. Com a crítica aos estragos que a perspectiva do urbanismo moderno vinha causando às cidades, valoriza-se neste momento também a qualidade ambiental dos núcleos históricos e a conservação de sua morfologia urbana e do patrimônio cotidiano. (CASTRIOTA,2007,p.19)

A partir da experiência de Bolonha muitas outras cidades do mundo adotaram a mesma concepção de intervenção. As primeiras aplicações da CI foram feitas em áreas residenciais antigas, nas periferias dos centros históricos, carregando um forte viés social nessas experiências. Na maioria dos casos, a CI foi implantada especialmente em bairros históricos centrais, nos quais uma grande concentração de habitantes de baixa renda. A intervenção tentava recuperar a área em termos da sua estrutura física,

econômica e social, mantendo os antigos habitantes nos edifícios recuperados. Em termos políticos, a CI representou a primeira grande tentativa de participação popular no processo decisório municipal, especialmente em intervenções urbanas em áreas de valor histórico e cultural, tal como indicado por Zancheti (2000).

Esse processo ocorrido em Bolonha serviu como argumento teórico e prático para as administrações municipais de esquerda e suas realizações como bandeira para a construção de uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular nas decisões do planejamento urbano e regional, especialmente em áreas de preservação histórica e cultural.

### **1.3.2 Pelourinho, Salvador – Bahia**

O Pelourinho é um bairro que está localizado no centro da cidade de Salvador - Bahia. No início do século XIX, moravam, nessa área, senhores de engenho e grandes negociantes. O Largo do Pelourinho era também o local onde os escravos eram castigados (MATOSO, 1992). Com o fim da escravidão ocorreu uma nova organização da vida familiar e também nesse período, no mundo, pregava-se nas cidades a preocupação com questões relacionadas à higiene e à saúde. Para as moradias, por exemplo, havia exigências relativas à areação, saneamento básico e arborização. Esse quadro geral contribuiu para a emigração dos moradores dos antigos sobrados coloniais e casarões do Centro de Salvador, notadamente do bairro do Pelourinho.

O centro foi, assim, gradativamente abandonado pelas classes privilegiadas, seus casarões passaram a ser locados a grupos de renda mais baixa, profissionais liberais, pessoas ligadas ao pequeno comércio. (ZANIRATO,2007). Aos poucos, apareceram os sinais de desinteresse quanto à preservação dos imóveis, o que foi percebido em suas fachadas e mesmo no interior das edificações. Os imóveis passaram a ser subdivididos em cômodos e sub**locados** a preços mais baixos, o que levou à ocupação da área por pessoas com baixo poder aquisitivo e, progressivamente, foram se constituindo em cortiços. A superlotação dos cômodos, aliada às dificuldades com a infraestrutura das redes de abastecimento de água e esgoto eram também fatores para o descaso com o

local. A marginalização e a deterioração da área e dos seus imóveis favoreceram as leituras e interpretações de que o Pelourinho era um lugar de ruínas, vadiagem, prostituição e tráfico de drogas; conforme Carvalho Neto (1991).

O lugar permaneceu abandonado pelas políticas públicas durante a maior parte do século XX. As unidades habitacionais adensaram-se cada vez mais empilhadas em ruínas. Foi esse cenário que despertou a atenção dos órgãos de preservação do patrimônio que defendiam a intervenção do poder público no sentido da recuperação da área, tendo em vista o seu valor histórico e estético. Afinal, segundo estudiosos, aquele sítio histórico é "um dos mais significativos conjuntos coloniais da América Portuguesa, com construções que representam não só a sucessão da técnica, mas toda a evolução da vida urbana da cidade" (SANTOS, 1959).

Em busca de soluções para enfrentar os problemas decorrentes do processo de urbanização desenfreada, que desencadeava a descaracterização do patrimônio cultural edificado em várias cidades do Brasil, o IPHAN solicitou ajuda técnica à UNESCO para avaliar o estado de conservação e o valor do patrimônio edificado de algumas cidades. Em 1967 foi enviado ao Estado da Bahia o consultor Michel Parent, inspetor principal dos Monumentos Históricos do Ministério da Cultura da França. A cidade de Salvador foi uma de suas principais visitas, pela qual demonstrou, nos seus relatos, o quanto aquele lugar o impressionou.

Foi então proposto, por ele, o tombamento de todo o centro de Salvador e a exploração econômica do lugar através do "turístico cultural". Ele afirmou que, se a cidade instituisse uma política de preservação que pudesse impedir a degradação física e social do centro histórico, este poderia vir a ser "a principal atração urbana da América do Sul" (SANT'ANA, 1995, p.148-150). Para ele, era necessária a recuperação do conjunto arquitetônico, mas "com a maior integração possível dos seus habitantes" (BOMFIM, 1994, p.46).

Assim, a Carta de Amsterdã, em 1975, já formulava:

A reabilitação de bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes

e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade se beneficiem de uma operação financiada por fundos públicos. (CASTRIOTA, 2007, p. 21)

Após a visita do referido consultor, foi criada a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPACBA), com recursos governamentais, encarregada de planejar a recuperação do conjunto arquitetônico e o seu aproveitamento como um "centro cultural e turístico". Logo depois passou a ser chamada de Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) e recebeu poderes para adquirir, restaurar, explorar diretamente, alugar ou vender os imóveis existentes no setor. Suas primeiras ações foram a aquisição e o restauro de antigos edifícios para abrigar, na maioria das vezes, departamentos e instituições relacionados ao governo.

A população que habitava os imóveis foi desalojada e deslocada para bairros vizinhos e, na maioria dos casos, instalada em moradias, com piores condições do que aquelas existentes nos imóveis anteriormente ocupados (BOMFIM, 1994, p.51). Desde esse momento, ficaram claros para o IPAC, as dificuldades em empreender qualquer ação naquele local que não contemplasse a população residente, que fora igualmente abandonada ao longo de tantos anos. Em 1983, começaram os estudos, juntos à UNESCO, para elevar o centro de Salvador à condição de Patrimônio da Humanidade. Em dezembro de 1985, a área que abriga o Pelourinho foi declarada Patrimônio Cultural da Humanidade (BOMFIM, 1994).

Nesse período, foram feitas pesquisas pela Prefeitura de Salvador, que identificaram uma população residente composta por 4.784 pessoas extremamente pobres. A maioria dessa população é composta por jovens com baixa escolaridade e que trabalhavam no próprio bairro como vendedor ambulante. A elevação do Pelourinho à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade não resultou em mudança na condição de vida desses moradores. Até o final da década de 1980 e início de 1990 o local continuava a abrigar cortiços, nos quais viviam uma população considerada "problema" face aos valores sociais dominantes e que não tinham condições de preservar, por seus próprios meios, o espaço onde habitava. (ZANIRATO, 2007).

A Secretaria de Cultura e Turismo do governo da Bahia, criada em 1991, passou a empreender ações com investimentos públicos, priorizando a recuperação de Centros urbanos, juntamente com a construção de shoppings center, de marinas e de parques temáticos (FERNANDES, 1998, p. 42-44). O propósito de revitalizar o centro histórico, naquele momento, pode ser entendido tanto como uma forma de captar recursos por meio do turismo, quanto como um meio de ampliar o poder político do então governador<sup>7</sup>, dando-lhe visibilidade (FERNANDES, 1998).

Em março de 1992, ao completar um ano de mandato, o então governador, em entrevista concedida a um jornal da Bahia, afirmou que a recuperação do Pelourinho era prioridade de sua administração. Imediatamente à sua declaração, o IPAC divulgou o projeto de restauração daquela área. Na proposta constava que os imóveis restaurados seriam "oferecidos a interessados para aluguel ou venda, a preços mais ou menos equivalentes aos de mercado". A preocupação naquele momento era "adequar a unidade restaurada ao tipo de uso que seria destinada, permitindo conforto, satisfação social e adequando o homem ao espaço e o espaço ao homem em 20 anos. Desse modo, o Pelourinho seria uma das zonas mais nobres de Salvador" (A Tarde, 6 de abril de 1992, p. 3). A rapidez do processo, contudo, esbarrava na problemática quanto ao destino da população residente.

O IPAC, enquanto cadastrava os moradores, afirmava que algumas famílias deveriam ser relocadas para imóveis do próprio Instituto. As famílias que não aceitassem essa relocação receberiam uma ajuda para o aluguel em outro local e voltariam à área assim que os imóveis estivessem recuperados. Mas, já se previa que nem todos seriam contemplados com o retorno, apenas aqueles que conseguissem "comprovar condições para arcar com os custos do aluguel" (A Tarde, 26 de maio de 1992, p. 3). No decorrer do processo de restauração, a promessa de devolução da moradia, mesmo para alguns poucos moradores, não foi concretizada.

A intervenção foi feita em etapas e, em março de 1993, a primeira etapa foi inaugurada e iniciada a segunda. "As cores deram outra vida às fachadas, os largos

---

<sup>7</sup> Trata-se da gestão de Antônio Carlos Magalhães (1990 a 1994).

abertos nos antigos quintais serviram como praça para eventos culturais; restaurantes, bares e lojas de artesanato, sob a garantia de um policiamento ostensivo, completaram a reordenação de um espaço planejado para o turismo.” (ZANIRATO, 2007), como mostram (**figuras 26, 27 e 28**). A movimentação da área é predominantemente de turista e os espaços públicos estão ocupados com decorações e barracas para atender a esse tipo de público.



**Figura 26:** Praça da Sé  
**Fonte:**Nancy Nery, Fevereiro de 2011



**Figura 27:** Largo do Pelorinho  
**Fonte:**Nancy Nery, fevereiro 2011



**Figura 28:** Descida para o Largo do Pelorinho  
**Fonte:**Nancy Nery, fevereiro 2011

A recuperação foi festejada como resultado de uma interferência racional do governo do Estado da Bahia, uma das mais expressivas ações de recuperação de Centros históricos, um modelo, tanto pela forma de realização, quanto pelo aspecto funcional

atribuído ao local, transformado em espaço de consumo turístico-cultural. As reportagens qualificavam a restauração como exemplo de um projeto bem sucedido de recuperação do patrimônio cultural do país, motivo de orgulho da capital baiana e dos governos estadual e federal (A Tarde, 9 de abril de 1993, p. 6).

Na visita do consultor da UNESCO em 1967, ficou claro o potencial arquitetônico dos monumentos do Pelourinho e, desde aquele momento, foi destacado que o grande desafio no processo de recuperação daquele patrimônio seria a garantia da permanência dos moradores.

Sobre esse ponto ao começarem os trabalhos com a iniciativa do governo estadual, sob a coordenação do IPAC, defendia-se "a efetiva participação das comunidades residentes na área", fundamentada "no modelo de intervenção participativa" (ZANIRATO, 2007).

Depois das pesquisas para qualificação das condições socioeconômica da população residente, o instituto constatou que aquela população pobre "não teria condições de preservar, por seus próprios meios, o patrimônio que habitava" (IPAC, 1992). Como diz Ronik (1988), no texto abaixo, a expulsão de pobres em áreas valorizadas é uma prática nas intervenções urbanas do Brasil.

Mesmo diante das recomendações do consultor da UNESCO, Michel Parent, e das cartas e normas internacionais acerca da restauração em centros históricos com a integração dos moradores, a ação do governo estadual da Bahia, no Pelourinho, foi encaminhada de maneira divergente.

Houve, diferentemente do caso de Bolonha (Itália), a retirada dos moradores através de indenizações insuficientes para garantir outro lugar de moradia e para a maioria daqueles que receberam a promessa de retorno, o que não se concretizou. O IPAC declarou que "a retirada dos moradores foi necessária e justa, haja vista que eles não eram proprietários e foram indenizados para desocupar as residências. As indenizações foram calculadas na justa medida", (A Tarde, 28 de julho de 1993, p. 5).

A ideia de “limpar a cidade” eliminando as habitações populares consideradas inadequadas é bastante antiga em nossa história. Está presente em inúmeras declarações de várias ordens e matizes que reconheciam, nesta forma de habitação, a origem de múltiplos males (RONIK, 1988, p 56).

Os ocupantes que retornaram aos seus imóveis foram selecionados pelo IPAC mediante rigorosos critérios, entre os quais a comprovação de que a atividade a ser desenvolvida seria compatível com a vocação turística da área; que o exercício dessa atividade não degradaria os imóveis; que a atividade tinha capacidade de gerar emprego, renda e atrair consumidores, além de que deveria haver garantia do morador em conservar os imóveis após a restauração (IPAC -SEPLANTEC - CONDER, s.d.). Não seria permitido em nenhuma hipótese o uso residencial aos ocupantes selecionados para retornar aos seus imóveis. O Instituto alegou que aquela população de moradores com tais características seria incompatível com o desenvolvimento turístico da área e com a preservação do imóvel.

Na intervenção foram gastos 12 milhões de dólares e deslocados 95% dos moradores. A proposta de restauração dos imóveis era predominantemente para a exploração comercial com atividades voltadas para o turismo. Realmente não havia espaço para a moradia. Foram evidentes os argumentos discriminatórios do IPAC, descritos na declaração abaixo publicada num jornal de circulação nacional.

A preservação dos imóveis restaurados do Pelourinho não poderá ser feita pelos seus antigos habitantes, na medida em que se trata de pessoas sem condições econômico-culturais de conservá-lo e também marginais. Esses terão que ser tratados pela polícia ou órgãos assistenciais, não pelo patrimônio histórico... Não pode haver romantismo: “marginal não pinta a casa e joga fezes na rua” (Folha de S. Paulo, 1994/10, p. 3).

A inauguração do “novo” Pelourinho ocorreu em março de 1993 e o patrimônio edificado estava garantido à custa da expulsão e a conseqüente exclusão dos moradores do lugar. O processo ocorrido no Pelourinho, sob a alegação do desenvolvimento turístico de Salvador e a preservação do seu patrimônio histórico, transformou o lugar numa vitrine para turista ver. Com isso ele ficou vazio da vida cotidiana, comparado à sua dinâmica anterior. A política de preservação implantada enalteceu a estética urbana e transformou o lugar de vida de muitas pessoas num

cenário onde a história passou a ser exibida superficialmente. O patrimônio histórico edificado não pode ter seu valor independente da vida das pessoas, como Holanda (1994) menciona no texto abaixo.

"(...) o patrimônio é a acumulação de esforços herdados por uma sociedade" e sua preservação "nunca pode ser mais importante que a das pessoas que necessitam deles para viver". "Ao recuperar um centro histórico, a revalorização dos monumentos não deve pesar mais do que as necessidades reais e simbólicas de seus habitantes" (HOLLANDA, 1994, p. 23).

### **1.3.3 - Reflexão sobre as experiências metodológicas e o Plano de Revitalização do bairro do Recife (1990).**

Segundo Zancheti(2000), nas décadas de 1980 e 1990, as políticas urbanas de renovação ou requalificação de áreas históricas que tomaram como fundamento o conceito de Conservação Integrada, notadamente no Brasil, não conseguiram se apropriar e aplicar o cunho social do referido conceito. Foi então apropriada por políticas urbanas neoliberais que abandonaram o caráter de inclusão social na conservação dessas áreas. Como esclarece Zancheti:

A conservação integrada CI, de áreas históricas passa a ser encarada como uma forma de revitalização ou reabilitação de áreas centrais deprimidas ou obsoletas. Nesse sentido, as políticas urbanas de revitalização estão associadas a propostas de recuperação econômica e do valor imobiliário dos estoques de construções, especialmente daqueles protegidos por instrumentos legais de tombamento localizados em áreas centrais, e a sua conversão a usos do terciário moderno. A reabilitação e revitalização formaram um dos esteios das políticas neoliberais em nível municipal. Elas transformam a conservação urbana em uma estratégia de agregação de valor à economia urbana das localidades e em um instrumento poderoso de atração de investimentos privados supra-regionais ou internacionais. (ZANCHETI, 2000. p.02).

A revitalização do bairro do Recife na década de 1990 também foi concebida sob os fundamentos da CI e a sua implantação foi planejada por Setores e Polos. Nesse período, no momento de implantação do plano em Recife, a experiência do Pelourinho em Salvador- BA já apresentava resultados negativos para o patrimônio construído; principalmente para pessoas moradoras do lugar, já se questionando o formato do processo.

O Plano de revitalização do Bairro do Recife foi implantado inicialmente no Polo Bom Jesus. Para o Polo Pilar, classificado como área de renovação urbana, o plano previa a construção de um equipamento de múltiplo uso e algumas habitações, mas nada havia sido construído até a data de 2010. Em poucos anos, as propostas para o referido Polo passam a ser questionadas. Como destaca Lacerda (2007, p. 630):

Convém registrar que o Plano previa outro projeto estruturador, o Centro Múltiplo do Pilar, para a instalação de intervenções no Bairro do Recife e no seu entorno centro de atividades de apoio às atividades do porto, devendo abrigar comércio, serviços e habitação. Quanto à Favela dos Ratos, deveria ser relocada. Afinal, quando da realização do Plano, apenas algumas famílias, que prestavam algum tipo de serviço ao porto, ocupavam a área. Esse projeto estruturador não deslanchou e, com o aumento do número de famílias, a realocação passou a ser questionada.

Esse questionamento quanto à pertinência da implantação do Plano de revitalização para o Polo Pilar deveu-se ao aumento do número de famílias que “invadiram” a área e que vivem até o momento atual em condições precárias de moradia. Da mesma maneira, houve uma reflexão mais profunda em relação ao pensamento urbanístico em termos de requalificação de áreas urbanas centrais, relacionadas com a remoção das famílias moradores em função da sua condição social, principalmente as de favelas e cortiços. Do que resultou a opção política pela inclusão com a permanência dessas famílias nas áreas requalificadas.

O que passamos, neste documento, a questionar é a capacidade do novo Plano (PRUISCP) para o Pilar que propõe a permanência das famílias com a construção de moradias e equipamentos públicos, no sentido de ser capaz de cumprir com o seu papel urbanístico e político de inclusão socioespacial.

## Capítulo II

### 2- Caracterização do objeto de estudo

Este capítulo apresenta de forma sucinta o caráter das intervenções urbanísticas na cidade do Recife, especificamente no bairro do Recife, considerando e descrevendo o processo de ocupação da área denominada Polo Pilar, bem como, as perspectivas externas com relação a sua reorganização socioespacial. Se, por um lado, essa experiência de requalificação urbanística é a que mais se aproxima da de Bolonha, distanciando-se da de Salvador, no que diz respeito à consideração do tecido social urbano em sua complexidade e totalidade, por outro lado em que medida se tem de fato algo inovador em Recife?

#### 2.1 - O bairro do Recife e algumas experiências de planos urbanísticos

A área central do Recife é o lugar onde se concentram algumas das atividades urbanas ligadas à gestão da cidade, importantes empresas de serviços e comércios, terminais de linhas de transporte coletivo. É o lugar onde a cidade nasceu “fonte da centralidade” histórica da cidade, como afirma o texto abaixo:

É lícito afirmar que a centralidade histórica enquanto fato seminal de uma aglomeração urbana não obstante os seus processos de expansão e dinamização socioespacial urbano – e a susceptibilidade da obsolescência do uso – independentemente dos atributos arquitetônicos e manutenção estética – constituem-se capital simbólico de referência na memória e na rememoração. (CAMPOS, 2000, p.2)

Na primeira metade do século XX, houve um significativo crescimento industrial no Brasil, resultando num forte aumento do uso do automóvel e na utilização de intervenções urbanísticas como instrumento de modernização das áreas centrais das cidades. Fenômeno que ocorreu e ainda ocorre em vários países do mundo. Essas intervenções urbanas modernizadoras fizeram-se presentes em várias cidades brasileiras dentre as quais a do Recife.

A primeira grande intervenção urbanística ocorrida na capital pernambucana sob princípios modernistas aconteceu na década de 1910, justamente no bairro do Recife. Naquele período, setores do núcleo original foram demolidos para dar lugar a um traçado influenciado pelo urbanismo francês do século XIX. Para isso houve desapropriações e a maioria dos antigos moradores formou uma população marginalizada, ocupando os prédios em ruínas e ou erguendo barracos em diversos setores da cidade.

Com essa reforma, foram alargadas ruas como a Marquês de Olinda e criadas outras, a exemplo da Avenida Rio Branco, como mostra a **figura 29**. Embora tenha ignorado as suas consequências sociais e históricas, essa reforma concedeu ao bairro um aspecto urbanístico e estético que o aproximou de perfis de algumas cidades da Europa. “A Praça Rio Branco faz lembrar Hamburgo: Quem diria que deste lado do Atlântico, o viajante pudesse topa com um espetáculo como este, típico de uma grande cidade européia.” (CASTRO, 1937, p.11).



**Figura 29**-Praça Rio Branco - Av. Rio Branco ao fundo - início do séc. XX  
**Fonte:** Acervo da FUNDAJ, 2007

A área foi valorizada e, ao longo do tempo, atraindo, por alguns anos, uma boa parte das elites locais, grandes negociantes de companhias financeiras e seguradoras que pretendiam transformar os sobrados em prédios residenciais e comerciais, como era o hábito nas cidades europeias. Na época, no Recife, não era comum viver em apartamentos, o que acabou contribuindo para o desinteresse das famílias em residir no bairro. Além disso, havia o inconveniente em termos do aumento da movimentação

de cargas na área do Porto, bem como o da presença de grande quantidade dos marinheiros e da prostituição.

Posteriormente, ainda na década de 1940, os prédios que tinham sido reformados no bairro do Recife e não foram vendidos começaram a ser alugados para comerciantes, caixeiros viajantes e prostitutas. Esses grupos sociais ali se concentraram e permaneceram instalados até a década de 1980 quando o bairro começou a passar por um novo processo de intervenção urbana.

A cidade, como um todo, entre as décadas de 1930 e 1950, é administrada sob os princípios do Estado Novo do Presidente Getúlio Vargas. **Nesse** período o governador interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães, cria a Liga Social Contra o Mocambo que estabelece diretrizes e divulga-as como sendo de incentivo à construção de moradias e de diminuição do déficit habitacional da cidade. Segundo os Relatórios de 1942 (ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL, 1942), a Liga Social Contra o Mocambo derrubou 14.597 mocambos entre 1939 e 1945 e construiu 6.173 unidades habitacionais. Essa ação gerou um contingente significativo de famílias sem moradia, que passaram a reocupar os alagados ou a ocupar outras áreas da cidade. Mais uma vez agravando o processo de segregação dos espaços em função das condições sociais dos seus moradores.

Ao longo da década de 1950, segundo Pontual (2001), inicia-se a integração do mercado nacional e, ainda, o crescimento do nacionalismo e do socialismo com diferentes expressões. A estrutura política montada no Estado Novo consolida-se na capital pernambucana a partir da vitória de Cid Sampaio para o governo do Estado de Pernambuco, em 1958. Essa linha política de gestão conservadora consolidou modelos de intervenção urbana que segregaram territórios e excluíram parte da população do centro da cidade transferindo-a para áreas periféricas. Toda a cidade modifica-se neste período, sobretudo pelos déficits econômicos e pelo crescimento demográfico como

destaca a autora *“A cidade da miséria já era propalada nos anos 30, porém não com a ênfase conferida nos anos 50, principalmente por ter sido feita a associação entre miséria e atraso regional.”* (PONTUAL, 2001, p.41)

Os mocambos combatidos no governo de Agamenon Magalhães, na década de 1930, permaneciam como antes, aumentando em algumas áreas e reconfigurando-se em outras como, por exemplo, a ocupação das margens de rios e canais. Ainda segundo Pontual (ibidem), a comparação entre as plantas da cidade de 1951 e 1970 permite-nos afirmar que, ao longo dessas duas décadas, as áreas “vazias” foram ocupadas ao longo das principais vias de acesso. A mancha urbana invadiu o ambiente natural transformando-o em ambiente construído. Esse processo alterou a extensão da cidade e modificou radicalmente a relação entre espaços “vazios”<sup>8</sup> e construídos, como destaca a autora:

Os lugares foram modificados: as áreas de mangue e alagados tornaram-se terras secas; os locais onde havia terras desabitadas tornaram-se terrenos ocupados e edificadas; os espaços em que se localizavam edificações dispersas passaram a abrigar concentrações. Os lugares da cidade transformaram-se, multiplicaram-se, expandiram-se e esses eram movimentos de conflito entre o ambiente natural e o ambiente construído, provocando, ainda, a perda do equilíbrio ecológico. (PONTUAL, 2001, p.27)

Esse processo de expansão urbana era seguido pelo calçamento das vias de acesso, pela construção de novas vias e pela abertura de grandes avenidas. Assim, em algumas situações eliminaram-se monumentos de valor histórico. No centro presenciava-se a requalificação de muitas obras, várias das quais destruindo o tecido colonial que, naquele momento, era visto como sinônimo de inovação. O caráter novo desse processo residia na articulação com os subúrbios, mas a custa da destruição da memória da cidade aliada à consolidação da segregação territorial. Talvez por esse motivo, Andrade (1979) afirmou como uma “fúria modernizadora”.

---

<sup>8</sup> Aspeou-se a palavra “vazios” porque, mesmo desprovido de ocupação humana, qualquer espaço possui outros elementos ligados ao ambiente: água, solo, vegetação, etc. Logo, nenhum espaço é vazio.

Na década de 1970, sob o governo municipal de Augusto Lucena, o território central do Recife vivenciou uma de suas mais significativas e trágicas intervenções urbanas. Tratava-se da construção da Avenida Dantas Barreto, planejada no governo de Novaes Filho. Em dois anos e meio foram demolidos vários edifícios no bairro de Santo Antônio e no de São José, intervenções que atingiram 4Km<sup>2</sup> de área com a demolição de seis quadras e centenas de imóveis, incluindo a igreja do Bom Jesus dos Martírios. Nessa intervenção foram expulsos e marginalizados vários moradores do bairro.

Ao final das décadas de 1970 a 1990, a crise econômica e financeira do país provocou grande impacto na economia urbana do Recife. Com isso a economia urbana mudou completamente, tornando-se baseada no binômio comércio-serviço, em substituição à lógica de comércio-indústria que prevaleceu até os dias de hoje, ( ZANCHETI,2006). Essa mudança aconteceu paralelamente à diminuição dramática do uso da moradia no território central do Recife.

Ainda como reflexo dessa crise econômica, na década de 1980, o centro da cidade foi tomado por ambulantes que praticamente ocuparam todos os espaços das calçadas de suas principais ruas. A diversidade das atividades econômicas no território diminuiu de forma dramática, tornando-se basicamente um centro de comércio e serviços, voltado para um público de baixo poder aquisitivo. Nesse período, alguns planos foram lançados e algumas intervenções executadas, como a revitalização dos bairros de São José e Santo Antônio e a construção do Camelódromo, numa tentativa de reversão da situação. Foi nesse período que o centro recifense foi considerado como um dos principais problemas da cidade.

Em 1978, foi constituído o Plano de preservação de sítios históricos (PPSH) da região metropolitana onde se determinava a responsabilidade dos municípios sobre as suas áreas de preservação e o principal papel dos municípios, relativo a essa responsabilidade, seria a elaboração de um plano que garantisse a integridade do patrimônio construído. O Recife, então, deu início a um trabalho de defesa do seu patrimônio histórico e cultural com a elaboração de um plano de preservação.

Em 1979, o governo municipal local normatiza a divisão do território de interesse em zonas especiais de preservação (ZEPs); em 1981, conclui-se o plano com a constituição de 31 sítios históricos entre os quais se acha o bairro do Recife. Em 1986, foi elaborado o Plano de revitalização do Centro com a proposta de manutenção desse ambiente de interesse específico, enquanto espaço de convergência para várias atividades urbanas.

Essa iniciativa da parte da gestão pública municipal local culminou na elaboração do Plano de Revitalização do Bairro do Recife, em 1998, cujo objetivo era criar as condições físicas favoráveis à revitalização das edificações de valor histórico, dos espaços públicos e das atividades econômicas e de lazer, como descreve o texto abaixo e mostra a **figura 30** relativa à Rua do Bom Jesus revitalizada.

Conservar o patrimônio histórico e cultural do Bairro mais antigo da cidade do Recife...; transformar a economia do bairro no sentido de torná-la um centro regional...; tornar o bairro um espaço de lazer e diversão para toda a população da cidade...; tornar o bairro um centro de atração turística nacional e internacional. (PRBR, 1998, p.33)



**Figura 30:** Sobrados recuperados na Rua do Bom Jesus  
**Fonte:** Prefeitura do Recife – acervo de 2000.

Da mesma forma que outras ações de intervenção, já mencionadas neste trabalho, ocorridas na área central da cidade que expulsaram e marginalizaram a população de baixa renda, a implantação do Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR, 1998)

não conseguiu incorporar os moradores pobres do bairro – a população dos cortiços instalados nas edificações, em estado avançado de degradação, os trabalhadores do Porto e outras famílias vindas de outras áreas da cidade que ocupavam o entorno da fábrica do Pilar. Segundo a Prefeitura do Recife em 1995, nessa área, já havia 268 barracos utilizados como moradia daqueles trabalhadores.

Do ponto de vista do planejamento, esse Plano (1998) dividiu o bairro em três Setores os quais, por sua vez, foram subdivididos em Polos como mostra a **Figura 31**: Setor de Intervenção controlada (Polos Alfândega /Madre de Deus, Bom Jesus e Arrecifes), definido por aqueles que abrigam um conjunto edificado de valor cultural reconhecido e onde deve ser promovida a recuperação da infraestrutura, reciclagem dos imóveis e dinamização das atividades; Setor de Consolidação (Polo Capibaribe) ocupado por instituições públicas e onde deveria ser estimulada uma ação de parceria para dinamização das áreas de convívio; Setor de Renovação Urbana (Polo Pilar) onde existem indústrias e um foco de degradação com incremento de “favelização” cuja proposta de intervenção pauta-se na renovação da infraestrutura, do patrimônio imobiliário e na revalorização dos edifícios tombados. (PRBR, 1998)



**Figura 31:** Mapa do Plano de revitalização urbana do Bairro do Recife -1997  
**Fonte:** Prefeitura do Recife

Para cada um desses Polos, foram pensados e elaborados programas e projetos que efetivassem a revitalização do Bairro. Para o **Polo** Pilar, situado dentro do Setor de Renovação urbana, constava que:

[...] a área está praticamente destruída e ocupada por uma favela, deverá ser reconstruída segundo um plano de ocupação que será elaborado pela prefeitura, imediatamente após a aprovação da lei de uso e ocupação do solo específica para o bairro, este mesmo plano deverá fornecer solução para a relocação das construções da favela. (PRBR, 1998, p.28).

O estado de estagnação e degradação do bairro do Recife foi minimizado com o Plano, com o qual se consolidou a área como espaço de visitação turística. Houve a inserção de novas dinâmicas econômicas como: Porto Digital (criação de um ambiente de negócios de tecnologia de ponta<sup>9</sup>). A realização de atividades culturais diversas, nos espaços públicos com a revitalização e restauração do Polo Bom Jesus e de vários outros imóveis no Polo Alfândega, comprovando a afirmação de que o bairro não se acha mais sob a condição de decadência. Mas, o Polo Pilar continuou crescendo demograficamente, em termos de número de barracos e da sua condição de pobreza inicial a qual se agravou.

## **2.2 - Da Favela do Rato à Comunidade do Pilar: mudanças efetivas ou parciais?**

A Favela do Rato era a denominação que se dava ao lugar, conhecido hoje como Comunidade do Pilar. Essa denominação se baseava, em termos, à alta concentração daquele tipo de roedor na área. Os ratos eram atraídos pela presença de restos do trigo utilizado no Moinho Recife, empresa que esteve instalada no bairro por muitas décadas. Alguns moradores afirmam que a alcunha de Favela do Rato, também, estava ligada ao fato de eles viverem em precárias condições de vida. Segundo relatos de alguns dos moradores do lugar, eles chegavam a “disputar” não só o espaço físico como também os restos de alimentos com os ratos. Assim sendo, em função dessa

---

<sup>9</sup> Definição encontrada no Plano de desenvolvimento do Porto Digital- Proposta para discussão – Governo de Estado de Pernambuco 2001

conotação negativa dos termos, os moradores do Pilar solicitaram a mudança do nome à Prefeitura do Recife a qual, através do Decreto 18.570/2000, decretou que a área passaria a se denominar como Comunidade Nossa Senhora do Pilar, referindo-se à presença da igreja, patrimônio tombado, de mesmo nome, implantada nas suas proximidades.

A ocupação do Pilar teve seu início na década de 1970 quando o Porto do Recife, ainda pertencendo à PORTOBRÁS, desapropriou e demoliu seis quadras já sem edificações, situadas entre a fábrica do Pilar e o Moinho Recife, como mostra a **figura 32**. Mesmo sem a marcante ocupação dos barracos, na década de 1980, pode-se ver ao longo do perímetro da rua de São Jorge (em destaque) algumas unidades já instaladas. Num período de aproximadamente 10 anos, essa área começou a ser adensada. O que aconteceu, mesmo antes da abertura da Avenida Alfredo Lisboa, Prefeitura do Recife (2007).



**Figura 32:** Rua de São Jorge com as quadras já sem as edificações  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, acervo Museu da cidade, 1980.

As demolições das edificações, nestas quadras, foram feitas para a implantação de um projeto de expansão do Porto Recife, a qual terminou não acontecendo. Os espaços “livres” deixados por essas edificações demolidas foram sendo ocupados

gradativamente por famílias de baixa renda, que trabalhavam normalmente com as atividades portuárias, em outros pontos da área central do Recife, nas industriais do mesmo bairro e nos setores de comércio e serviços informais que, desde as intervenções urbanísticas tratadas anteriormente, já faziam parte da área central da cidade. Com efeito, segundo dados do IBGE<sup>10</sup> (2000), 72,49%<sup>11</sup> dos moradores do Pilar trabalham nos bairros do Recife, Santo Antônio e São José e 54,23% deles têm idade entre 15 e 59 anos.

Os moradores do Pilar constituem hoje, predominantemente, a população residente no bairro do Recife. São aproximadamente 1900 pessoas vivendo em 537 barracos. Destes, 35% são construídos em madeira com área que varia de 6,00m<sup>2</sup> a 15,00 m<sup>2</sup>, como mostram as **figuras 33, 34,35 e 36.**



**Figuras: 33 e 34:** Tipos de habitação no Pilar  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2008

<sup>10</sup> IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<sup>11</sup> Dados encontrados no Programa de requalificação urbanística e inserção social da comunidade do Pilar – Prefeitura do Recife 2002.



**Figuras 35 e 36:** Tipos de habitação no Pilar  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2011

Apesar do tempo de ocupação da área, em torno de 40 anos e da mudança do nome: (Favela do Rato para Comunidade do Pilar), as condições estruturais da moradia não mudaram, tendo continuado de maneira muito precária e a infraestrutura urbana de água e esgoto é inexistente.

A organização comunitária que se esperava ainda não ocorreu. Trata-se de um grupo social sem organização enquanto comunidade, apresentando uma frágil capacidade de reivindicação. Podendo-se, inclusive, afirmar que a implantação do PRUISCP com a proposta de permanência das famílias deu-se muito mais por uma decisão política da gestão municipal do que pela força reivindicatória da comunidade.

A forma espacial da área é representada, figurativamente, como uma fortaleza, os imóveis circundam a favela, isolando-a e contribuindo para a sua segregação espacial, em relação ao restante da cidade. Pode-se identificar essa “separação” ao observar a imagem da **figura 37** logo mais. Os referidos imóveis, tais como galpões industriais e os sobrados comerciais dão as costas para a comunidade e os seus acessos principais estão sempre voltados para as avenidas.



**Figura 37:** Comunidade do Pilar e entorno.  
**Fonte:** Fundação Seridó, 2010

Entende-se essa disposição espacial como um “isolamento” que, também, favorece a prática de atividades ilícitas, as quais contribuem para a sobrevivência de algumas famílias da área. O que, por seu lado, reforça a situação de certa ausência de participação e representatividade dos moradores do lugar com instâncias governamentais em face da condição de ilegalidade vivenciada por muitos. Eles estão, portanto, em condições muito precárias de existência, subsistindo economicamente da informalidade, do comércio de rua, da prostituição e do tráfico de drogas. Estas duas últimas atividades são favorecidas pela sua localização, isto é, por se achar próxima ao Porto, bem como por ser uma área de visitação turística.

Os seus barracos não diferem dos de nenhuma outra favela do Brasil, mas o fato de estarem fixados numa área de preservação histórica (ZEP 9)<sup>12</sup> proporciona-lhes um forte diferencial do ponto de vista do valor imobiliário da área.

No que concerne aos serviços públicos existentes no Pilar, existe, na área, uma Escola pública municipal e um Posto de Saúde da Família. Alguns barracos desenvolvem atividade comercial, com a instalação de lanchonetes e bares cujos frequentadores são, basicamente, os trabalhadores do Porto e das fábricas vizinhas.

---

<sup>12</sup> ZEPH 9 – Zona Especial de Preservação Histórica – de acordo com a Lei de uso e ocupação do Solo do Recife de 1996.

Segundo a Prefeitura do Recife, em 2003, alguns desses comerciantes foram incluídos num programa de desenvolvimento da economia social e solidária, passando a ocupar, com as barracas devidamente padronizadas, áreas do Bairro nos dias dos grandes eventos. Esses mesmos comerciantes também participam das atividades festivas desenvolvidas nos pátios da prefeitura, tendo prioridade quanto à locação de suas barracas.

Na área estudada muitas moradias estão fixadas às ruínas das antigas casas, inclusive preserváveis segundo o IPHAN, como mostra a **figura 38**. A Igreja de Nossa Senhora do Pilar<sup>13</sup>, tombada em parâmetro federal. Até o ano 2008 esse templo católico apresentava-se lacrado e em estado avançado de degradação como mostra a **figura 39**. Em 2009 a restauração da igreja, parte integrante do PRUISC, foi iniciada e hoje está em fase de conclusão, como mostra a **figura 40**. Ela deverá integrar os espaços de uso público da comunidade e do turismo.



**Figura 38:** Ruínas da área  
**Fonte:** Nancy Nery, 2008



**Figura 39:** Igreja do Pilar  
**Fonte:** Nancy Nery, 2008

---

<sup>13</sup> Curiosamente, o pátio dessa Igreja não sofreu processo de ocupação pelos moradores, ficando livre e servindo, atualmente, de local para as rodadas de negociações entre os agentes da Prefeitura e a comunidade.



**Figura 40:** Igreja do Pilar  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2011

A situação de precariedade da área, associada a um modelo de organização socioespacial cada vez mais seletivo e concentrador de renda, favoreceu ainda mais a concentração de pessoas sem acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade contemporânea. O que, por seu turno, agrava as condições socioespaciais de vida no lugar.

Convém salientar que o aumento das condições de pobreza dos moradores do Pilar deve-se também ao acréscimo de mais de 500% do número de famílias morando na área. Em 1987, eram 89 famílias; em 1998 eram 370 e, em 2007, já se tinha 453 e hoje existem 537 famílias na área, conforme a Prefeitura do Recife (2012).

Elas continuam vivendo em barracos, numa situação de existência ainda bastante precária, sujeitas a todo tipo de violência e neste momento estão aguardando a conclusão do PRUISCP que está em andamento, conforme mostram as **figuras 41 e 42** relativas às imagens das obras em uma das quadras e que têm previsão de conclusão para 2014.



**Figuras 41:** Comunidade do Pilar  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2010. Início das obras.



**Figuras 42:** Comunidade do Pilar  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2010. Início das obras.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife (RECIFE, 2005), os moradores do Pilar apresentam um dos menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do município. O IDH sintetiza três índices que medem as condições favoráveis de um lugar para o desenvolvimento do ser humano. Esses índices são: a longevidade – relacionada às condições de saúde e salubridade do ambiente, a renda e a educação. Todos juntos deverão estar associados de forma a oferecer oportunidades de escolhas para o desenvolvimento saudável das famílias, como descreve o texto a seguir:

O IDH tem a ver com a criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver o seu potencial e levar a vida produtiva e criativa de acordo com as suas necessidades e interesses. As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação. O desenvolvimento tem a ver, portanto com o alargamento das escolhas que as pessoas têm para levar sua vida a que deem valor. E tem a ver muito mais que crescimento econômico que é apenas um meio,

ainda que muito importante de alargar as escolhas das pessoas. (PNUD, 2001, apud BITOUN, 2005 p.2

O **Quadro 01**, abaixo, mostra os índices do bairro do Recife, quanto à porcentagem de jovens analfabetos em idade produtiva e revela um drástico índice relativo à economia da área. Quase 50% dos responsáveis pelos domicílios recebem até um salário mínimo, a menor condição de renda da cidade. Dados que nos levam a questionar a capacidade de escolhas dessa população, não obstante as perspectivas em termos de mudanças no que se refere às suas condições físicas de moradia.

Bairro	Cód.	Jovens de 18 a 24 anos analfabetas, 2000 %		Bairro	Cód	Percentual de responsável pelo domicílio com renda até 1 sm, 2000
<b>Recife</b>	<b>1</b>	<b>19.01</b>		<b>Recife</b>	<b>1</b>	<b>48.96</b>
Joana Bezerra	9	12.91		Joana Bezerra	9	42.32
São José	11	9.48		Sao José	11	37.68
Santo Antônio	5	10.91		Coelhos	8	36.79
Coelhos	8	9.37		Santo Amaro	2	28.19
Santo Amaro	2	7.39		Cabanga	10	24.72
<b>RPA 1</b>	<b>1</b>	<b>7.23</b>		<b>RPA 1</b>	<b>1</b>	<b>25.46</b>
<b>Total Recife</b>	<b>8</b>	<b>4.88</b>		<b>Total Recife</b>	<b>10</b>	<b>22.71</b>

**Quadro 01** Níveis de educação e renda de seis bairros das RPA1

**Fonte** atlas de desenvolvimento humano do Recife 2001

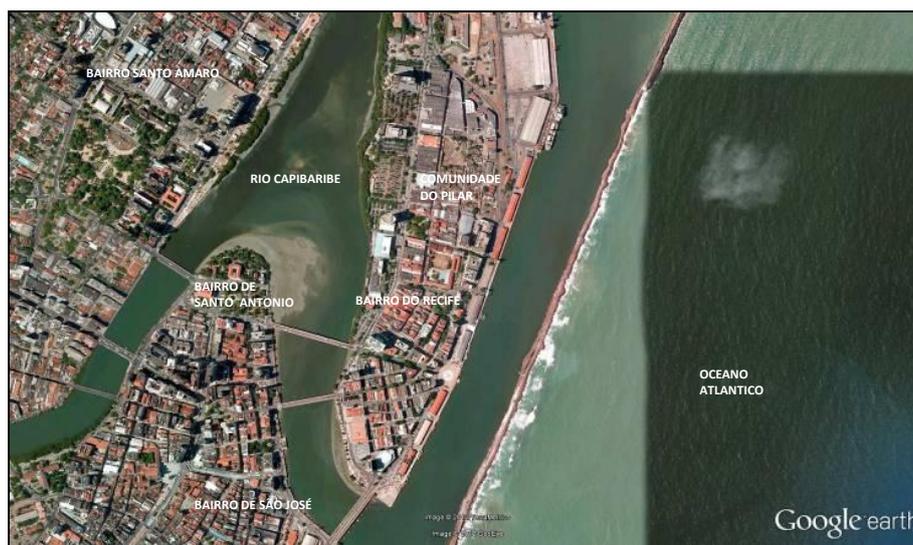
Mas, apesar dessa condição de vulnerabilidade, eles estão localizados numa área que foi classificada pela FIDEM<sup>14</sup> como “território de oportunidades”. Essa classificação é real, não apenas pela FIDEM, que é um órgão voltado para as questões relativas ao planejamento das cidades da região metropolitana, mas pelo fato da área está recebendo, neste momento, um volume significativo de recursos com foco na requalificação.

A depender da forma como acontecem essas intervenções e do entendimento da comunidade em relação à sua posição nesse processo, todos os investimentos realizados poderão contribuir com a inclusão dos moradores do lugar. Como já foi dito,

<sup>14</sup> De acordo com o Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife, feito sob a coordenação da FIDEM em 1998. Hoje, esse órgão se chama - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco CONDEPE FIDEM

o lugar está encravado na área central histórica do Recife, objeto de muitas investigações e é palco da execução de vários planos e projetos, inclusive o PRUISCP, e, portanto por seu valor histórico e cultura serão associados exponencialmente ao valor imobiliário.

A **figura 43**, logo abaixo, mostra em destaque a posição geográfica da Comunidade do Pilar em relação ao bairro do Recife e os demais bairros da área central da metrópole.



**Figura 43:** imagem de satélite com os bairros da área central, no entorno do Polo Pilar  
**Fonte:** Google earth, 2008.

Mas, como diz Corrêia (1993), o espaço urbano não é homogêneo, é fragmentado e ainda é reflexo da sociedade desigual, possuindo vários e diversificados territórios dentro dele. A nossa pesquisa concentra-se num desses espaços denominado pelo Plano de revitalização do bairro do Recife como Polo Pilar, onde vivem aproximadamente 1872 pessoas em 537 habitações. A síntese das características socioeconômicas dessa população está apresentada no **Quadro 02** logo abaixo.

<b>Número de famílias</b>	<b>537</b>
<b>População residente</b>	<b>1832</b>
<b>Idade dos chefes de domicílio</b>	<b>Entre 18 a 67 anos</b>
<b>Escolaridade do chefe de domicílio</b>	<b>Máximo 5 anos de estudo</b>
<b>Condição de Trabalho</b>	<b>Atividade informal. 70% sem carteira assinada</b>
<b>Renda média mensal</b>	<b>Até 1 salário mínimo</b>

**Quadro 02 :** Síntese do cadastro socioeconômico  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2007

No próximo item, apresentaremos o **PRUISCP** com o objetivo de, em seguida, identificar a sua capacidade de interferir, de forma qualitativa, no Polo Pilar, no sentido da mudança efetiva das suas condições de vida, materiais e simbólicas.

### **2.3 - O Plano de requalificação urbanística e o anúncio do princípio da inclusão social da Comunidade do Pilar**

Numa nova perspectiva sobre o Polo Pilar, a Prefeitura do Recife, em 2002, propôs a execução de um Programa para a requalificação da área, com garantias de permanência dos moradores no lugar, após sua requalificação. Os terrenos onde a Comunidade Pilar estava assentada, naquele momento, pertenciam à União Federal e estavam arrendados ao Porto de Recife sob a gestão do Governo do Estado.

A proposta da Prefeitura estava assegurada por um acordo entre as gestões: municipal, estadual e o Porto do Recife. O conteúdo desse acordo consistia na troca da quadra 40, por outra de interesse específico do Porto. O referido acordo não foi efetivado e o programa não foi implantado. O governo do estado de Pernambuco, juntamente com o Porto Recife, desfez o acordo, apresentando outros interesses pela área e o Porto do Recife, por sua vez, arrendou o local onde seria implantado o Programa Pilar.

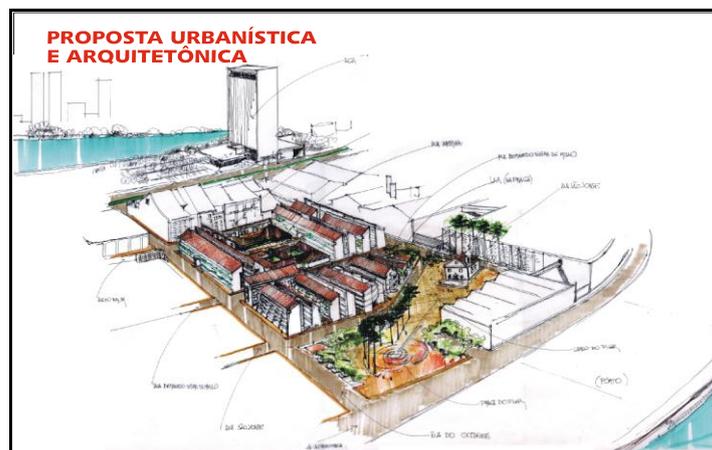
A gestão municipal estava diante de um entrave de caráter fundiário e teve que refazer o Programa a partir de agora se utilizando de outras áreas.

Esse processo apresentou-se bastante conflituoso principalmente para a comunidade que presenciou a assinatura do acordo e já conhecia o projeto. A **figura 44** logo abaixo mostra a quadra 40 com os silos instalados após o seu arrendamento pelo Porto do Recife.



**Figura 44:** Quadra 40, objeto do acordo entre os Governos - Municipal/Estadual.  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2002.

A **figura 45** mostra o projeto arquitetônico de implantação do Programa assentado em parte da referida quadra. Ficaram caracterizados, naquele momento, outros interesses por parte do Governo do estado e do Porto do Recife, que não contemplavam a realização do Programa de requalificação do Pilar. Do que ficou claro o antagonismo e o conflito entre interesses econômicos e interesses ligados à vida humana, ao invés de buscar a cooperação entre eles.



**Figura 45:** Projeto apresentado nas quadras objeto do acordo  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2002

Em 2003, foi lançado o Plano do Complexo Turístico Cultural Recife Olinda, que considerou, em suas diretrizes gerais, a inclusão social e nela a incorporação da

proposta de requalificação urbanística do Pilar. Plano que foi apresentado pela Prefeitura do Recife em 2002. Como descreve o texto abaixo.

Diretrizes e indicativos que favorecem uma ação integrada entre as administrações municipais, e a estadual no sentido de estimular a dinamização econômica da região, a partir da expectativa de afirmação de seu acervo e valores culturais, respeitando padrões de conservação do seu patrimônio histórico e ambiental. (MARINHO, 2003, p. 1)

Em dezembro de 2007, a gestão municipal local anunciou a superação do entrave de caráter fundiário. Os terrenos onde estão os moradores do Pilar, que estavam arrendados ao Porto do Recife, sob a gestão do governo do estado, foram a partir de então cedidos para o município.

O Programa de Requalificação urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar foi, então, atualizado, considerando que num espaço de cinco anos (de 2002 a 2007) a população aumentou e a área de implantação do Programa passou de 4 para 6 quadras dando a possibilidade de se criar espaços públicos mais generosos, assim como os equipamentos coletivos e a moradia.

Foi ele, por fim, apresentado aos moradores da área, numa perspectiva de intensa euforia com relação ao início das obras, que tem seu início em janeiro de 2010, devendo ser concluída em quatro anos. Com o apoio da mídia, esse clima de euforia ampliou-se ainda mais, sobretudo, com a divulgação das ações do Programa, mediante a seguinte manchete: *“Obras do PAC<sup>15</sup> vão mudar a cara da favela do Pilar”* <sup>16</sup>. A **figura 46**, logo abaixo, mostra a distribuição espacial das seis quadras: 25, 45, 46, 55, 40 e 60 que serão utilizadas para a implantação do PRUISCP.

---

<sup>15</sup> PAC - Programa de aceleração de crescimento do Governo Federal

<sup>16</sup> Título da matéria do Jornal do Comércio, um veículo cultural de grande circulação no Estado.

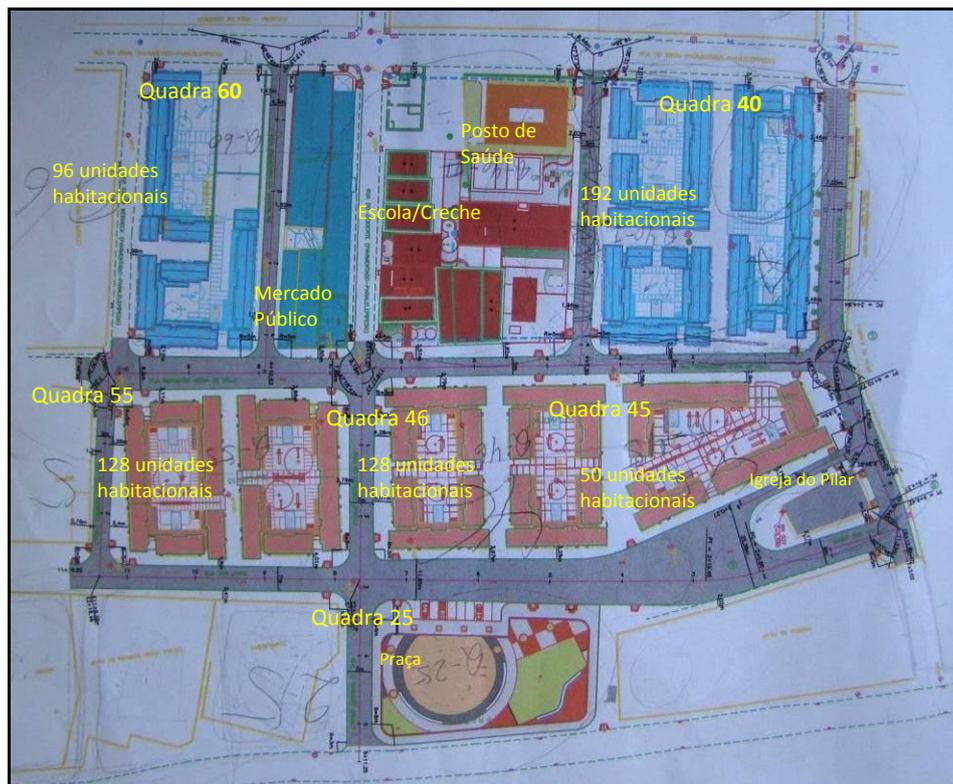


**Figura 46:** nomenclatura das quadras do Programa.  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2008

Concretamente, a gestão municipal do Recife, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores, apresentou o Programa aos moradores, descrevendo sua implantação conforme o texto a seguir:

Os estudos apresentados visam atender a demanda social existente, de modo a oferecer habitação para a comunidade carente, que na área se encontra residindo, e espaços comercial, educacional e sanitário, para aqueles que habitam e prestam serviços na área. Para atingir o objetivo proposto, foi elaborado um projeto que estabelece o máximo de unidades habitacionais possível, sem um comprometimento com uma super ocupação dos edifícios propostos. (Memorial descritivo do PRUISCP, Prefeitura do Recife, 2007).

A partir dos mapas da Unibase e do Atlas Histórico Cartográfico do Recife, o PRUISCP busca resgatar o desenho das quadras existentes, com as seguintes ações: construção de 588 unidades habitacionais verticalizadas em quatro pavimentos (térreo mais três); essas unidades habitacionais estarão distribuídas em cinco das seis quadras para atender a demanda da comunidade. O projeto arquitetônico do conjunto possui a modulação definida a partir da estrutura formada pelo conjunto das edificações da quadra e das aberturas das vias, que reforçam a modulação, tendo como referência as tipologias predominantes no Bairro do Recife e os seus elementos compositivos. A **figura 47** é uma cópia da planta de locação que mostra a distribuição espacial dessas edificações.



**Figura 47: Planta de localização do PRUISCP.**  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2008

Quanto aos equipamentos públicos, serão construídos: uma escola com quadra poliesportiva, que funcionará em tempo integral, uma creche, um posto de saúde da família e ainda um Mercado Público. Este deverá abrigar as atividades comerciais e de serviços para atender ao cotidiano dos moradores como: açougue, padaria, mercearia, loja de confecções e cabeleireiro e outros postos de prestação de pequenos serviços e ainda aqueles para o atendimento ao turista. Nesse caso, considerando a especificidade da área (Prefeitura do Recife,2007)

O programa contempla também a infraestrutura urbana com pavimentação, drenagem, instalação da rede de água, luz e saneamento. E pelo fato da área integrar a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural (ZEP 09)<sup>17</sup> todos os projetos passaram pela aprovação do IPHAN e a sua implantação tem a obrigatoriedade de ser precedida de acompanhamento arqueológico. Prefeitura do Recife (2007).

<sup>17</sup> Lei Municipal nº 16.290/97.

A **figura 48**, logo abaixo mostra uma perspectiva do projeto a ser implantado.



**Figura 48:** Perspectiva do Conjunto Habitacional e equipamentos.  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2008

A distribuição das unidades habitacionais e os equipamentos foram projetados com atenção especial à sua localização, especialmente aquelas áreas no entorno da Igreja do Pilar como, por exemplo, os dois blocos habitacionais da quadra 45. Devido a essa proximidade, e com o objetivo de valorizar o patrimônio tombado e ainda resgatar os valores ambientais da área, os blocos possuem apenas dois pavimentos (térreo e primeiro pavimento).

O terceiro edifício na mesma quadra e que está voltada para a Rua Bernardo Vieira de Melo e, portanto, será construído na parte posterior da quadra 45, em relação à Igreja; possui quatro pavimentos, térreo, primeiro, segundo e terceiro pavimentos. Como mostram logo abaixo as **figuras 49 e 50**.



**Figura 49 e 50:** Quadra 45 em perspectiva, no trecho voltado para a lateral da Igreja  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2007.

A composição volumétrica dessa quadra teve a preocupação de reforçar a Igreja como elemento de destaque do conjunto.

Nas quadras 46, 55 e em partes das quadras 40 e 60, também serão implantados os blocos habitacionais que seguem o mesmo modelo de implantação das edificações da quadra 45, ou seja, com edifícios situados no paramento da via e com uma área interna de convívio que pode ser denominada de pátio. Nessas quadras, situam-se blocos habitacionais de quatro pavimentos, térreo, primeiro, segundo e terceiro pavimentos como mostra a **figura 51**. Entre os blocos haverá uma rua de pedestre, como mostra a **figura 52**, que possibilitará a relação de vizinhança entre os moradores.



**Figura 51:** Perspectiva dos blocos da quadra 46  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2007



**Figura 52:** Perspectiva da rua de pedestre quadra 46  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2007

A praça que será implantada na quadra 25 está voltada para a Avenida Alfredo Lisboa e por isso abrirá uma visada, em perspectiva, para Igreja como mostra a **figura 53**. Juntando-se ao pátio da já existente igreja que será requalificado, configurar-se-á uma significativa área de convívio, abrindo os espaços da Comunidade para a cidade.



**Figura 53: Praça e a perspectiva de visada para Igreja**  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2008

Como já foi mencionado em diversas situações deste trabalho, o PRUISCP tem uma relevância pela especificidade de estar sendo implantado numa área da cidade, que possui significativo valor histórico, cultural e simbólico. Um dos principais elementos dessa relevância é a Igreja Nossa Senhora de Pilar, que resistiu ao tempo e à degradação do ambiente, mas que está sendo restaurada e em fase de conclusão. A **Figura 54** mostra uma maquete virtual da igreja com a restauração concluída.



**Figura 54: Maquete virtual da igreja**  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2011

A quadra 60 abrigará dois blocos habitacionais e o mercado público. Do mesmo modo que a quadra 40 caracteriza-se pela presença de algumas ruínas que ainda preservam a tipologia das primeiras edificações da área, as quais serão inteiramente preservadas. Assim como a escola e o posto de saúde que serão construídos na quadra 40, as ruínas

que estão na quadra 60 serão incorporadas à nova edificação, preservando-as sem interferir no uso dos equipamentos e agregando ainda mais valor a eles.

Desse modo, o partido arquitetônico do Mercado optou pela implantação dos boxes no paramento da rua. Como mostra a **figura 55** com a foto da ruína que será incorporada e a **figura 56** com o desenho do mercado.



**Figura 55:** Ruínas da quadra 60  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2007



**Figura 56:** Desenho virtual do Mercado  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2007

As unidades habitacionais possuem entre 39m<sup>2</sup>e 41m<sup>2</sup> e são compostas de dois quartos, sala, cozinha, WC e área de serviço, como mostra a **figura 57**. Do ponto de vista da distribuição dos espaços internos e dos tamanhos, essa unidade não se diferencia das demais unidades habitacionais construídas nos outros conjuntos habitacionais subsidiados pelo Estado. O grande diferencial deste caso reside na implantação dos módulos, que gerou um espaço interno aos blocos (pátios) e na implantação no paramento da rua criando outro tipo de relação com o espaço público.



**Figura 57:** Desenho da unidade habitacional  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2007

Todas essas ações planejadas e anunciadas em 2002 sofreram modificações quanto a sua forma, ao longo de cinco anos; voltaram a ser anunciadas em 2007; e começaram a ser implantadas em janeiro de 2010.

Por hipótese, permaneceram os princípios anunciados e discriminados no escopo do Programa, que se refere à inclusão socioespacial da Comunidade do Pilar. No próximo capítulo, com a identificação do modelo de implantação e da gestão do Programa, tentaremos identificar a sua capacidade de atender efetivamente aos princípios propostos, concretizando-os.

## **CAPÍTULO III**

### **3- Estudo analítico do Programa**

Neste capítulo será identificada a metodologia de implantação e de gestão do PRUISCP com o objetivo de caracterizar a proposta de inclusão socioespacial apresentada no escopo do Programa. Aqui também serão apresentadas as dificuldades que estão sendo encontradas para atingir os objetivos do Programa

#### **3.1. Metodologia de implantação do PRUISCP**

A metodologia de implantação do PRUISCP, segundo a Prefeitura do Recife (2010), está sustentada em três componentes: a inclusão socioespacial, requalificação urbanística e valorização do patrimônio.

Eles orientam implementação do programa, são interdependentes e, ao mesmo tempo, estão ligados pelo princípio da inclusão.

Para cada componente existem metas, que foram definidas no momento de elaboração do Programa e que deverão ser perseguidas e alcançadas em todas as etapas da sua implantação.

Destacam-se abaixo as metas inerentes a cada um dos componentes do PRUISCP:

##### **1- Inclusão socioespacial, no que tange ao componente, tem-se como metas:**

- Estimular a participação da comunidade local em todas as etapas do Programa;
- Proporcionar a capacitação da comunidade para o trabalho de todos os moradores ativos;
- Contribuir para que os moradores ativos tenham acesso a trabalho e renda;
- Garantir o acesso à moradia no Pilar, a todos os moradores cadastrados;

- Garantir que os equipamentos públicos de saúde, educação, comércio e lazer sejam capazes de atender a demanda dos moradores;
- Garantir a educação patrimonial e ambiental durante a execução da obra e em até dois anos, depois da ocupação das unidades habitacionais;

## **2. Quanto à requalificação urbanística:**

- Recuperar 26.234,23 m<sup>2</sup> de área, que correspondem ao perímetro de seis quadras onde está instalada a obra;
- Construir 588 novas unidades de moradia com qualidade construtiva;
- Construir a Escola municipal com uma quadra poliesportiva que possa ser usada também pela comunidade, além do seu uso normal pelos estudantes;
- Construir uma Creche, sob os moldes do modelo dos CEMEIs<sup>18</sup>;
- Construir o Posto de Saúde com equipes da saúde da família;
- Garantir a construção das redes de água, esgoto e drenagem, preservando os achados arqueológicos;
- Garantir a entrega de todos os blocos habitacionais com todas as vias de pavimentação;
- Embutir a Iluminação pública, considerando a especificidade da área na valorização do patrimônio construído;
- Garantir os espaços de coleta seletiva;
- Construir um mercado público sob os moldes do modelo de gestão compartilhado;

## **3. E, quanto ao componente “Valorização do patrimônio histórico cultural”:**

- Restaurar a Igreja do Pilar em parceria com o IPHAN, garantir o seu uso pela comunidade;
- Garantir o acompanhamento e a prospecção arqueológica na implantação da obra;
- Dar visibilidade ao Forte de São Jorge;
- Garantir o uso e fruição ao sítio histórico;

---

<sup>18</sup> CEMEIs são Centros municipais de educação infantil. Faz parte de um programa do Governo federal, Ministério da Educação para atender, em tempo integral, as crianças entre 0 e 5 anos.

- Integrar o novo, os habitacionais e os espaços públicos ao Sítio histórico do bairro;

Para a implantação do componente de inclusão socioespacial, foi elaborado o Projeto de trabalho técnico social PTTS (2010). O PTTS é uma exigência do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC), juntamente com os órgãos financiadores dos programas habitacionais. Para o programa Pilar, foi ainda elaborado o PTTS (cópia no anexo 1) durante a confecção do projeto de arquitetura e do plano urbanístico e suas ações executadas durante a implantação do Programa.

A implantação do PTTS deverá estender-se por mais dois anos, após a entrega das unidades habitacionais. A sua execução é gerenciada pela Empresa de urbanização da Prefeitura do Recife (URB), bem como por uma empresa contratada especificamente para esse fim.

O PTTS deve cumprir com os seguintes objetivos:

- Caracterizar a área de intervenção e do entorno, considerando as áreas de intervenção e o reassentamento;
- Caracterizar a população beneficiária;
- Caracterizar as organizações comunitárias;
- Caracterizar as intervenções físicas e seu reflexo direto sobre as famílias beneficiadas:

Resumidamente, o PTTS deve desenvolver um trabalho de reconhecimento do existente e de preparação dos moradores para o uso dos novos equipamentos a serem construídos. Esse trabalho se dá, sucintamente, pela caracterização das famílias quanto às suas condições de renda, saúde, educação e ao reconhecimento de suas habilidades e competências. A partir de então, monta-se uma estrutura de trabalhos que envolvam as famílias, estimulando-as a participar das diversas capacitações para o desenvolvimento de suas habilidades e auto-estima.

Os elementos que integram o componente de Requalificação Urbanística partiram inicialmente da elaboração dos projetos de arquitetura e urbanismo. Nesse caso, diferentemente dos outros projetos habitacionais feitos pela gestão municipal, que são contratados e desenvolvidos por empresas especializadas, o projeto arquitetônico e urbanístico do PRUISCP foi elaborado pelo Departamento de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) da Secretaria Municipal de Cultura.

Essa opção diferenciada foi justificada pela Prefeitura do Recife em 2007, calçando-se na sua necessidade de ter um maior controle sobre os projetos que, nesse caso, tratava-se de uma intervenção num lugar com especificidades físicas espaciais completamente diferentes de tudo o que já foi feito, até então, para áreas pobres na cidade. Também, diferentemente de outros projetos, este teria que ser analisado e aprovado pelo IPHAN<sup>19</sup>. Não só pelo fato de estar sendo implantado na Zona Especial de Preservação Histórica (ZEPH 09), mas também pelo fato dos projetos arquitetônicos dos equipamentos públicos incorporarem as ruínas preserváveis – previamente definidas pelo IPHAN como tal.

A implantação do PRUISCP foi orçada em R\$ 38.000,000, 00 (trinta e oito milhões de reais) financiados pelo PAC e repassados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDS) e pela Caixa Econômica Federal (CEF). Desse montante, R\$ 28.000,000, 00 (vinte e oito milhões de reais) são recebidos a título de empréstimo, pelo que a Prefeitura se responsabiliza pela contrapartida de 30% (R\$ 8.400,000. 00) e os R\$10.000,000, 00 restantes são recebidos através do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (FNHIS). Esse é um repasse a fundo perdido do Governo Federal para o município, o que significa que a Gestão municipal não terá que devolvê-lo.

O cronograma apresentado pela URB, em 2010, para a execução das obras foi de 42 meses (três anos e meio). A obra foi licitada em dois lotes (conjunto de obras separadas, por quadras), o que significa que temos duas empresas em duas frentes de

---

<sup>19</sup> IPHAN é o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional que tem a responsabilidade legal de preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, bem como assegurar a permanência e usufruto desses bens para a atual e as futuras gerações.

trabalho. O texto abaixo mostra um trecho do Termo de referência que desencadeou o processo licitatório do qual participaram quatro consórcios e uma empresa.

O objetivo maior das ações de reurbanização da área, hoje degradada, é promover a reintegração das áreas públicas e privadas do Pilar, notadamente a Igreja do Pilar, entendendo-se que qualquer ação renovadora passa por ação disciplinadora da ocupação informal hoje existente no local e em crescente expansão. Assim, torna-se essencial a desobstrução dos espaços públicos e o seu tratamento adequado, a ocupação planejada das áreas privadas e a conseqüente oferta de moradia e espaço de atividades econômicas para os atuais moradores e usuários, e a reintegração funcional da Igreja do Pilar às atividades socioculturais da comunidade. (Prefeitura do Recife/URB, 2009)

Para a implantação da componente de Valorização do Patrimônio histórico cultural, a Secretaria Municipal de Cultura, através do DPPC, montou um projeto de educação patrimonial com atividades diversas e capacitações que vêm ocorrendo quinzenalmente no canteiro de obras. O projeto foi denominado “Onde vou Morar?” **(anexo 2)** e está distribuído em ações de Educação Patrimonial que possibilitam o estímulo à percepção dos moradores quanto à necessidade de preservar a nova estrutura urbana, agregando-a ao patrimônio cultural preservado. O texto a seguir destaca um trecho do escopo do referido projeto.

A proposta **de Educação Patrimonial** se insere na necessidade de manter um diálogo com a comunidade para os modos de viver, compreender que o patrimônio é construção de todos, identificando-se com o lugar e dessa forma, apresentar os cuidados necessários para manter preservadas as conquistas. O escopo destas ações visa aproximar a Comunidade do Pilar ao processo de transformação urbana que a cidade e o bairro do Recife vêm sofrendo nos últimos anos, sendo assim, objetivamos inserir a comunidade no sentido de apropriação e pertencimento do patrimônio. (Prefeitura do Recife/Secretaria de Cultura, DDPC, 2010)

As **figuras 58 e 59** mostram um dos encontros realizados, na perspectiva da Educação patrimonial.



**Figura 58:** Educação Patrimonial, no barracão da obra  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2011



**Figura 59:** Educação patrimonial no canteiro de obras.  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2011

As **figuras 60** e **61** mostram as imagens de uma ação realizada em 2008, quando mesmo antes da execução do projeto “Onde vou morar?”, já se havia iniciado o trabalho de Educação patrimonial. Nessa ação, em uma parceria da Prefeitura com a ONG CTC<sup>20</sup> e o IPHAN, foram apresentados à Comunidade os ofícios necessários para a restauração da Igreja. Nesse dia foram inscritos 26 moradores para a realização dos cursos de capacitação em restauro. Em 2009, 13 do total dos inscritos formaram-se executando a obras de restauração da Igreja do Pilar.



**Figura 60:** Os técnicos da Prefeitura/CTC/ IPHAN apresentando os ofícios do restauro.  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2008



**Figura 61:** As crianças da Comunidade no Interior da Igreja  
**Fonte:** Prefeitura do Recife, 2008

A metodologia de implantação do PRUISCP, segundo os depoimentos de alguns técnicos envolvidos, constitui-se em um processo que não é rígido, na medida em que se trata de algo novo para a gestão municipal. Existe, então, certa flexibilidade em

<sup>20</sup> Organização não governamental denominada Centro de Trabalho e cultura.

torno de se adequar o método de implantação aos componentes à medida que se vão apresentando as dificuldades e os entraves. O que se constitui num grande esforço para não se perder o foco das propostas.

Pode-se enumerar então, a partir desses depoimentos, o que está sendo caracterizado como inovador no PRUISCP, bem como as dificuldades da sua implantação:

1. A obra começou a ser executada sem a remoção, em princípio, dos moradores da área, o que, em Recife<sup>21</sup> é inovador, pois, até então, a metodologia de requalificação de áreas pobres aplicada pela gestão municipal procedia à remoção e a demolição dos barracos antes de se iniciar a obra. No caso estudado, a gestão municipal apresentou algumas justificativas para não se aplicar o método convencional, quais sejam:
  - Como havia duas quadras (40 e 55) parcialmente desocupadas a obra poderia ser iniciada ali mesmo, sem a necessidade de remoção dos barracos;
  - No cadastro socioeconômico da comunidade, feito pela prefeitura em 2007, identificou-se que 70% dos moradores conseguiam a sua renda a partir das atividades informais desenvolvidas no bairro do Recife e nos outros bairros da área central da cidade. Assim, a remoção das famílias poderia fragilizar ainda mais a condição de vida desses moradores;
  - A opção pela retirada das famílias do Pilar significaria um aumento na concessão do Auxílio Moradia, que é obrigatório nos casos de remoção de moradores que estão nas áreas em processo de requalificação. Esse instrumento além de ser insuficiente em termos de valor (R\$150,00, por família) ainda possui um limite de distribuição em função de áreas consideradas de risco (alagados, encostas).

Apesar das justificativas serem bastante aceitáveis e até positivas, na prática, isso não ocorreu de forma satisfatória. Isso porque, com o início da execução das fundações,

---

<sup>21</sup> Com exceção da implantação do PREZEIS (Plano de regularização de zonas especiais de interesse social). Nesses casos a comunidade permanece na área durante as intervenções que na sua maioria são obras de aberturas de vias e com o mínimo de remoções e deslocamentos.

por conta do bate estaca, a estabilidade dos barracos passou a ser severamente comprometida.

Os moradores que antes estavam informados que não sairiam do local começaram a ser removidos, às pressas, tendo que encontrar outro lugar para morar com o recurso do Auxílio Moradia. O que suscitou o descrédito dos moradores para com o processo de implantação do programa. Isso simplesmente porque tinham sido informados que não precisariam sair da área durante a execução das obras.

Tem-se, portanto, que percorrer um novo caminho para a reconquista da credibilidade dos moradores. Ao longo do processo foi muito difícil fazê-los acreditar que o projeto iria sair do papel e saiu. Porém, o fato da remoção dos barracos ter acontecido tão prematuramente, ainda que por conta de problemas com relação à estabilidade deles fez com que muitos moradores perdessem sua confiança no Programa, chegando alguns a afirmar que tinham sido enganados. Afirmavam outros que, na verdade, estavam sendo expulsos da área e que o conjunto habitacional estava sendo construído não era para eles. Conseqüentemente, houve muita resistência a essa remoção emergencial acarretando, inclusive, atraso no que diz respeito à obediência do cronograma da obra.

Então, o que em outra obra e em outras condições seria apenas um problema operacional de implantação, nesse caso, passou a ser um risco, também, ao processo de educação patrimonial. Pois, a descrença cria nos moradores do Pilar inúmeras resistências ao processo educativo, entendido no PRUISCP como um importante caminho na construção da apropriação do lugar, do entendimento do valor desse lugar e da construção do sentimento de pertencimento.

Sem esses valores compreendidos e apropriados, a moradia poderá ser facilmente vendida e os moradores poderão construir outra favela alhures ou às proximidades do Pilar. O que pode, por outro lado, abrir espaço para a gentrificação do lugar.

Diante desse conjunto de problemas apresentados, a estratégia de capacitar os moradores em educação patrimonial passou a ser priorizada, sobretudo para aqueles que estavam incluídos no Auxílio Moradia, considerando que seriam eles os primeiros a ocuparem as unidades habitacionais.

Mas, a retirada emergencial dos moradores da área dificultou a sua convocação, e alguns haviam se mudado para muito longe. A distância, por sua vez, passou a ser uma desculpa para não participarem das capacitações, outros perderam o interesse.

Acredita-se, assim que das 537 famílias cadastradas, 151 que saíram da área pelo fato acima colocado estão mais vulneráveis a não permanecerem no lugar depois de receberem suas casas, pois estão perdendo o vínculo como o processo de implantação do PRUISCP. Elas, então, merecem ainda mais atenção por parte dos coordenadores do Programa.

O objetivo de fazê-los compreender que morar na área após a sua requalificação, numa área central de grande valor histórico cultural, pode significar um importante elemento na sua inclusão socioespacial e que isso contribuirá para a construção de sua cidadania, está sendo fragilizado diante dos problemas enfrentados na implantação do programa.

Em Bolonha, a requalificação urbana da área histórica da cidade (1960 a 1970) incluiu a população pobre, na maioria dos casos constituída de imigrantes e operários. Esses eram organizados em torno do objetivo de permanecer na área, exigindo eles mesmos sua permanência no lugar. O que faz uma enorme diferença.

No caso do Pilar, apesar do Programa se constituir como uma decisão corajosa, por parte da gestão municipal, ela por si só não dá garantias de permanência dos moradores no lugar.

A grande questão, portanto, passa pela metodologia de implantação que deverá ser capaz de envolver as famílias moradoras, inclusive diante de algumas adversidades. Para aquelas famílias que, neste momento estão fora da área, faz-se necessário

reconstruir a credibilidade quanto ao processo em andamento e, principalmente, construir a consciência dos seus direitos ao lugar.

2. Outra inovação do PRUISCP consiste no fato da construção de um conjunto habitacional para uma comunidade pobre numa área de valor histórico cultural, pois não existem registros desse tipo de intervenção urbana no Recife.

Nesse caso, trata-se da implantação de um Programa numa área próxima a um perímetro urbano preservado e localizado no entorno de um bem tombado pelo IPHAN. Uma favela será substituída com a construção de habitações e equipamentos públicos em cima de grande acervo arqueológico, que faz parte da formação da cidade o que é diferente do que ocorreu no Pelourinho em Salvador, na Bahia, em que, como vimos, a maioria dos moradores pobres foram expulsos para dar lugar à requalificação.

Tudo isso é bastante inovador e, na mesma proporção, desafiador. Porém, no caso da garantia da permanência de moradores pobres em áreas de valor histórico cultural, algumas dificuldades e alguns entraves podem, na mesma medida do que foi apresentado no item anterior, pôr em risco os objetivos do Programa.

O fato de se tratar de uma obra realizada em um sítio histórico suscita um ritmo de implantação diferente, sobretudo, com relação ao fato de uma obra construída numa área sem os requisitos apresentados acima. Segundo o engenheiro Normando Aladim, responsável pela implantação da obra no Pilar, o cronograma apresentado no processo licitatório e que está em execução não levou em consideração as especificidades do lugar. Essa situação cria uma expectativa falsa em relação ao ritmo de execução da obra e à sua conclusão. A empreiteira não consegue dar o ritmo que está habituado a dar numa obra tradicional.

Com isso a comunidade não percebe de forma satisfatória o andamento da obra questionando, inclusive, se a obra está parada ou se está sendo executada de maneira muito lenta de propósito. O que reforça o seu descrédito diante do processo.

Os gestores, num parâmetro hierárquico maior (prefeito, secretários e presidentes de empresas), que aparentam não compreender a complexidade da obra passam a cobrar maior celeridade no andamento das obras. Em contrapartida o IPHAN, enquanto fiscalizador da preservação do lugar solicita uma diminuição no ritmo para não pôr em risco os achados arqueológicos e a estabilidade das ruínas preserváveis.

Cria-se então, sob esse contexto, uma grande tensão que pode pôr em risco a qualidade da obra, além da já mencionada descredibilidade dos moradores.

3. Outra dificuldade reside no fato do projeto arquitetônico e urbanístico não ter sido apresentado e discutido com a comunidade antes mesmo da sua concepção apesar de estar contextualizado espacialmente e ter qualidades estéticas compatíveis com o lugar.

Isso cria uma lacuna no processo de apropriação, por parte dos moradores. Corre-se o risco da proposta projetual não ser assimilada e, conseqüentemente, não ser preservada. Principalmente quando se considera que o desenho e a implantação dos projetos propostos possuem especificidades que exigirão uma maior compreensão e empenho dos moradores para a preservação e conservação dos espaços públicos e da unidade edificada. Por isso estamos diante de outro enorme desafio.

Para dar alguns exemplos desse enfrentamento, aponta-se a proposta da configuração dos pátios internos, que é muito positivo do ponto de vista de criar espaços favoráveis às relações de vizinhança. Mas, esses espaços deverão ser mantidos pelos moradores e geridos por regras de uso, construídas por eles próprios de forma a não se constituir num ponto crítico que venha a criar ou acirrar conflitos entre os moradores.

Outro importante exemplo, também desafiador, quanto ao uso e à conservação do resultado do Programa, diz respeito à implantação da unidade habitacional no paramento da rua. Esse formato é completamente novo em conjuntos habitacionais de baixa renda. É sabido, por muitos, que existe uma grande dificuldade na mudança da moradia tipo casa para a moradia tipo apartamento. Independente do seu tamanho, os moradores dos conjuntos habitacionais passam a construir além dos seus limites

privados, “invadindo” os lugares comuns. Nesse caso, com as unidades sem recuos, a construção dos “puxadinhos” acarretaria o mau uso das calçadas e na descaracterização da proposta.

As **figuras 62, 63, 64 e 65** logo a abaixo mostram um exemplo muito negativo de um conjunto habitacional que foi construído sem a participação dos moradores tanto na sua concepção quanto na implantação. Ele apresenta, hoje, inúmeros problemas em termos de apropriação dos espaços públicos que foram privatizados e que, conseqüentemente, resultaram na degradação do ambiente construído.



**Figuras 62 e 63:** ocupação dos espaços comuns no Conjunto habitacional Casarão do Cordeiro- Recife PE.  
**Fonte:** Priscila Raffi, 2011



**Figuras 64 e 65:** ocupação dos espaços comuns no Conjunto habitacional Casarão do Cordeiro- Recife PE.  
**Fonte:** Priscila Raffi, 2011

Para a gestão de implantação do Programa, foi instituído pela Portaria nº 385 de 21 de Fevereiro de 2011 o Grupo de trabalho ( anexo 3) com a seguinte descrição:

O PREFEITO DO RECIFE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 082/2011 - DPR da URB RECIFE, e considerando que: O Programa de Requalificação e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, no bairro do Recife está sendo executado pela PREFEITURA DO RECIFE e este Programa exige uma articulação e interação integrada das Secretarias e demais órgãos públicos municipais envolvidos na execução do mesmo; R E S O L V E: Art. 1º - Instituir um Grupo de Trabalho que irá coordenar o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar.

O grupo de trabalho (GT) Pilar tem, portanto, a atribuição de articular as ações das Secretarias municipais envolvidas direta e indiretamente no processo de implantação do PRUISCP. Essa articulação se dá a partir do cronograma de execução das obras e pelas metas estabelecidas pelos já falados componentes do Programa (inclusão socioespacial, requalificação urbanística e valorização do patrimônio).

Integrada a esse processo de gestão do Programa está a Comissão de acompanhamento de obras, que é composta de quinze membros moradores e beneficiários do Programa, eleitos pela comunidade. Eles têm o papel de acompanhar a execução das obras, identificando os entraves decorrentes do processo, e também de ser um grupo interlocutor entre o GT e a comunidade.

O GT é composto por representantes das secretarias de Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Planejamento e Gestão (Coordenadoria do Orçamento Participativa), Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras (URB e Instituto da Cidade), Serviços Públicos (EMLURB), Assistência Social (IASC), Ciência Tecnologia e Desenvolvimento econômico, de Direitos Humanos e Segurança Cidadã, Turismo, Cultura e Habitação.

A **figura 66** mostra o organograma da estrutura organizacional onde se encontra o Grupo de trabalho - GT.



Figura 66: Organograma de gestão do PRUISCP  
Fonte: Prefeitura do Recife 2010

Essa estrutura organizacional enfrenta, segundo alguns técnicos que fazem parte do referido GT, algumas dificuldades. Essa estrutura está diretamente relacionada ao modelo de implantação do PRUISCP e enfrenta, também, dificuldades em função da inovação da proposta.

Um dos grandes desafios do modelo de gestão do PRUISCP se dá pela sua própria natureza. Essa estrutura foi criada para que as ações de implantação sejam integradas e compartilhadas tanto do ponto de vista interno à gestão municipal, quanto da sua relação com a comunidade.

Infelizmente, tem-se observado, pelos depoimentos dos técnicos, que o processo de integrar as ações enfrenta muita resistência. Também existe a tendência de ocorrerem ações isoladas. Cada secretaria, mesmo envolvida com ações específicas, elencadas dentro da implantação do Programa, tende a agir isoladamente fragilizando o processo. Assim, o sentimento de conjunto e de cooperação torna-se vulnerável, prejudicando diretamente o PRUISCP, que é um programa de gestão e não pode ser

visto pela comunidade como pertencente às secretarias A ou B. Desse modo, se o Programa é visualizado de maneira segmentada, ele perde força e credibilidade.

Segundo a URB (2010), para contribuir com a integração das ações das referidas secretarias envolvidas no processo, foi montado um cronograma de reuniões do GT, as quais ocorrem quinzenalmente no barracão da obra e as pautas são estabelecidas a partir de um cronograma de atividades pensadas e decididas para cada trimestre, de acordo com a implantação do Programa. Um ponto positivo dessas reuniões quinzenais consiste no fato de elas ocorrerem dentro do canteiro de obras, fazendo com que os técnicos possam visualizar concretamente os seus esforços com a comunidade e com os demais parceiros. O **Quadro 3** apresenta um exemplo de um cronograma de atividades trimestrais do GT.

**QUADRO 03** GT – CRONOGRAMA E PAUTAS DAS REUNIÕES - primeiro trimestre -2011  
 Prefeitura do Recife (2010)

	Março/2011	Encaminhamentos	Resp.
<b>03</b>	• Montagem da apresentação do Programa – apresentação preliminar		Nancy
	• Convocação do GT para apresentação do Programa – estruturação do encontro	Elaborar a minuta de convocação	URB/GT
	• Retirada das ocupações, restantes, da quadra 40; • Projeto d de reforma do OGMO – quadra 25; • Montar uma Equipe social emergencial; • Retirar as famílias da quadra 60 • Definição da implantação dos equipamentos escola /creche	Minuta de solicitações a Presidente da URB para as devidas providencias	Nancy
	• Estruturação do cronograma e pauta de reuniões ordinárias do GT		GT
	• Cronograma para remoção dos barracos restantes, na Quadra 40	Definir data	GT
	<b>10</b>	• Selagem e revisão do cadastro – previsão de entrega	Definir a data de início dos trabalhos
• Consolidação das ruínas, Paredão da Rua do Brum, Rua Primavera, Educação patrimonial, Arqueologia- quadra 45- Definições		Marcar uma reunião com o IPHAN e a equipe de arqueologia da fundação Seridó	GT
• Definição da locação da escola/creche		Reunião com a equipe de arquitetos da secretaria de educação	SE
<b>24</b>	Apartamento e espaços públicos acessíveis – revisão dos projetos		GT
<b>31</b>	Modelo de gestão para o mercado público – apresentação da proposta		SCTDE
<b>Abril /2011</b>			
<b>7</b>	Apresentação da pauta e cronograma de capacitações		SCTDE
<b>14</b>	Lançamento e Implantação do programa de Educação patrimonial	Marcar a data com os parceiros	DPPC
<b>21</b>	Iluminação Pública		GT
<b>28</b>	Apresentação a comunidade do andamento do programa		GT
<b>Maió/2011</b>			
<b>5</b>	Estruturação para a apresentação do andamento do programa a comunidade	Marcar a data para mobilização e apresentação	GT
<b>12</b>	Sistema viário	Marcar uma reunião com a CTTU	Aladim

Cada um dos componentes do Programa, já mencionados, também tem uma agenda com pautas específicas. Essas agendas reforçam a necessária integração das ações para o atendimento das metas do Programa.

Podem-se relacionar alguns exemplos: a meta de proporcionar a capacitação para o trabalho de todos os moradores ativos; parte do componente de Inclusão socioespacial possui uma agenda, coordenada pelo GT para a elaboração de um Plano de ação específico para a geração de trabalho e de renda. O referido plano tem como foco a qualificação dos comerciantes e prestadores de serviços que moram no Pilar para a ocupação do Mercado Público. Parte do conjunto das obras do PRUISCP.

Esse Plano específico de ação também se propõe a capacitar os moradores para atender a demanda, por mão de obra qualificada, existente na cidade. Para a sua elaboração, participam as Secretarias de Serviços Públicos (CSURB)<sup>22</sup>, Planejamento e Gestão (Orçamento Participativo), Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras (URB), o Instituto da Cidade e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (SCTDE). Esta última, por sua vez, possui um convênio com o SEBRAE<sup>23</sup> que atuará na área como consultor. Segundo a SCTDE, dentro do escopo do convênio com o SEBRAE, está o trabalho de identificação de habilidades e competências dos moradores para que as capacitações oferecidas sejam direcionadas e atendam a meta de geração de trabalho e renda.

As **figuras 67** e **68** mostram duas fotos das reuniões com os membros do GT e o SEBRAE, na comunidade do Pilar. Nessa reunião foram apresentados os critérios de ocupação do Mercado Público e também a proposta de elaboração do Plano de geração de trabalho e renda, denominado pelo SEBRAE de Plano de Desenvolvimento Local.

---

<sup>22</sup> Companhia de serviços urbanos da Prefeitura do Recife

<sup>23</sup> Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e a Pequenas empresas



**Figura 67:** Reunião na Comunidade do Pilar  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2011



**Figura 68:** Reunião na comunidade do Pilar  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2011

Em seguida, o **BOX 1** mostra a matéria, veiculada no site da Prefeitura, com o desdobramento do Plano que está sendo desenvolvido em parceria com o SEBRAE a partir de um convênio.

### **BOX 1**

**GRUPO DE TRABALHO DA COMUNIDADE DO PILAR PARTICIPA DE REUNIÃO NO SEBRAE**  
00:00 Terça-feira, 8 de Novembro de 2011

Ivanildo Francisco



Encontro aconteceu nesta terça-feira (08), no auditório do Sebrae

*O encontro teve o objetivo de debater o Plano de Ação de Desenvolvimento Local da comunidade*

**Por Mauro Rossiter**

A Prefeitura do Recife, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PE), promoveu, nesta terça-feira (08), a primeira reunião do Grupo de Trabalho da Comunidade do Pilar. O encontro aconteceu no Centro de Educação Empresarial do Sebrae, situado no bairro da Ilha do Retiro, e teve o objetivo de debater o Plano de Ação de Desenvolvimento Local da comunidade.

Representantes das secretarias municipais participaram da reunião, na qual puderam ouvir uma palestra do consultor do Sebrae, Nelson Melo, que expôs toda a cadeia de ações para a implantação de um plano de desenvolvimento local. A partir desse primeiro encontro, o grupo saiu com as linhas mestras definidas, além de ações e responsabilidades do projeto, para, em outro momento a ser definido, apresentá-lo à comunidade.

O plano busca a governança local a partir de políticas públicas voltadas à comunidade, estimulando o protagonismo da população. Os objetivos, sempre com foco na estruturação do comércio local e a geração de trabalho e renda, são a inclusão social (tornando os habitantes do Pilar cidadãos recifenses); o desenvolvimento do potencial empreendedor da comunidade; a habitabilidade; e a modernização da gestão.

A coordenadora do Planejamento de Implantação do Programa de Desenvolvimento Local da Comunidade do Pilar e assessora técnica da Empresa de Urbanização do Recife (URB), Nancy Nery, explicou que o programa não se resume à questão habitacional. "O Programa de Requalificação Urbanística do Pilar é completo. Além da questão da moradia, visa incluir socialmente aquela comunidade, o que significa fazer com que ela exerça a cidadania, com foco na geração de trabalho e renda e dentro de três pilares básicos: a requalificação urbanística, a valorização do patrimônio construído e a inclusão social", disse.

As datas dos próximos encontros para a conclusão do plano e para as outras etapas do programa serão definidas, posteriormente, pelo Grupo de Trabalho.

Todas essas metas e ações realizadas a partir de um modelo de implantação e de gestão refletem diretamente na capacidade da gestão municipal de atender aos objetivos do PRUISCP. Pelo fato de ocorrer com muito embate e conflitos, muitas delas são reconstruídas no momento de execução, demonstrando a flexibilidade do Programa.

Apesar dos entraves e dos desafios ainda a serem superados para o atendimento dos objetivos do Programa identificou-se também que o Programa se apresenta, inegavelmente, inovador quanto aos seus objetivos e quanto ao processo de implantação.

O PRUISCP é inovador quando faz a opção pela permanência dos moradores pobres numa área de grande valor imobiliário e ainda de grande valor simbólico para a cidade e para a sociedade recifense. É ainda mais inovador quando apresenta e monta uma estrutura de implantação e gestão integrada e compartilhada com a comunidade beneficiada.

Resta agora identificar em que medida essa inovação do PRUISCP, considerada um desafio, é capaz de promover a inclusão socioespacial dos moradores alvo das suas ações.

Serão apresentadas, no próximo capítulo, as possibilidades concretas dessa inclusão a qual o PRUISCP se propõe fazer. Ainda serão identificados os limites e a capacidade do Programa de incluir a Comunidade do Pilar a cidade e, conseqüentemente, a sua dinâmica econômica e social.

## **CAPÍTULO IV**

### **4. As possibilidades concretas de inclusão socioespacial: inovação e desafios**

Neste capítulo vamos identificar as possibilidades concretas de inclusão socioespacial da comunidade do Pilar a partir da análise feita do processo de implantação do PRUISCP, cujo modelo de implantação e gestão já foi apresentado e agora será confrontado com a realidade encontrada no canteiro de obras e nas expectativas dos moradores.

Para proceder essa identificação e análise foi necessário inicialmente constituir um embasamento teórico através da pesquisa bibliográfica. Foram, primordialmente, caracterizados os conceitos de segregação territorial e exclusão/inclusão socioespacial e ainda o conceito de capital simbólico considerando a especificidade do lugar, quanto ao seu significado para a cidade.

Numa tentativa de identificar e elucidar esses conceitos em ações práticas, foram referenciados dois casos de intervenção urbana em sítios urbanos reconhecidamente históricos. Casos que apresentaram diferenças quanto ao processo de implantação e quanto aos resultados apresentados.

Em Bolonha, na Itália (1960 a 1970), o princípio que foi estabelecido, inicialmente, de requalificar o espaço com a diversificação de uso da área, inibindo a especulação imobiliária e garantindo a permanência dos trabalhadores e das classes mais populares na área requalificada foi atingido.

No Pelourinho em Salvador, Bahia, na década de 1990, apesar do objetivo inicial ter previsto a inclusão da população residente, o processo e o resultado não atenderam ao objetivo tendo ocorrido a expulsão da população residente. O que transformou o

sítio histórico do Pelourinho num cenário exclusivo para o desenvolvimento das atividades turísticas da cidade.

Para compreender o processo de execução dos modelos de implantação e da gestão do PRUISCP, além da sua comparação com os casos acima mencionados, foram feitas inúmeras visitas a comunidade e ao canteiro de obras tendo como foco a observação das diversas manifestações dos moradores. Essas observações buscaram identificar o entendimento e as expectativas dos moradores em relação ao programa. Também foram feitas várias entrevistas com esse mesmo foco.

#### **4.1 Apresentação dos resultados da pesquisa de campo**

Para a realização da pesquisa de campo foram utilizadas, de forma conciliatória, duas técnicas: a observação participante e as entrevistas abertas. Para contribuir no processo de análise do material coletado foi utilizada a abordagem científica da compreensão que é uma concepção fenomenológica que busca compreender e interpretar os sentidos e os significados dos fenômenos estudados. Segundo Grubits (2004, p. 99), a compreensão é o modo de conhecimento próprio das ciências humanas, pois, por meio dela, pode-se apreender, entender e interpretar a gama de significados e valores contidos na experiência humana. Procurou-se então entender e interpretar das reações dos moradores nos encontros e através das respostas as nossas perguntas diante do processo de implantação do Programa.

A técnica da observação é considerada por LAKATOS(1996, p.79), como uma coleta de dados para conseguir informações sob determinado *aspectos da realidade*, esse método segundo a autora: *ajuda ao pesquisador a identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam o seu comportamento. Mas, também exige do pesquisador que tenha um contato mais direto com a realidade.*

Para a pesquisa na Comunidade do Pilar foi usada a observação participativa, que se distingue da observação comum pelo fato do pesquisador estar, de certa forma, integrado ao grupo pesquisado. Nesse caso, com a nossa participação enquanto técnica no processo de implantação do Programa Pilar, deixamos de ser um observador externo aos acontecimentos e passamos a fazer parte ativa deles. Alguns autores desaconselham essa técnica considerando a necessidade do pesquisador ter que manter certa distância entre ele e o objeto pesquisado (COSTA, 1987). Nesse caso podemos afirmar que essa distância não foi possível, mas que foi feito um enorme esforço para resguardar a objetividade científica da pesquisa.

Para a técnica das entrevistas abertas MINAYO, (1993) afirma que essa técnica atende principalmente finalidades exploratórias; é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados. Em relação a sua estruturação o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem a liberdade de discorrer sobre o tema sugerido. O emprego dessa técnica se apresentou bastante exitosa para os moradores do Pilar, pois ela possibilitou uma exploração mais ampla das questões apresentadas dentro de uma conversação informal. O texto abaixo descreve mais um pouco sobre essa técnica;

A entrevista aberta é utilizada quando o pesquisador deseja obter o maior número possível de informações sobre determinados temas, segundo a visão do entrevistado, e também para se obter um maior detalhamento do assunto em questão. Ela é utilizada geralmente na descrição de casos individuais, na compreensão de especificidades culturais para determinados grupos e para comparabilidade de diversos casos. (MINAYO, 1993. p 37)

As duas técnicas foram aplicadas de forma simultânea a partir da apresentação do PRUISCP à Comunidade em 2007. Segundo BOUDIER(1999) a escolha de um método não deve ser rígida mais sim rigorosa; o pesquisador não necessita seguir um método só com rigidez, mas qualquer método ou conjunto deles dever ser aplicado com rigor. Apesar de já haver de nossa parte o conhecimento e já uma participação no processo desde 2003 se considerou o ano de 2007 como o momento de partida para a elaboração das pesquisas de campo: tanto da observação participativa quanto das entrevistas. Essa escolha temporal foi feita pelo fato do PRUISCP já estar, neste momento, relativamente estruturado. Já ter superado os entraves relativos à

regularização fundiária dos terrenos da área, onde seria implantado o Programa e também pelo fato das negociações com o IPHAN já estarem bastante avançadas quanto à compatibilização do Programa ao sítio.

A observação participativa se deu ao longo de quatro anos a partir do anúncio do Programa em 2007, até dezembro de 2011 com o programa ainda em andamento. Ela se deu com a sistemática de fazer anotações em alguns dos encontros com a comunidade. Foram escolhidos aqueles encontros onde havia uma participação maior dos moradores e que pela temática a ser apresentada geraria muitos questionamentos. Foram então feitas anotações a partir da observação de 9 (nove) encontros que enumeramos a seguir:

1. Apresentação do programa a comunidade (que ocorreu em 2007 na escola do Pilar na comunidade);
2. Apresentação dos ofícios em restauro e a inscrição para a capacitação nesses mesmos ofícios. Os capacitados fizeram parte da equipe de restauração da Igreja do Pilar ( o encontro ocorreu 2008 no pátio da Igreja);
3. Assinatura do convênio de financiamento da obra com o BNDS (no pátio da Igreja em 2009);
4. Apresentação das estratégias de retirada das famílias da quadra 40 em função da execução da estrutura a partir do bate estaca. (ocorreu no pátio da Igreja em 2010);
5. A instalação do Fórum de desenvolvimento econômicos do Pilar (ocorreu na sede OGMO em 2010);
6. Assinatura da ordem de serviço (que ocorreu na quadra 40, onde iniciaram as obras em janeiro de 2010)
7. Apresentação do projeto do equipamento escolar (que ocorreu no pátio da Igreja em 2011);
8. Eleição para a constituição da comissão de obras (que ocorreu no pátio da Igreja em 2011);
9. Apresentação dos critérios de ocupação do mercado Público (que ocorreu no pátio da igreja em 2011)

Inúmeros questionamentos da comunidade foram anotados nas observações feitas nesses encontros; alguns deles vinham seguidos de atitudes agressivas e desdenhosas. Passaremos a relatar a seguir em ordem cronológica dos encontros alguns daqueles questionamentos e atitudes que são reveladores, no nosso entendimento, quanto ao estado em que se encontra a comunidade nesse processo de implantação do PRUISCP.

Em 2007 durante a apresentação do Programa havia 87 pessoas da comunidade, apesar de ter havido uma ampla divulgação do encontro.

- *Nós não acreditamos nisso, vocês estão nos enganado de novo.*
- *Eu participei da festa com o governador, o prefeito e tinha muita gente e não deu em nada, agora vai ser do mesmo jeito. (Essa festa se refere ao ato de assinatura do acordo entre o Porto do Recife, o Governador, a Prefeitura, pela troca de uma das quadras da área. Isso ocorreu em 2001 no Palácio das Princesas. E o acordo foi desfeito).*
- *Disseram que o Prefeito quer tirar a gente daqui*
- *Nós vamos morar em apartamento? E por que não fazem casas? Onde ou vou criar as minhas galinhas?*
- *Onde eu vou botar o meu negócio, eu tenho comércio grande aqui há mais de 20 anos?*
- *E o cadastro, eu comprei o barraco de fulana e ela não me deu o número, o que é que eu faço?*
- *Esse apartamento é muito pequeno. Eu tenho cinco filhos, onde eles vão dormir?*  
*Onde a gente vai estender as roupas?*
  - *A gente vai ter que sair daqui pra construção? Pra onde a gente vai?*
  - *Depois de construído, é a gente mesmo que vai morar? Só acredito vendo.*
  - *E se eu não quiser ficar? Vocês dão outro apartamento em outro lugar?*
  - *Vou poder escolher o meu apartamento e juntar os vizinhos que eu gosto?, Porque tem gente aqui que não se dá com ninguém e eu não quero morar perto dessa gente.*

Os técnicos que apresentaram o programa não tinham respostas para a maioria das perguntas e então foi dito que aquele era o primeiro encontro de uma série onde eles

poderiam ir tirando as suas dúvidas. Neste dia houve brigas, insultos e muitos fuxicos um dos outros.

Em 2008 na apresentação dos ofícios para a restauração da Igreja foram disponibilizadas 60 vagas para os cursos de cantaria, alvenaria e estuque, carpintaria, marcenaria, forja, serralharia e pintura. Apenas 26 pessoas da comunidade se inscreveram e dessas apenas treze concluíram o curso. Esse curso foi uma parceria entre o IPHAN, a prefeitura e o CTC<sup>24</sup>. Dentro do programa do CTC de Oficinas de restauro.

*Eu não vou me inscrever porque não sei ler.*

- *O CTC é muito longe como é que eu vou todo dia a pé pra lá?*
- *Eu não quero fazer nada nessa igreja; tem muito osso de gente morta ai.*
- *A gente vai receber dinheiro para fazer o curso?*
- *Depois do curso a gente fica empregada?*
- *Eu to muito velho e doente prá fazer essas coisas.*
- *Com quem eu vou deixar os meninos pra fazer esse curso?*
- *Se eu fizer o curso vou perder a bolsa família?*

**A figura 69** abaixo mostra as oficinas desenvolvidas com as crianças do Pilar no dia do encontro para a apresentação dos ofícios em restauro.



**Figura 69:** Encontro para a apresentação dos ofícios no pátio da Igreja do Pilar  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2008

<sup>24</sup> CTC Centro de trabalho e Cultura - Rua dos Coelhos,317 – Boa Vista CEP: 50070-550 – Recife/PE  
Fone fax: (81) 3222-5384 – e-mail: ctcong@uol.com.br

Em 2008 na assinatura do convênio foi uma festa, mas da comunidade só havia em torno de 100 pessoas; ainda assim as que estavam pareciam distantes. Como se aquilo não tivesse nada a ver com elas.

Em 2010 no anúncio da retirada das Famílias para o auxílio Moradia por conta da implantação da estrutura da obra.

- *Eu não disse que a gente ia ser expulsa daqui?*
- *Agora me diga como eu vou alugar um barraco por R\$ 150,00*
- *Vocês enganaram a gente.*
- *Quando é que a gente volta?*
- *Eu não vou sair, pra me tirar tem que chamar a polícia.*
- 

A **figura 70** mostra uma família no momento em que estava de mudança. No entorno imediato já se vê o espaço onde alguns barracos foram demolidos:



**Figura 70:** Momento em que uma família faz sua mudança do local.  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2010

Em 2010 na instalação do Fórum de desenvolvimento econômico promovido pela Secretaria de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico (SCTDE) que tinha o objetivo de articular e discutir os interesses de um grupo de comerciantes e prestadores de serviço. Estavam presentes, neste dia, 68 comerciantes. Segundo esta Secretaria existe 135 comerciantes cadastrados no Pilar. Foi um encontro muito tenso onde todos queriam discutir apenas um lugar no mercado público.



**Figura 71 e 72:** 1º e 2º Fórum de desenvolvimento econômico  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2010

Logo abaixo trechos das falas dos comerciantes presentes no Fórum:

- *Esse mercado tem que caber todo mundo.*
- *Como vocês vão escolher quem vai para o mercado?*
- *Eu não quero ir para lugar nenhum, o meu ponto é ótimo.*
- *Eu tenho um comércio há 10 anos aqui e moro em outro lugar, eu tenho direito a ficar no mercado?*
- *Qual tamanho do Box? Tenho certeza que não vai me caber.*
- 

O Fórum não atingiu o seu objetivo Apesar de ser um grupo específico, ele não conseguiu se organizar. Só aconteceu mais um fórum e os que foram agendados em seguida não ocorreram.

A assinatura da ordem de serviço em janeiro de 2010 foi uma festa. As expressões eram mais alegres e esperançosas e também ocorreram depoimentos emocionados. Parecia que agora eles começavam a acreditar na obra. Abaixo descrevemos alguns dessa falas;

- *Agora eu acredito...*
- *Vai sair mesmo do papel, né?*
- *Meu Deus parece que eu to sonhando*
- *Na verdade eu ainda quero ver o prédio pronto...*

Em 2011 três importantes encontros fortaleceram o processo de integração, ajudaram na construção da credibilidade junto à comunidade. A primeira foi a constituição da comissão eleita pela comunidade para acompanhar o andamento da obra; a segunda apresentação do projeto da escola enquanto proposta aberta para a comunidade; e a terceira foi a apresentação dos critérios para a ocupação do mercado, que, apesar de polêmica, gerou uma expectativa positiva pelas promessas das capacitações que poderiam permitir a inclusão dos comerciantes e prestadores de serviços na dinâmica econômica do lugar para além do mercado público.

A **figura 70** mostra uma reunião da comissão do obras com alguns técnicos



**Figura 73:** reunião da comissão do obra no barracão da obra  
**Fonte:** Prefeitura do Recife 2011

A seguir alguns questionamentos da Comissão de obras:

- *Qual o poder da comissão?*
- *A gente vai poder entra na obra quando quiser?*
- *A gente recebe alguma coisa?*

*Algumas perguntas quanto à escola:*

- *Essa quadra da escola vai ser usada pela comunidade?*
- *Os meninos vão ficar o dia todo na escola?*
- *Essa escola é tão grande... Vêm meninos de outro lugar estudar aqui?*
- *Essa escola e creche têm que ser só para as crianças do Pilar?*

*Algumas perguntas quanto às capacitações:*

- *Eu quero ser guia de turismo*
- *Eu quero ser recepcionista de hotel*
- *Eu não abro mão do meu lugar no mercado.*

- *Eu quero aprender informática.*
- *Eu não moro aqui, mas quero o lugar do meu ponto no mercado.*

No anexo 4 apresenta-se a relação das expectativas do moradores quanto a sua profissão ou atividade. Esses dados foram retirados da pesquisa socioeconômica feita em 2010 e extraídos para orientar as capacitações.

Nesses últimos encontros já se percebia uma melhor receptividade dos moradores na relação com as equipes, já se apresentava com um pouco mais de envolvimento. Podemos dizer que ainda não suficiente para apropriação do programa, mas já se sentia que avançara nesse sentido.

Para as entrevista foram selecionadas 30 pessoas moradoras do Pilar. As escolhas dos moradores foram baseadas em três critérios: (i) um terço teria que ter participado de todos os encontros que foram objeto de observação dessa dissertação; (ii) um outro terço, teria que ter participado de pelo menos quatro dos nove encontros referidos e (iii) o último terço foram aqueles que não participaram de nenhum desses encontros.

O objetivo das entrevistas foi identificar o grau de entendimento, de credibilidade e as expectativas sobre o PRUISCP. As entrevistas foram feitas a partir de um questionário base (**anexo 4**). Com a técnica de entrevista aberta foi possível deixar que o entrevistado discorresse sobre o que estava sendo perguntado. As entrevistas foram todas feitas por contato direto e executadas pela pesquisadora.

Apresentaremos a seguir o resultado das entrevistas por grupo:

No grupo 1 - dez pessoas que participaram de todos os encontros observados:

- Todos sabiam da existência do Programa e conheceram através da Prefeitura;
- Nenhum deles apresentou conhecimento dos elementos que compõe o Programa;
- Afirmaram que vão a todas as reuniões que são chamadas para saber do andamento das obras;
- Quatro deles participam do Programa como membro da comissão de obras;
- Todos afirmaram que tem certeza que a sua vida vai melhorar;

- Todos já participaram das capacitações em educação patrimonial

#### O grupo 2

- Todos sabiam da existência do programa;
- Quatro deles conheceram através dos vizinhos e seis deles pela Prefeitura;
- Nenhum deles apresentou conhecimento dos elementos que compõe o programa;
- Todos afirmaram não gostar de ir às reuniões. Vão às vezes se o assunto for muito importante. Como por exemplo, o atraso no pagamento do auxílio moradia;
- Nenhum deles foi capacitado em educação patrimonial
- Têm dúvidas se a vida deles vai melhorar, porque não acreditam que a violência e as droga vão acabar;

#### O grupo 3

- Conheceram o programa pelos vizinhos, Prefeitura e outros;
- Desconhecem totalmente os elementos do Programa;
- Não gostam de ir às reuniões e não vão;
- Não foram para capacitações em educação patrimonial;
- Acham que talvez a vida melhore se tiverem trabalho;

Concluímos que 100% dos entrevistados sabem da existência do Programa, mas desconhecem o seu conteúdo. Ainda veem o PRUISCP, apenas, como a construção do habitacional.

A falta de conhecimento do conteúdo do PRUISCP, na nossa compreensão, tem fragilizado a credibilidade e a participação dos moradores no processo de implantação do Programa. O que foi demonstrado nas entrevistas quando dois terços dos moradores apresentaram dúvidas quanto às mudanças que o Programa pode vir a proporcionar as suas vidas

Ao longo do próximo item, quando apresentaremos os desafios da implantação do Programa, iremos relacionar mais algumas outras das manifestações dos moradores, que foram coletadas nas observações e entrevista da pesquisa.

#### **4.2 – Identificação e caracterização dos desafios no processo de implantação do PRUISCP (2001 a 2011)**

Desde ano 2001 que a gestão municipal do Partido dos Trabalhadores, em Recife, vem tentando implantar o PRUISCP. Se considerarmos tudo o que já foi dito ao longo deste trabalho quanto ao valor imobiliário e simbólico da área em questão e sob os diversos interesses que permeiam aquele território, poderíamos dizer que a execução do Programa apresenta-se como uma ação inovadora, mas que é ao mesmo tempo um grande desafio.

Numa tentativa de objetivar a classificação do PRUISCP, enquanto uma ação inovadora e desafiadora, podemos ainda enumerar algumas de suas características.

1. O bairro do Recife está recebendo, neste momento, por parte do governo do Estado de Pernambuco, vários investimentos no sentido de tornar a área um lugar de excelência para o recebimento de turistas. Para o que está sendo construído o terminal marítimo de passageiros que se localiza exatamente em frente à Comunidade do Pilar. A inovação e o desafio constituem-se na conciliação desses investimentos voltados para a atratividade turística do lugar, numa visão capitalista e preconceituosa própria da sua natureza com a permanência de moradores pobres que vivem na Comunidade do Pilar.
2. A população residente na Comunidade do Pilar apresenta os piores índices socioeconômicos da cidade do Recife, conseqüentemente é uma população que vive em condições de extrema pobreza: sem renda, com os níveis de educação formal muito baixo e a saúde em estado precário. A inovação consiste na inclusão dessa população no Programa e o desafio na sua permanência no lugar, após a sua requalificação.

3. A área onde o PRUISCP está sendo implantado é um sítio de valor histórico e cultural que precisa ser protegido e conservado. A inovação nesse caso consiste na expectativa de que a Comunidade do Pilar será capaz de incorporar esses valores simbólicos também como seus e proteger o seu patrimônio enquanto que o desafio consiste em encontrar os métodos capazes de construir essa consciência nos moradores.
4. A maioria dos conjuntos habitacionais construídos, ao longo dos anos, para as populações de baixa renda, encontra-se em condições de pobreza similares à da atual Comunidade do Pilar, isto é, em péssimo estado de conservação. O inovador, nesse caso, é mesmo diante dessa estatística, a gestão municipal está construindo o habitacional do Pilar no bairro do Recife. O desafio é fazer com que esse habitacional não venha a degradar-se e descaracterizar-se.
5. Os projetos arquitetônicos e urbanísticos possuem características especiais e específicas como a incorporação das ruínas preservadas aos equipamentos de uso público (escola e mercado). O inovador está na opção em si. Não existe nada igual a isso no Recife. O desafio está, mais uma vez, em encontrar métodos e instrumentos de fazer com que a população assimile essas especificidades do projeto como uma coisa positiva que irá agregar valor a seu espaço de vida.
6. A população moradora do Pilar, apesar de estar assentada na área desde a década de 1970, não produziu nenhum registro de mobilização reivindicatória para a melhoria das suas condições de moradia. O inovador é a elaboração do PRUISC como iniciativa da gestão municipal enquanto decisão política de incluir a população pobre no seu próprio lugar de vida. O desafio é fazer com que eles entendam que estar ali se constitui em uma oportunidade de se incluir a dinâmica da cidade enquanto cidadãos, daí porque deverão permanecer não se tornando vítimas da gentrificação.

Mas, muito mais do que a implantação do Programa, pode-se afirmar, fundamentando-nos nas teorias que caracterizam a *segregação territorial* e a *inclusão social* como realidade das cidades brasileiras, que a permanência dos moradores do Pilar, depois da implantação do Programa, apresenta-se como o desafio infinitamente maior do que o da sua implantação.

O PRUISCP é uma realidade, o modelo de implantação e gestão foi elaborado e está sendo executado. O que ficou claro nessas propostas foi que a participação da comunidade em todas as etapas do processo daria legitimidade ao Programa e criaria as condições favoráveis à sua apropriação. Consequentemente, à sua sustentação diante dos desafios apresentados acima. Mas, com os relatos dos técnicos e de alguns dos moradores, constatamos que a participação ainda se apresenta limitada a algumas reuniões.

A legitimidade do Programa através do processo de participação dos moradores torna-se a condição primordial à sua eficácia. Isso, entretanto, só seria possível num processo de discussão e debate que proporciona a identificação das suas reais necessidades e aspirações. Como diz o texto abaixo:

El Banco Mundial (World Bank:1999) apunta como requerimientos esenciales para el éxito de proyectos en la conservación del patrimonio cultural y/o histórico la inclusión de la participación de la comunidad y la población local. Indica que el modo más eficaz de preservar el patrimonio construido es asegurar la participación de los ciudadanos en el proceso e planificación y decisión de las intervenciones. Esta propuesta ha sido ampliamente asumida en la literatura sobre planificación urbana, no entanto, la practica ha demostrado serias dificultades a la hora de concretizarse una participación popular representativa. (SCHIFFER, 2002, p. 307)

Diante disso fica constatado que se o processo de implantação do PRUISCP continuar com uma participação limitada dos moradores, os desafios elencados acima poderão se tornar insuperáveis. Portanto, a sensibilização dos moradores com vistas à construção do estímulo a sua participação efetiva deve contribuir para que os moradores sintam protagonistas do processo, passando isso a ser, na nossa avaliação, o maior e mais importante dos desafios a serem superados nesse processo.

### **4.3- As expectativas sobre o planejado e o vivido**

A partir dos relatos dos moradores do Pilar, identificamos que a construção da sua moradia no lugar onde eles vivem tem um valor inestimável e se apresenta como a sua maior conquista. Alguns verbalizam com todas as letras que só passaram a acreditar no Programa quando a construção começou. Outros, ainda, chegam a afirmar que só acreditarão quando receberem as chaves e entrarem no seu apartamento. O que está sendo ameaçado pelas mudanças ocorridas no processo.

Esses relatos caracterizam a condição marginalizada dos moradores, mostram como eles se sentem excluídos a ponto de não enxergarem a conquista da moradia digna como um direito, o qual lhes foi negado por muitos anos.

Para aqueles que estão acreditando no Programa as expectativas ainda estão restritas ao tamanho dos apartamentos, às dúvidas sobre o que se vai fazer com os pátios, se podem mudar a janela, abrir um terraço e onde vão colocar os seus animais. Preocupações como estrutura, por exemplo, como vão manter o imóvel, como vão pagar as taxas de água, luz, condomínio etc. parecem não fazer parte das suas preocupações. Às vezes, diante de alguns relatos, tem-se a impressão de que apenas se mudará a estrutura física da moradia, de madeira para alvenaria. E isso se apresenta, na nossa avaliação, como uma grande dificuldade em termos de visualização do Programa e da dimensão concreta do que significa a sua permanência naquele lugar.

Mas, podemos atribuir essa limitação dos moradores, na visualização do Programa, à sua pouca participação no processo de implantação o que está previsto como elemento fundamental para o sucesso e eficácia do que está planejado, mas que não está ocorrendo satisfatoriamente. Aliado a essa condição, identificamos que o vivido ainda está muito distante do planejado e isso a ponto de impedir que os moradores se vejam em outra condição de vida que não seja aquela que vivem no momento. Ainda têm as suas necessidades básicas (comer, vestir, tomar banho) precariamente satisfeitas, em função dos programas sociais (bolsa escola, bolsa família etc.).

Se não se apropriarem efetivamente do Programa, os moradores do Pilar serão fatalmente vítimas da gentrificação do lugar. Como já ocorreu em várias partes do mundo. Mas, essa apropriação depende muito mais das ações do Estado enquanto responsável pela inclusão social de comunidades pobres, do que deles próprios, uma vez que eles se encontram em condições de vulnerabilidade.

O que se apresenta planejado para os moradores com o PRUISCP, pode ir muito além do que a construção da moradia. Pode-se, inclusive, ultrapassar o parâmetro setorial das ações sociais, chegando ao da complexidade da produção do espaço em sua totalidade. Assim, podem-se evitar frustrações e de fato concretizar a inclusão socioespacial das pessoas.

A perspectiva apresentada pelo PRUISCP para a geração de emprego e renda aos moradores é uma estratégia importante à mudança das suas condições de vida. A construção de um mercado público, a restauração da Igreja da Nossa Senhora do Pilar e a consolidação das ruínas que remontam à história do lugar podem se constituir em elementos de fixação e consolidação da identidade dos moradores com o bairro, contribuindo com as oportunidades de inclusão socioespacial.

Pode-se, por exemplo, estar valorizando as especificidades da área e construindo, com os moradores, o sentido de pertencimento ao lugar. Como bem coloca Amaral (2008, p.28),

A sensação de “pertencimento” significa que precisamos nos sentir como pertencentes a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse tal lugar nos pertence, e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar.<sup>25</sup>

As especificidades encontradas na área onde está localizada a Comunidade do Pilar referem-se, simultaneamente, ao conjunto de objetos espaciais e ações que, vinculados às necessidades reais dos moradores, podem e devem ser utilizados como instrumentos de apropriação e fixação ao lugar.

---

<sup>25</sup> Disponível em <http://www.esmpu.gov.br/dicionario>. Acesso em 30/03/2008.

O que foi planejado é bonito e bom, mas está evidente que não está satisfatoriamente apropriado e vivido pelos moradores. Isso só ocorrerá se eles tiverem a consciência das possibilidades de inclusão e se tomar a proposta como sua, ou seja, se reconhecerem com direito ao lugar.

Essa cidade cheia de valores onde o berço está no bairro do Recife também pertence aos moradores do Pilar, eles precisam saber disso e se apoderarem dessa distinção.

O planejado, portanto, é visível. Mas, o que está sendo sentido e vivido pelos moradores não está claro, é duvidoso diante da complexidade do processo, já apresentado. O que se apresenta é nebuloso e está dependendo da superação dos desafios, já apresentados.

Diante de tudo que foi exposto, não se pode negar que se corre o risco de promover uma requalificação urbanística que resultará numa futura gentrificação, em vez de concretizar uma requalificação urbanística garantidora da inclusão socioespacial dos pobres envolvidos.

Mas, de qualquer maneira pode-se afirmar que a experiência em curso carrega em si possibilidades reais de inclusão socioespacial dos moradores do Pilar. Pode-se afirmar, também, que a sua concretização depende de um grande esforço e esse esforço terá que acontecer em conjunto, composto pela gestão pública, moradores do Pilar e ainda a sociedade civil organizada que pode contribuir. As experiências de casos similares apresentadas anteriormente podem nos elucidar e nos dar expectativas positivas, na medida em que comparamos com o PRUISCP.

Nesse sentido, o PRUISCP apresenta-se muito mais próximo da experiência vivida em Bolonha onde a inclusão das famílias pobres na requalificação do sítio histórico foi concretizada. E inegavelmente muito distante da experiência vivida no Pelourinho, que apresentou um processo em que a expulsão dos moradores pobres da área estava presente desde a concepção da proposta. Todavia se não se continuar atento à necessidade de superar os desafios aqui apresentados, na perspectiva de fazer valer o

caráter inovador do Programa, o PRUISCP poderá tornar-se numa experiência mais próxima do que ocorreu com o Pelourinho.

## **CONCLUSÃO**

Este trabalho analisou as possibilidades de inclusão socioespacial dos moradores da comunidade do Pilar, que vivem num trecho do bairro do Recife, com a da implantação do Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Socioespacial da comunidade do Pilar – PRUISCP.

Considerou-se o pensamento de que, numa sociedade de classes, com profundas desigualdades socioespaciais, o direito à cidade é reservado para algumas classes sociais, mas que é possível fazer algo diferente, ao menos a começar algo diferente.

Para esta análise, identificou-se o grau de mobilização e participação social dos moradores, que são entendidas como fundamentais à conquista da inclusão e permanência dentro de áreas que apresentam potencial de investimentos.

Constatou-se que, apesar desses moradores estarem instalados na área objeto do Programa por quase quarenta anos, o seu grau de organização é bastante frágil; e que por isso, o PRUISCP embora constituindo uma possibilidade de inclusão socioespacial desses moradores partiu da iniciativa do governo municipal; e que os moradores estão sendo convocados a participar.

Procurou-se também entender a configuração espacial do bairro do Recife e a sua relação com as comunidades pobres. Identificou-se, então, que, desde a sua formação histórica e territorial o bairro do Recife foi separado por “portas” que dividiram o território espacialmente; divisão que foi caracterizada pelas diferenças em termos das condições socioeconômicas dos seus moradores e frequentadores.

Para contribuir na análise das configurações dos espaços relativos à sua formação e para compreender a posição da comunidade do Pilar no contexto do bairro, da cidade e da sociedade, foram considerados os conceitos relativos à segregação territorial e inclusão socioespacial. Partiu-se do princípio que a segregação territorial observada nas cidades brasileiras está relacionada à pobreza e a separação dessas famílias é caracterizada pelas condições de vulnerabilidade dos lugares onde moram e pelas características físicas das suas moradias.

Portanto, a exclusão social delimita espaços físicos que abrigam populações desprovidas dos direitos à cidade e, conseqüentemente, segrega o território com rupturas de forma objetiva do tecido urbano, pelas condições socioeconômicas concretas e pelas condições subjetiva causadas pelo sentimento de não pertencimento dessas famílias à cidade e à sociedade.

Ainda com base no debate acerca da requalificação urbana em áreas de preservação histórica, constatou-se que o fato da Comunidade do Pilar estar encravada numa área de preservação histórica dificulta a sua inclusão e permanência na área. O que se constitui num enorme desafio tanto para os moradores quanto para o poder público municipal autor e gestor do Programa.

Mesmo trabalhando na perspectiva de que os espaços urbanizados de valor histórico e cultural e, conseqüentemente, de valor imobiliário pertencem, por direito, a todos e não apenas a classes sociais específicas; não se encontraram muitos exemplos de intervenção em áreas com essas características de preservação que absorveram as comunidades pobres nos seus processos de requalificação.

Foram então utilizados dois exemplos como estudo de caso: a experiência de Bolonha, Itália, na década de 1960 a 1970, que se utilizou do princípio da inclusão, desde a concepção da proposta, para poder garantir a permanência dos trabalhadores populares e os imigrantes na área histórica depois da sua requalificação. Outra experiência foi a requalificação do Pelourinho em Salvador, Bahia, que foi incluída neste trabalho por apresentar uma proposta diferente em relação à Bolonha e ao

PRUISCP. A experiência do Pelourinho que transformou a área num cenário de atividades turísticas manteve apenas uma população residente bastante reduzida, tendo expulsado a maioria que ali se encontrava antes das obras.

A análise dessas experiências serviu para identificar a complexidade do processo de inclusão socioespacial de famílias pobres numa área de valor histórico como o que ficou clara a quantidade de interesses e conflitos que incidem sobre esses espaços. É o caso da área do PRUISCP a qual está localizada na área central histórica da cidade.

Em seguida, foi caracterizado o objeto de estudo, localizado na área central histórica da cidade, mais precisamente no bairro do Recife até chegar à comunidade do Pilar e ao PRUISCP.

Para essa caracterização identificou-se o caráter excludente da maioria das intervenções urbanísticas da área que expulsou várias famílias cidade e deixou aquelas que resistiram vivendo em condições precárias de vida e segregadas territorialmente como o caso dos moradores da comunidade do Pilar.

Foi necessário ainda um aprofundamento sobre a formação da comunidade do Pilar desde o início de sua constituição quando ainda era denominada de Favela do Rato até os dias de hoje, em que acontece o processo de implantação do PRUISCP. Foi identificado que o surgimento dessa comunidade se deu numa área devastada pela demolição das edificações ali existentes e que as famílias que se instalaram a partir da construção dos seus barracos trabalhavam nas atividades informais da área central e no Porto do Recife.

Verificou-se também que não existe registro de reivindicações da Comunidade para a melhoria das suas condições de vida. Ousamos afirmar, portanto, baseados nas pesquisas desenvolvidas para esta dissertação que a comunidade do Pilar nunca acreditou na sua permanência naquela área, sentindo-se permanentemente “ameaçados” a expulsão e que a implantação do PRUISCP está se apresentando como um sonho difícil de acreditar. Essa dificuldade em crer no Programa, reforçada por mudanças no andamento da obra, está levando os moradores a não participarem

ativamente do processo e, conseqüentemente, não se apropriarem das propostas, o que põe em risco o atendimento dos objetivos.

A participação dos moradores em todas as etapas do processo de requalificação é considerada como determinante pelo PRUISCP. Com este trabalho, reafirma-se que o envolvimento se constitui em um instrumento na construção do sentimento de pertencimento, levando os envolvidos à consciência do seu direito ao lugar, à cidade, à vida urbana. Se essa participação não ocorrer de forma satisfatória, os desafios a serem enfrentados não serão superados.

Com a descrição da metodologia de implantação e gestão do PRUISCP, foi constatado que o Programa apresenta uma significativa inovação do ponto de vista da proposta de inclusão socioespacial para a Comunidade do Pilar, considerando inclusive a especificidade dessa área.

Identificamos que foi montado um escopo de trabalho de implantação, que se apresenta comprometido com a inclusão, mas que não está funcionando na prática. Pelo menos até o momento. Essa constatação está relacionada com os registros de depoimentos de alguns moradores. Esses registros foram feitos a partir da pesquisa de campo que se utilizou da técnica de observação participativa e da aplicação de entrevistas abertas. Alguns moradores afirmam, mesmo vendo a construção em andamento, que só acreditarão no Programa quando estiverem morando nos apartamentos. Daí a enorme passividade diante do processo. Quando deveriam estar “brigando” pelo cumprimento dos objetivos do Programa, fazendo valer a qualidade das obras.

Foram identificados, com as análises desses relatos, dois grandes desafios que podem se constituir como entraves ao atendimento dos objetivos do Programa. Um deles refere-se à desorganização e à ausência de mobilização socioespacial dos moradores desde a sua origem, e o outro, provavelmente decorrente do primeiro. Trata-se este da fragilidade e, às vezes, até ausência de um envolvimento mais efetivo dos moradores no processo de discussão, elaboração e implantação PRUISCP.

Diante disso concluímos que esses entraves devem ser superados para se poder construir a participação social efetiva dos moradores. E estes com, conhecimento de causa e autoconsciência de pertencimento ao lugar devem reverter as precárias condições de vida e trabalho em que se encontram atualmente, para finalmente, incluírem-se socioespacialmente na dinâmica da cidade.

Os elementos inovadores, existentes no Programa, não têm gerado as expectativas esperadas pelos moradores. O que está sendo vivido pelos moradores estudados pode até ser comparado à vivência em outros processos de implantação habitacional no Recife que na sua maioria ocorreu sem a participação e sem a apropriação dos beneficiados. O que pode criar as condições favoráveis à substituição desses moradores por outros de classes sociais diferentes, caracterizando o fenômeno da gentrificação, considerando as especificidades do lugar.

Foi constatado também que, na mesma medida que o PRUISCP é inovador é também desafiador. E dentre todos os desafios apresentados ao longo do trabalho a participação e o envolvimento dos moradores apresentam-se como os maiores desafios que se não forem superados não ocorrerá a inclusão socioespacial objetivada pelo Programa.

Então o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão socioespacial da Comunidade do Pilar (PRUISCP) é inovador enquanto políticas públicas do gênero, sobretudo pelo fato de reafirmar a requalificação com a manutenção dos moradores, garantindo-lhes também mecanismos de inclusão à vida urbana: cursos, capacitações, programas de geração de emprego e renda etc., fatores cruciais ao desenvolvimento de um projeto com inclusão social. Trata-se enfim de um programa cujo resultado final pode ir além do urbanístico, para o que, entretanto, tem que concretizar a participação da Comunidade no processo.

## Bibliografia

ABRAMO Pedro. **Compro uma casa na favela: a nova porta de entrada dos pobres nas grandes cidades brasileiras**. XIII ENAPUR, Florianópolis 2009 p.2).

ALMEIDA, Maristela Moraes de. **Da Experiência Ambiental ao Projeto Arquitetônico: um estudo sobre o caminho do conhecimento na arquitetura**. Florianópolis: UFSC / Centro Tecnológico, 2001, Tese de Doutorado em Arquitetura.

AMARAL, Ana Lúcia. **Pertencimento. Dicionário de direitos Humanos**, 2008. Disponível em <http://www.esmpu.gov.br> . Acessado em 22 novembro 2011.

ANDRADE, Bonifácio Xavier. **A questão habitacional e a reestruturação da vida urbana**. Recife, SUDENE/UFPE, 1982.

ARANTES, Otília. VAINER, Carmem. MARICATO, Ermínia. **A Cidade do Pensamento Único**. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

BEATRIZ KARA, José. **Políticas culturais e negócios urbanos. A instrumentalização da cultura, na revitalização do centro de São Paulo 1995/2000**. – São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

BITOUN, Jan., **O que revelam os índices de desenvolvimento humano**. Atlas de Desenvolvimento Artigo Humano prefeitura do Recife 2005

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à Cidade. Dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização dos centros urbanos”**. São Paulo: Editora Annablume, 2006.

BARROS, Cesar. ARAUJO Evelyne L. Corrêa de. (Org.). **Reabilitação Urbana de Centralidades Metropolitanas: reflexões e experiências na America Latina do século 21. Recife**, Rede de Mercocidades- Unidade Temática de Desenvolvimento Urbano, 2006

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo/Porto Alegre 2007, EDUSP/Zouk, 556 p.

\_\_\_\_\_ **A miséria do Mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

\_\_\_\_\_ **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomás. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

CAMPOS, Heleniza Ávila. **Permanências de Conteúdos Simbólicos do Patrimônio em Áreas Centrais: Dialogando com Experiências Internacionais**. 2005. Disponível em:

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros Crime, segregação.e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP Editora 34, 2003.

CAMPOS. Heleniza Ávila dos, **A Conservação dos Conjuntos Históricos a partir do Uso dos seus Espaços Públicos abertos**, 1995.

CASTILHO, Cláudio Jorge Moura de. **A turistificação do espaço da cidade de Recife: uma estratégia para o desenvolvimento sócio-espacial local?** Espaço e geografia, Brasília, v. 3, nº.1, p.161-176, jan./jun. 2000a.

\_\_\_\_\_. **O discurso do turismo e a difusão da globalização em uma metrópole de região subdesenvolvida: da formação de representações socioespaciais à manutenção da ordem socioterritorial em Recife**. Revista de geografia, Recife, v.16, nº.1, p.68-112, jan./dez. 2000b.

CASTRO, Josué. **Fome , um termo proibido: últimos escritos de Josué de Castro**. Anna Maria de Castro (org.). Rio de Janeiro: Civilização brasileira ,2003.

CERVELLATI. Píer Luigi, SCANNAVINI, Roberto. **Política Y metodologia de La Restauracion de Centros Históricos**. Bolonia Itália 1972. (mimeo)

CORRÊA, R. Lobato. **O Espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática. 1993.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. – São Paulo : Editora Universidade de São Paulo, 1993.

GRUBITS, Sonia ; NORIEGA, José A. Vera. **Método Qualitativo: epistemologia, complemetariedade e campos de aplicação**. São Paulo 2004

HARVEY, DAVID. **Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **Do gerenciamento ao empresarialismo: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço e debates, São Paulo, ano XVI, n.39,p.48-64, 1996.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Atlas,1996.

LACERDA, Norma. **Intervenções no bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre a sua legitimidade**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 621-646, set./dez. 2007

MARICATO, Ermínia. **Dimensões da tragédia urbana**. 2002 disponível em: <<http://www.consciência.br>> acesso em 12 maio 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_ (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996

NERY Nancy, CASTILHO, Cláudio. **“Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar”**: Uma Reflexão sobre as Possibilidades de Inclusão Social dos Moradores. 7º Colóquio de Transformações Territoriais do Comitê Acadêmico de Desenvolvimento Regional da AUGM- Associação de Universidades Grupo Montevideo. Curitiba-PR, 2008.

\_\_\_\_ **“Comunidade do Pilar e a revitalização do bairro do Recife. Possibilidades de inclusão sócio-espacial dos moradores ou gentrificação**. Revista Humanae—Recife 2ª Edição **O histórico dos bairros do Recife**. disponível em: [http://www.pe-az.com.br/bairros\\_do\\_recife/htm](http://www.pe-az.com.br/bairros_do_recife/htm); <http://www.longoalcance.com.br>; <http://www.fundaj.gov.br>; acesso em 23/08/2007

PERNAMBUCO, Governo de Estado de. **Plano Diretor da Região Metropolitana do Recife – FIDEM** 1998.

Rabello, Sylvio. **Tempo ao Tempo: memórias e depoimentos**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro, Brasília (convênio)1979

\_\_\_\_ **Plano de desenvolvimento do Porto Digital- Proposta para discussão**  
GONÇALVES, Paula. REINALDO Amélia (Coord.) 2001.

\_\_\_\_ **Relatórios da Liga Social Contra o Mocambo, julho/1941 a julho/1942**. Recife: Imprensa Oficial, 1942, Foto: Tibério Silva Medeiros. Arquivo público estadual.

\_\_\_\_ **Manual de Projetos de Habitação Popular: Parâmetros para elaboração e avaliação, Secretaria de Habitação** do Estado de Pernambuco, Recife, (Coord.) Mônica Rapôso Andrade,. Recife Gráfica e Editora, 1981.

PONTUAL, Virginia. **Uma cidade e dois prefeitos: Narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950** – Recife: Ed. UFPE, 2001.

Recife, Prefeitura do. **Programa de Requalificação urbanística e inclusão social da comunidade do Pilar**, 2002.

\_\_\_\_\_ **Programa de Requalificação urbanística e inclusão social da comunidade do Pilar**, 2007.

\_\_\_\_\_ **Plano específico de revitalização da zona especial de preservação do patrimônio histórico cultural** - Lei municipal 16.290/97.

\_\_\_\_\_ **Território Recife**. Diretoria de Projetos Urbanos da URB Recife, 2002.

\_\_\_\_\_ **Programa de requalificação urbanística e inclusão social da comunidade do Pilar**- PRUISCP, 2007

\_\_\_\_\_ *Atlas de desenvolvimento humano*. Recife, 2005.

\_\_\_\_\_ **Complexo turístico cultural Recife Olinda**. MARINHO. Geraldo (Coord.) 2003

\_\_\_\_\_ *Programa de requalificação urbanística e inserção social da comunidade do Pilar*. PRUISCP. 2002

\_\_\_\_\_ *Território Recife*. Diretoria de Projetos Urbanos da URB, 2002.

\_\_\_\_\_ *Processo de revitalização do Bairro do Recife 1986-2001*. FURTADO, Fátima (Coord.) 2001.

\_\_\_\_\_ *Levantamento das áreas pobres do Recife*. Secretaria de Planejamento URB-2002.

\_\_\_\_\_ **Plano específico de Revitalização da zona especial de preservação do patrimônio histórico cultural**. Lei municipal 16.290/97.

Recife, Prefeitura do. **Levantamento das áreas pobres do Recife**. Secretaria de Planejamento / URB – 2002.

QUARESMA, Silvia Jurema e BONI, Valdete. **Aprendendo a entrevistar: Como fazer entrevistas em ciências sociais**. Revista eletrônica de Pós-graduação em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 n°1 Janeiro-Julho /2005 p. 68 a 80. [www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br).

Acessado em junho de 2010

RABELLO, Sylvio **Tempo ao Tempo: memórias e depoimentos**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro Instituto Nacional do Livro, Brasília (convênio) 1979

RONIK. Raquel. **A cidade e a Lei**. São Paulo, 2002

SABATINI, Francisco e SIERRALTA, Carlos. **Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana\*** Revista Eure, Vol. XXXIV, N° 103, pp. 5-26, dezembro, 2008

SANTOS, Milton (1997), **A Natureza do Espaço: técnica e tempo/razão e emoção**, São Paulo, Ed. Hucitec, 1996

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record. 2000.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do Homem**. São Paulo, Hucitec, 1991.

SHIFFER, Suely Ramos. **La conservación urbana y La superación de la pobreza. Gestão do Patrimônio Cultural Integrado**, CECI. Recife. Editora da Universidade de Pernambuco, 2002

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao Planejamento e à gestão urbanas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Prisão e a ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Maria Adélia de. **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003.

TORRES, Haroldo da Gama et al. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo**. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br>. Acesso em 24/09/2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

ZANCHETTI, Silvio - **Conservação integrada e planejamento urbano: uma revisão**

Cadernos de Estudos Sociais, 2011 - [periodicos.fundaj.gov.br](http://periodicos.fundaj.gov.br) [fundaj.gov.br](http://fundaj.gov.br)

ZANCHETTI, Silvio e LACERDA, Norma. **A Revitalização de Áreas Históricas como Estratégia de Desenvolvimento Local: Avaliação do caso do Bairro do Recife**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza.v.30, n 1, p 8-24, jan-mar, 1999).

ZANCHETTI, Silvio. MARINHO, Geraldo. LACERDA, Norma org. **Revitalização do Bairro do Recife. Plano, Regulação e Avaliação**. Ed. Universitária da UFPE, 1998.

# ANEXO 1



URB-  
RECIFE

EMPRESA DE URBANIZAÇÃO DO RECIFE – URB-RECIFE  
PRESIDÊNCIA  
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

## PROJETO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL

### 1 IDENTIFICAÇÃO

Programa: FNHIS – Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	Contrato CAIXA nº 0301.546-57
Ação/Modalidade:	
Empreendimento; Requalificação Urbana e Inclusão Social da Comunidade do Pilar	
Localização/Município: Recife	UF:PE
Fonte de recursos: O.G.U.	Regime de execução do PPTS: Empreitada por Preço Global
Objeto de intervenção: Urbanização da Comunidade do Pilar	
Proponente/Agente Promotor: Prefeitura do Recife	
Executor da intervenção: Empresa de Urbanização do Recife - URB-Recife	
Tel:3355.5097	e-m@il:
Responsável Técnico-Social: Rosa Maria Pessoa Campello Bernadette Cordeiro Leão	Formação: Assistente Social Socióloga
Tel.: 3355.5137 e 5138	e-m@il: -
Valor do Trabalho Técnico Social: R\$ 1.100.000,00	
Repasse: R\$365.000,00	Contrapartida Física: -
Contrapartida Financeira: R\$0,00	Outros: R\$735.000,00 (BNDES: R\$550.800,00 e PCR: R\$184.200,00)
Prazo do Trabalho Técnico Social: 48 meses	Prazo de Obras: R\$ 36 meses
Nº de Famílias: 588 famílias	Nº de mulheres Chefe de Família
Nº de pessoas: 3.000 pessoas	Nº de famílias em situação de risco 588
Renda média familiar: <01 Salário Mínimo	Nº de pessoas com deficiência
Nº de idosos	

### 2 DIAGNÓSTICO

- 2.1 Características da área de intervenção e do entorno (as informações devem considerar às áreas de intervenção e destino, quando se tratar de reassentamento)

Identificar a localização geográfica, aspectos ambientais, dominiais e urbanísticos, forma e tempo de ocupação e densidade populacional, características das habitações.

Na RPA 1.1, está abrigada o núcleo original da Cidade, fundada em 1537, que se desenvolveu numa lingüeta de terra, fazia a ligação a Olinda. É onde hoje encontra-se o Bairro do Recife. É protegida pelos arrecifes, que formam um porto natural, origem do nome da Cidade.

O Bairro do Recife, por ser uma área histórica, é legislado por lei específica denominada Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico – Cultural: ZEPH 09 - Sítio Histórico Bairro do Recife, aprovada pela Lei 16.290/1997. Esta Lei define para o bairro três setores que sofreriam alterações segundo características específicas: Setor de Intervenção Controlada – SIC, Setor de Consolidação Urbana - SCU e, Setor de Renovação Urbana – SRU.

Nesses Setores foram identificados pólos de interesse: Pólo Bom Jesus, Pólo Alfândega, Pólo Pilar, Pólo Arrecifes e Pólo Fluvial. A comunidade do Pilar localiza-se no Setor de Renovação Urbana e é delimitada da seguinte maneira:

Ao norte – Fábrica Pilar

Ao sul – Moinho Recife e Companhia dos Produtores de Açúcar e Alcool de Pernambuco.

A leste – avenida Alfredo Lisboa

A oeste – rua do Brum.

O Plano Específico de Revitalização do Bairro do Recife, recomenda em seu artigo 12, a valorização dos monumentos e elementos arquitetônicos significativos, a otimização dos padrões de ocupação e a dinamização dos usos e atividades.

A renovação urbana para esse Pólo deverá se realizar através da:

- Alteração do padrão atual de ocupação como incremento construtivo nas áreas vazias e subutilizadas;
- Valorização dos elementos preservados através da sua incorporação aos novos empreendimentos;
- Aplicação de espaços destinados ao convívio público;
- Implantação de condições favoráveis à instalação de usos habitacionais, e recuperação ou ampliação da infra-estrutura existente.

No Pólo Pilar, encontra-se também monumentos tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que são: Igreja Nossa Senhora do Pilar e o Forte do Brum. Existe ainda, a ruína do Forte de São Jorge - local sobre o qual, a igreja foi erguida, a Fábrica Pilar e a fábrica de alimentos Bunge.

A comunidade do Pilar teve origem em 1975, quando o Porto do Recife desapropriou seis quadras numa área localizada entre a fábrica Pilar, o Moinho Recife e a rua de São Jorge. No perímetro dessa área, o Porto construiu um muro, onde começaram a ser assentadas as primeiras ocupações. Inicialmente foi denominada “Favela do Rato”, ficou assim chamada até que o Decreto nº 18.570/2000 que oficializou a denominação Comunidade Nossa Senhora do Pilar, hoje conhecida como Comunidade do Pilar.

O processo de revitalização do Bairro do Recife teve início na década de 1980, e desde então são elaboradas propostas de intervenções para aquela área. A questão da titularidade dos terrenos onde se encontra a comunidade, foi um dos entraves para a urbanização.

Entre 1987 e 2001, foram feitos cadastros, elaborados e aplicados pela URB-Recife, com objetivo de acompanhar a situação populacional da área. O que se constatou foi o crescimento acelerado da ocupação da comunidade, visto que, o número de moradores e o número de imóveis aumentou de 330 para 1.052 pessoas e de 89 para 463 unidades habitacionais.

Identificar o atendimento de serviços de água, iluminação pública, pavimentação esgotamento sanitário, coleta de lixo, transporte.

A RPA 01 é dotada de infraestrutura básica com sistema de saneamento, sistema viário / transporte, coleta de lixo, distribuição de energia.

Tem como eixos principais: a avenida Agamenon Magalhães - 1ª Perimetral, avenida Norte, avenida Conde da Boa Vista e os anéis viários da Boa Vista, de Santo Antonio, São José e do Bairro do Recife. O sistema viário é definido, mas necessita de intervenções para melhorar a fluidez, pois apresenta conflitos entre pedestres e veículos, engarrafamentos e estacionamento insuficiente.

Já a infraestrutura da ocupação do Pilar é deficiente, com ligações clandestinas de água e energia elétrica, o que favorece o aparecimento de acidentes periódicos. Não existe sistema de esgotamento sanitário. A deterioração da área é visível, a condição de vida e de habitabilidade da população é precária e a incidência de roedores e escorpiões é alta.

O sistema de transporte público atende satisfatoriamente aos moradores e usuários da RPA, que convergem em sua maioria para os anéis viários da Boa Vista, São José, Santo Antônio e Bairro do Recife.

A coleta de resíduos atende toda a cidade, inclusive o Bairro do Recife / Comunidade do Pilar, e é feita por caminhões. A responsável pela gestão da coleta de lixo na Cidade do Recife é a Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana – Emlurb.

A cidade é servida por rede de energia elétrica, só que na comunidade do Pilar encontramos grande parte das ligações feitas de modo irregular. São ligações clandestinas

Identificar os equipamentos comunitários e serviços públicos disponíveis na área e no entorno e as respectivas capacidade de atendimento à nova demanda.

Escolas, ONG's, bancos, instituições públicas e privadas, universidade, faculdades, agências dos Correios, Prefeitura do Recife, Tribunais Federais, mercados públicos, comércio, serviços, entidades religiosas, Associação comercial, institutos culturais, teatros, cinemas, shoppings e outros.

Identificar as organizações presentes: organização comunitária, organizações governamentais e ONGs que atuam na área e no entorno.

A integração social da comunidade do Pilar não é o ponto forte entre os moradores. A organização formal que freqüentemente observamos em outras comunidades como associações de moradores eles não têm. A representação existente é a de Delegado do Orçamento Participativo, que é uma instância municipal onde a população da Cidade discute as prioridades a serem implantadas com o orçamento anual da Prefeitura do Recife. Fatores externos contribuem com essa postura, entre eles um é bem perceptível: a violência existente na área.

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC, ambos da Prefeitura do Recife, atendem a comunidade prestando serviços aos moradores, nas áreas de desenvolvimento econômico / capacitação e assistência social. O IASC trabalha principalmente com crianças e jovens da comunidade. Já a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico trabalha no sentido de desenvolver e assessorar associações de pequenos comerciantes e empreendedores atendidos pelos Programas Bolsa-família, Microcrédito e Banco do Povo; viabilizam a comercialização de produtos fabricados por eles nos grandes eventos que acontecem no local - natal, carnaval, páscoa; e prestam assessoria jurídica a esse público.

As ONG's Pró-criança, Arte e Vida, Tambores Percursivos, têm suas sedes funcionando no bairro, e atendem não só as crianças e adolescentes que ali residem. O trabalho é estendido a toda cidade. Elas atuam complementando a educação escolar, com atividades de música, dança, teatro, acompanhamento pedagógico e preparação de jovens para entrada no mercado de trabalho através de convênio com algumas empresas e instituições e do Programa Jovem Artesão. É pré-requisito para participarem das atividades que a criança e/ou o adolescente estejam matriculados e freqüentando a escola formal regularmente.

Instituições que atuam com educação ambiental na região, as experiências e os programas de educação ambiental em desenvolvimento, conselhos, fóruns e colegiados existentes, redes e segmentos sociais, meios de comunicação, etc

Não temos conhecimento da existência desse trabalho com a comunidade, mas, está prevista a implantação de um Projeto de Educação Patrimonial para a comunidade durante o período de implantação do PTTS.

Diagnóstico situacional das doenças de veiculação hídrica para o desenvolvimento de ações específicas.

Durante as ações a serem implantadas com o PTTS, esse diagnóstico será levantado com maior precisão, embora tenha-se conhecimento da existência de verminoses, dengue, episódios de infecções gastrintestinais, doenças sazonais.

Iniciativas de trabalho socioambiental em andamento e/ou previstas na região.

Estão previstas oficinas, campanhas e palestras sobre educação ambiental, reciclagem de resíduos sólidos, higiene pessoal, preservação do ambiente natural e construído.

## 2.2 Caracterização da população beneficiária:

(Características socioeconômicas da população atendida informando nível médio de renda, faixa etária, escolaridade, número de pessoas com deficiência, número de idosos e outros dados considerados importantes que permitam traçar o perfil da população).

Tendo como base o diagnóstico realizado em 2001 no Pilar, que levantou a situação socioeconômica da população, observa-se que a renda dos moradores incide na sua maioria, na faixa de até 01 salário mínimo, com um total de 41,3% pessoas. A faixa dos que não possuem renda, é de 10,4%. Os que não informaram e os que recebem ajuda de outros representam 13,4%, compondo um total de 65,1% habitantes. Esta informação mostra o nível de pobreza dos moradores.

A composição etária da população residente é representada da seguinte forma: de 31 a 40 anos - 16,9%, as faixas de 11 a 15 anos e de 06 a 10 anos, são representadas por 12,1% e 11,8% respectivamente. Isto demonstra que se trata de uma população jovem que requer atenção na educação formal e capacitação profissional.

Com relação a escolaridade, a mesma pesquisa demonstra predominância de moradores que estudaram até o 1º grau incompleto com 68,3%; apenas 0,9% de pessoas concluíram o 1º grau. Com relação ao 2º grau 2,9% não conseguiram concluir e só 3,8%, têm o nível completo.

Segundo dados levantados pelas secretarias municipais que desenvolvem atividades na comunidade, observa-se que a maioria trabalha no próprio bairro. Desses, os biscateiros, ambulantes, flanelinhas, domésticas, portuários, são ocupações mais frequentes na comunidade, embora a maioria dos entrevistados tenha se recusado a prestar informações sobre ocupação na pesquisa efetuada em 2001.

A tipologia dos imóveis é dominada por alvenaria, conjugada com outro tipo de material como plástico, lata, papelão que representa 43,6% das habitações. Mais da metade destas, possui apenas um cômodo. A predominância do uso dos imóveis é residencial – 79,7% e 9,3% de uso misto. Neste último predomina a venda de bebidas, que equivale a 64,7%.

## 2.3 Caracterização da organização comunitária:

(Organizações comunitárias formais e informais e seu grau de representatividade perante a comunidade; se as lideranças comunitárias residem na área; grau de conhecimento da população sobre o projeto e se houve demanda formalizada junto ao mutuário/agente promotor; se está prevista a contrapartida da população atendida e de que forma)

A organização social da comunidade, como já citada anteriormente no item 2.1, é formada apenas por Delegados do O.P. Não existe outro tipo de integração.

A criação desses canais será estimulada durante a realização do Trabalho Técnico Social, pelos técnicos responsáveis. A formação de comissões previstas na metodologia, já é um tipo de organização indicada neste PTTS.

## 2.4 Caracterização da Intervenção física:

Tipo de intervenção	Nº de famílias	Nº de pessoas
Habitação	588	3.000
Melhoria Habitacional	588	3.000
Unidade Sanitária	588	3.000
Ligação Domiciliar	588	3.000
Fossa/Filtro Anaeróbio	-	-
Pavimentação	-	-
Regularização Fundiária	588	3.000
Outros – Saneamento	588	3.000

### 3 JUSTIFICATIVA

(Discorrer brevemente sobre a pertinência da proposta do trabalho técnico social em relação à intervenção física a ser realizada, considerando as características da comunidade beneficiária e da área, outras ações/projetos relevantes realizados na área de intervenção e o potencial da participação efetiva da comunidade no processo).

A comunidade do Pilar se encontra inserida numa área de sítio histórico, tida como Setor de Renovação Urbana. Essa classificação se deve ao estado de depreciação do local. Trata-se de uma área adensada, com casebres e uma condição de vida subumana. Está alojada no entorno de um muro que delimitava a área do Porto do Recife. Os imóveis estão assentados no leito de ruas estreitas, sem saneamento básico e o esgoto, corre a céu aberto.

O projeto proposto para o Pilar, é uma forma de dotar o local de infraestrutura urbana – pavimentação e drenagem -, oferecendo melhor qualidade de vida à população que irá residir ali, integrando-a à cidade. Será composto por 17 blocos habitacionais, um mercado público, uma escola/creche, um posto de saúde da família e uma praça de lazer distribuídos da seguinte forma: Q 40 – 04 blocos e 192 apartamentos; Q 45 – 03 blocos e 50 apartamentos; Q 46 – 04 blocos e 128 apartamentos; Q 55 – 04 blocos e 128 apartamentos; Q60 – 02 blocos e 90 apartamentos. Os equipamentos públicos: mercado, posto de saúde, escola/creche e praça ficarão nas quadras 60, 40 e 25 respectivamente. Os medidores de água e de energia elétrica serão individuais, pensados assim, como forma de otimizar os custos de manutenção dos imóveis.

A urbanização irá permitir também a ligação da avenida Alfredo Lisboa com a rua Cais do Apolo, o que criará um canal de integração da comunidade à cidade, promovendo a visitação das pessoas - moradores locais, recifenses e turistas - à Igreja do Pilar, monumento histórico situado dentro da comunidade. O acesso hoje não é possível, por vários motivos: degradação da Igreja, falta de estrutura, de acesso e de segurança do lugar.

Outro fator importante que precisa ser preservado e trabalhado junto aos moradores é a diversidade do patrimônio local. Existe no entorno do Pilar, áreas de rio, mangue, mar, além da riqueza do ambiente construído. São exemplares dos séculos XVIII, XIX e ruínas do século XVII que contam a história da cidade.

A ocupação desordenada pelos moradores modificou o desenho original da área, e o projeto resgata o traçado original das quadras 40, 45, 46, 55, 60 e parte da 25, onde está assentada a comunidade.

Baseado na exposição acima – urbanização, melhoria da qualidade de vida dos moradores, integração destes com a cidade, inserção social, resgate da cidadania, acessibilidade, preservação do patrimônio: histórico, natural, cultural e construído – é que propomos o Projeto de Urbanização e Inserção Social do Pilar.

**OBJETIVOS** (Definir os objetivos geral e específicos que se pretende alcançar com o projeto técnico social, relacionados com a intervenção física proposta, a justificativa apresentada e as características da população e da área de intervenção. Devem estar relacionados com as demandas verificadas junto à população beneficiária).

#### **Objetivos Gerais**

- Promover a inclusão social das famílias a serem reassentadas
- Integrar a área à Cidade do Recife;
- Resgatar junto aos moradores o valor do sítio histórico em que estão inseridos;
- Desenvolver as competências empreendedoras para gerar novos negócios;
- Promover a capacitação da comunidade para inclusão no mercado de trabalho.

#### **Objetivos Específicos:**

- Assegurar melhores condições de vida à população;
- Controlar ocupações desordenadas em área de preservação histórica;
- Orientar a população quanto à gestão dos conjuntos habitacionais com objetivo de: reciclar resíduos sólidos; estimular a manutenção periódica dos imóveis; preservar os equipamentos públicos instalados e os já existentes; preservar o meio ambiente; orientar a comunidade no uso racional da água e energia das áreas comuns.
- Integrar a comunidade do Pilar no espaço urbano da Cidade.
- Implantar Projeto de Educação Patrimonial
- Diversificar as atividades econômicas locais
- Estruturar o comércio popular local;
- Identificar o perfil de habilidades dos moradores, com o objetivo de capacitá-los para o mercado de trabalho;
- Elevar a escolaridade da população
- Indicar meios de geração de trabalho e renda.
- Promover ações voltadas à preservação do patrimônio natural, construído e imaterial
- Indicar vínculos econômicos do Território da comunidade do Pilar com outros territórios do Recife.

## **4 METODOLOGIA**

(Descrever as ações do trabalho a ser desenvolvido; os instrumentos e técnicas de intervenção previstas, bem como as estratégias, os documentos de registro e sistematização a serem utilizados, em consonância com os objetivos estabelecidos no projeto. Apresentar cronograma de atividades conforme item 10).

A Prefeitura do Recife, sob a coordenação da Secretaria de Controle, Desenvolvimento Urbano e Obras, vem mantendo um fórum com a participação de várias secretarias envolvidas, no qual estão sendo discutidas ações que serão desenvolvidas pelas mesmas, durante a execução do Projeto de Trabalho Técnico Social, que será coordenado pela URB-RECIFE/PAC.

A equipe social contratada deverá estar fixada na área para desenvolver os trabalhos e acompanhar / orientar a comunidade durante todo o período proposto na metodologia – pré-ocupação, ocupação e pós-ocupação, e ainda, 06 meses antes e 06 meses após a conclusão da obra de construção. O contato diário dos técnicos com a comunidade e a mobilização para a participação nas diversas etapas do plano, é fundamental para o avanço da metodologia proposta.

Deverão ser contemplados no desenvolvimento das atividades, todos os moradores da comunidade, tanto os que ocuparão os primeiros blocos, quanto os que ocuparão os últimos blocos do conjunto habitacional; o conteúdo metodológico repassado será o mesmo para todos porque, mesmo nas habitações de origem, o morador tem a oportunidade de adquirir novos hábitos e praticá-los, independente de onde estejam. Ainda melhor, à medida em que forem ocupando as novas habitações, já perceberam a necessidade de mudanças de alguns costumes.

A proposta metodológica é qualitativa e quantitativa de acordo com o PTTS, composta por etapas distintas, mas seqüenciadas, a saber:

#### **Formação de equipe técnica de campo**

Será constituída por dois técnicos e dois estagiários, - com formação na área social - e experiência comprovada em desenvolvimento comunitário. A equipe de campo será coordenada por equipe social da URB-Recife / PAC.

### **Orientação da equipe de campo**

Terá como objetivo repassar o conteúdo do projeto social à equipe que irá trabalhar na comunidade.

### **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Territorial**

Realizar Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e respectivos Modelos de Gestão de equipamentos de desenvolvimento econômico a serem implantados no território a exemplo do Mercado ou Centro de Comércio Popular, da Padaria, da Rádio, Unidade de Produção Coletiva de Alimentos, Fábrica de Velas dentre outros a serem indicados pela Equipe de Coordenação. Esse estudo terá como base o diagnóstico socioeconômico a ser realizado.

### **Identificação das representações comunitárias do local.**

A comunidade do Pilar, apesar de ter implantado no local, serviços como Posto de Saúde da Família - P.S.F., escola municipal, unidade do IASC, unidade da Secretaria Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, não possui uma articulação com representação comunitária. São pessoas que não se integram socialmente. Um motivo evidente para que isso ocorra é o alto índice de violência e criminalidade existente, o que contribui para a desintegração das relações pessoais.

O trabalho a ser realizado terá também como foco o desenvolvimento comunitário e educativo, no sentido de apoiar a organização, a cidadania e a formação desses grupos a partir de representações que surgirem naturalmente. Esses grupos serão fundamentais no decorrer do projeto, pois, participarão ativamente das comissões a serem eleitas.

### **Atualização dos cadastros levantados em 2001/2007, cadastramento de novas invasões e aplicação de pesquisa para levantar a aceitação da nova moradia**

Será necessária a realização de um novo cadastramento para atualizar o número de moradores existentes atualmente, definir a política que será adotada para com os não cadastrados anteriormente.

A pesquisa a ser aplicada visa fazer um diagnóstico da área, contemplando cadastro com pesquisa socioeconômica, identificar as habilidades para o trabalho de cada morador, medir a expectativa / aceitação da nova moradia. Deverão também ser identificados e registrados, os moradores que estão inscritos em Programas Sociais do Governo Federal e, a partir daí inserir as famílias que ainda não foram contempladas. Será levantado também o número de idosos e deficientes existentes na área.

O diagnóstico deverá ser feito no perímetro: rua do Moinho, rua do Brum, rua Primavera e av. Alfredo Lisboa

### **Mobilização:**

A proposta da mobilização é que seja feita por imóvel, por rua, ou por quadra, de acordo com a geografia do lugar, convidando a comunidade a participar das discussões, definições, acompanhamento dos trabalhos.

### **Reuniões para apresentação do Projeto**

As reuniões aqui propostas, terão como objetivo explicar o Projeto Habitacional como um todo: os equipamentos que serão construídos, a distribuição dos edifícios nas quadras, o padrão e a distribuição das unidades habitacionais.

Os recursos técnicos para a apresentação do projeto deverão valorizar a comunicação audiovisual, dinâmicas de grupo, plantas, mapas, cartilhas lúdicas dentre outros a serem indicados pela Equipe de Coordenação.

Serão demonstrados também os benefícios que a urbanização trará para a comunidade com a integração dessa à Cidade.

Vale ressaltar que na fase de construção do projeto arquitetônico, a Prefeitura do Recife através dos técnicos que participam do fórum de discussões da comunidade do Pilar, já vêm apresentando aos moradores, o esboço da concepção do que será o projeto final, através de reuniões previamente agendadas com os moradores.

### **Reuniões com a comunidade para criação e eleição das comissões que representarão as comunidades no acompanhamento da obra e na gestão dos condomínios.**

Será necessário formar comissões que trabalharão no acompanhamento das obras de construção dos conjuntos habitacionais e na gestão dos condomínios. Essa última é importante que seja formada com antecedência, pois, conhecendo a forma como as habitações foram construídas, torna-se mais fácil administrá-las posteriormente. A criação dessas comissões é um modo de estimular a integração e participação da comunidade nas questões coletivas.

### **Eleição da comissão de moradores para acompanhamento da obra.**

Essa comissão terá um papel fundamental junto à comunidade, pois, tentará resolver os problemas advindos com a obra, acompanhar o cronograma de atividades, a qualidade da construção - se está de acordo com o recomendado pelo projeto - participar de reuniões técnicas com as equipes de campo da Prefeitura do Recife e com a construtora responsável pela execução do projeto habitacional.

#### **Eleição da comissão que trabalhará na gestão dos condomínios.**

Essa comissão terá o papel de mobilizar e reunir os moradores para a construção do regulamento interno de cada bloco do condomínio, visando um melhor convívio entre os habitantes do conjunto. A equipe social de campo terá o papel de apoiar e orientar os trabalhos.

Essa comissão será renovada periodicamente, através de eleição dos moradores, para a administração dos blocos, conforme a convenção de condomínio elaborada por eles.

#### **Capacitação das comissões eleitas de acompanhamento de obras e de gestão do condomínio.**

As comissões deverão ser capacitadas para melhor desempenharem suas funções. Para a gestão, sugerimos que sejam eleitos também representantes por bloco de apartamentos, tendo em vista, serem pessoas que habitam naquele espaço determinado e conhecem os problemas do local. Essa metodologia facilita o relacionamento das pessoas. O foco dessa capacitação deverá ser a manutenção e preservação dos imóveis, as contas a pagar, a preservação do meio ambiente e dos equipamentos instalados na comunidade.

#### **Reuniões periódicas da equipe técnica**

São reuniões que acontecerão com o objetivo de avaliar o acompanhamento dos trabalhos, integrar as equipes de campo - obra e social - e atualizar o cronograma de obras que será repassado à comunidade.

#### **Reuniões com as comissões eleitas e as equipes técnicas para acompanhamento do cronograma das obras.**

São reuniões que serão realizadas para atualizar o andamento da obra com os representantes eleitos, que terão como compromisso repassar à comunidade o andamento dos trabalhos e as etapas a serem realizadas no período seguinte - cronograma de obras.

#### **Elaboração de um Plano de Reassentamento das unidades habitacionais**

Esse plano deverá conter a metodologia e os critérios que serão utilizados para a ocupação dos apartamentos, discutidos previamente com os moradores, comissões e equipe de campo.

#### **Preparação das famílias para a nova moradia**

Será trabalhada no sentido de perceber a importância da conservação das novas habitações, do ambiente em que vão residir, da participação entre os moradores nas despesas mensais de manutenção dos imóveis para a sustentabilidade do empreendimento.

É importante que nessa fase, sejam providenciados documentos dos comunitários, como CPF e Carteira de Identidade, para quem não for portador destes. A posse desses documentos é essencial para que o morador se sinta como parte integrante da cidade e também para legalizar a documentação dos futuros imóveis.

#### **Projeto de Educação Patrimonial**

A Comunidade do Pilar, antes denominada "Favela do Rato", está localizada nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora do Pilar, que é um monumento tombado pelo IPHAN, em nível federal, no Bairro do Recife, o mais antigo da cidade. O processo de ocupação da área se deu a partir da década de 70 quando o Porto de Recife desapropriou várias quadras residenciais com a justificativa de expandir a área do retroporto, começando assim, um processo de deterioração e ruína que favoreceu a ocupação informal no local.

Considerar o processo de conhecimento da história e da herança cultural, é importante para a afirmação da identidade e preservação da memória coletiva. A educação, por conseguinte, é o caminho para a transmissão destes valores às gerações futuras e a garantia de sua continuidade no tempo, promovendo, assim, o desenvolvimento harmonioso do progresso técnico e da elevação intelectual e moral de uma sociedade.

Neste sentido, é imprescindível que os cidadãos tenham uma condição de vida que lhes permitam conhecer e entender seus direitos e os bens que lhes são caros para, então, poder exercer ativamente o seu papel de guardião.

Somente o cidadão plenamente consciente e engajado nas decisões políticas possui a liberdade e o direito de escolher seus caminhos e não permitir que sua história, seus símbolos, tradições e saberes sejam usados de maneira irresponsável ou, até mesmo, esquecido ou apagados.

O objetivo primordial deste projeto é informar a população e estimular a conscientização da importância da preservação desses bens culturais para o fortalecimento da sociedade.

Percebendo-se a necessidade de despertar o interesse da comunidade do Pilar, e o envolvimento desta com o seu meio e, reconhecendo o patrimônio local do espaço em que está inserido, propõe-se esse projeto dentro das ações de requalificação e urbanização da área.

Terá como ações previstas, os módulos de oficinas com os temas:

#### **Oficina de Grafiteagem**

Uma atividade que será realizada nos tapumes das construções dos habitacionais. Buscando promover debates e experiências no que diz respeito aos temas fundamentais e presentes na vida da comunidade. A arte do grafite será um interessante veículo de idéias nessa dinâmica, uma vez que tem uma profunda penetração no cotidiano da periferia recifense.

#### **Desenho e Pinturas:**

Desenvolver atividades com desenhos e pinturas com crianças da comunidade, objetivando perceber como essas crianças vêem a comunidade hoje e o que elas imaginam do futuro, finalizar a oficina com um mural dos desenhos elaborados durante a oficina.

#### **Oficina de Fotografia**

Oficina de fotografia com as crianças para que elas possam mostrar o olhar de sua comunidade e seu entorno.

#### **Oficina de reciclagem da garrafa “PET”**

Aulas de bijuterias e artigos para casa. Objetiva sensibilizar a educação ambiental, para proporcionar geração de renda.

Também será utilizado folheteria contendo o contexto histórico e as ações a serem desenvolvidas para serem distribuídos na comunidade.

Para que esse Projeto seja executado, será necessária a contratação de monitores para as várias oficinas e aquisição de material referente a cada oficina.

#### **Ocupação das Unidades Habitacionais**

A ocupação dos conjuntos será paulatina, na medida em que forem sendo construídos os blocos, de acordo com o número de unidades habitacionais disponíveis naquele momento, seguindo os critérios pré-estabelecidos pelos moradores, dando atenção aos casos especiais – idosos, pessoas com capacidade de mobilização reduzida, gestantes e outros.

Vale ressaltar que existe um fato novo, surgido durante a fase de colocação das estacas de fundação na Quadra 40. É que os moradores desta, estão assentados ao redor da quadra, escorados por ruínas de um muro, que será recuperado e requalificado. Teoricamente a construção prevista para este espaço não necessitaria da retirada desses moradores. Ocorre que foi verificado pela equipe de engenharia que atua na construção, que os moradores correm risco de acidente, caso permaneçam no local, devido a vibração emitida pelo serviço. Para isso, estão sendo identificadas as famílias desse perímetro, com objetivo de inserí-las no Auxílio Moradia, através de Decreto a ser expedido pelo Prefeito do Recife. Outra opção a ser estudada é a permanência dessas famílias numa área próxima à Igreja de N. S. do Pilar, em espaço a ser contruído com características de Hotel de Trânsito Durante o reassentamento, essas pessoas terão prioridade em ocupar as primeiras unidades habitacionais que serão construídas.

O desenvolvimento dessa ação será realizado com apoio da equipe de campo, em conjunto com a comissão eleita para trabalhar com a comunidade na gestão dos edifícios habitacionais, tendo como base o Plano de Reassentamento, contendo: cronograma, estrutura de apoio operacional, transporte dos móveis e objetos pessoais, organização da documentação de cada imóvel, ocupação das novas unidades.

#### **Pós-ocupação**

Essa fase visa acompanhar, orientar e monitorar a comunidade reassentada no convívio coletivo, na ocupação do espaço privado, salubridade do ambiente, facilitação dos acessos comuns, restrições das ocupações do ambiente construído e planejamento financeiro dos novos encargos. Deverá ser enfatizada a importância do uso correto da energia elétrica, da água, do sistema de esgotamento sanitário, reciclagem e acondicionamento do lixo, preservação de todo patrimônio existente, e dos equipamentos comunitários. Recomenda-se a realização de reuniões/palestras temáticas, com a utilização de recursos diversos.

Essas orientações irão evitar desperdícios, contribuir para tornar os custos mais enxutos e também para um melhor convívio entre os moradores.

A Convenção de Condomínio e os Regulamentos Internos do habitacional e dos blocos de apartamentos, deverão ser elaborados após o reassentamento das famílias. A convenção e o regulamento interno são os instrumentos legais pelos quais irão respaldar e orientar a Comissão de Gestão para administrar o condomínio. Deverá ser elaborada com a participação dos moradores.

A previsão de duração dessa etapa é estimada em seis meses após o reassentamento e tem como objetivo fortalecer a estrutura organizacional dos condomínios.

#### **Estabelecer parcerias com instituições existentes no entorno**

Visa à integração da comunidade com órgãos de saúde, educação, lazer, cultura existentes na área, com objetivo de inserir os moradores nas atividades oferecidas por estes.

#### **Promover palestras de educação sanitária e ambiental**

Essas palestras são propostas em vários períodos, desde a implantação do Trabalho Social, oficinas de Educação Patrimonial, até o final de todas as ações previstas para a comunidade – pós ocupação - no sentido dos moradores perceberem e praticarem hábitos de higiene pessoal, higiene ambiental e preservação do meio ambiente. A intenção dessa atividade de modo mais constante é que, as informações sejam repassadas às famílias, com objetivo de consolidar a mensagem através da mudança dos hábitos, que irão refletir em dimensões diversas – na saúde, na habitabilidade, na educação, na economia, na vida dos moradores. Esse processo educacional, foi pensado como um meio de garantir a sustentabilidade das habitações e equipamentos implantados no local.

**Realizar sondagens, em duas fases distintas da implantação do trabalho social, junto aos moradores para verificar o grau de satisfação da obra, a adaptação da comunidade ao novo modelo de habitar.**

Esta sondagem será aplicada através de questionário previamente elaborado pela equipes técnicas de campo da consultoria e aprovado pela Coordenação da URB-Recife. Verificar inicialmente, quando da atualização dos cadastros na fase inicial das atividades e, posteriormente, na etapa da pós-ocupação - 03 meses após o reassentamento - para ser possível a comparação dos dados.

Recomenda-se para essa atividade - aplicação em campo das sondagens e diagnóstico socioeconômico - a contratação de estudantes da área social, com objetivo de cobrir todo perímetro formado pela rua do Moinho, rua de São Jorge, rua Primavera e rua do Brum, num breve espaço de tempo.

## 5 COMPOSIÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Nome	Formação Acadêmica	Atribuição na Equipe	Número de Horas disponibilizadas ao projeto
03 Técnicos da Área Social	Serviço Social, ou Ciências Sociais, ou Pedagogia, (conforme Instrução Normativa nº 27, de 14.07.2007/ Ministério das Cidades).	Implantar e executar, este PTTS, acompanhando, orientando e apoiando a população alvo durante a permanência da equipe na área.	08:00h/dia
03 Estagiários da Área Social	Idem	Participar junto com os Técnicos Sociais da implantação e execução deste PTTS, no acompanhamento, orientação e apoio à comunidade.	04:00h/dia

## 6 PARCERIA

(Descrever as parcerias propostas, apontando os parceiros e suas respectivas responsabilidades e atribuições)

**Secretaria de Controle, Obras e Desenvolvimento Urbano**

Elaborar, coordenar, atualizar e controlar a execução de planos e programas de planejamento da ação governamental, assim como a execução das ações de desenvolvimento social, urbanístico e de meio ambiente, e sua adequação às prioridades estabelecidas na política de desenvolvimento do Município.

**Secretaria Especial de Gestão e Planejamento / Coordenadoria de Orçamento Participativo.**

Monitorar os Planos, Programas e Projetos da Administração Municipal e realizar articulação da Prefeitura com a população da cidade do Recife.

**Secretaria de Habitação**

Universalizar o acesso à moradia com condições adequadas de habitabilidade, priorizando os segmentos sociais vulneráveis, mediante instrumentos e ações de regulação normativa, regularização urbanística e jurídico-fundiária e de provisão.

**Secretaria da Assistência Social**

Elaborar, programar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública; analisar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação social; encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos, entre outros.

## **Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico**

Promover o desenvolvimento sustentável com acesso ao conhecimento, ciência e tecnologia na perspectiva da inclusão social.

## **Secretaria de Cultura / Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural - DPPC.**

Pesquisar, registrar e expor ao público a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesse do Recife; manter articulação com entes públicos e privados visando à cooperação em ações na área de cultura; descentralizar equipamentos, ações e eventos culturais, democratizando o acesso a bens culturais; realizar cursos de formação e qualificação profissional; elaborar estudos de identificação de cadeias produtivas da cultura e, em articulação com outros órgãos municipais, traçar políticas de desenvolvimento.

## **Secretaria de Saúde**

Transformar o sistema de Saúde do município visando garantir melhorias na prestação de serviços de: Programa de Saúde da Família, Programa de Saúde Ambiental, Ambiente Livre de Fumo, DST/AIDS, Atenção Humanizada à Mulher no Ciclo Gravídico Puerperal e Saúde da Mulher.

## **Secretaria de Educação**

Ofertar educação infantil em creches, pré-escolas e no ensino fundamental; prestar atendimento aos alunos portadores de necessidades especiais; atender alunos com programas de alimentação e material didático-escolar; promover cursos de qualificação profissional e realizar programas de ações culturais.

## **Secretaria de Serviços Públicos / CSURB / EMLURB / CTTU**

Garantir a manutenção, limpeza e conservação das ruas, praças, avenidas, parques, canais, canaletas e rios do Município; propiciar o funcionamento da iluminação pública; elaborar e assegurar políticas de gestão do trânsito; e prestar colaboração à Defesa Civil; entre outras. São vinculadas à Secretaria de Serviços Públicos: a Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB, a Companhia de Serviços Urbanos do Recife - CSURB, a Companhia de Trânsito e Transportes Urbanos - CTTU e a Guarda Municipal.

## **7 VALORES DA INTERVENÇÃO(R\$):**

<b>Repassé / Financiamento</b>	<b>OBRAS</b>	<b>PTTS</b>	<b>TOTAL</b>
Contrapartida (Financeira)		xx	
Contrapartida (Bens e serviços)		xx	
Outros		BNDES: 550.800,00	
		PCR: 184.200,00	735.000,00
Repassé		C.E.F: 365.000,00	365.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>1.100.000,00</b>	<b>1.100.000,00</b>

## **10. AVALIAÇÃO**

(Apontar as formas e instrumentos de avaliação a serem utilizados)

Acontecerá através de:

Mudança de comportamento da população.

Melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Participação dos moradores nas atividades - reuniões, comissões, campanhas, oficinas.

Atendimento das pendências por parte da equipe técnica.

Cumprimento do cronograma de ações/atividades.

Integração das equipes: social/comunidade/engenharia/parceiros.

Preenchimento de questionários de avaliação dos trabalhos, com objetivo de aferir a metodologia utilizada e a equipe técnica.

As atividades de avaliação deverão ser registradas com atas de presença, fotos e formulários próprios.

Sendo a avaliação um instrumento dinâmico, de controle, pode haver redirecionamento da metodologia e das ações, de acordo com a resposta da comunidade com relação às atividades.

Como meio de avaliar o grau de satisfação da comunidade, com relação ao conjunto de ações a serem desenvolvidas, o PTTS sugere a coleta de depoimento dos moradores - sondagem, no início e no final do

PTTS. É também um modo de aferir o nível de satisfação das pessoas e o grau de participação dos mesmos.

**Recife, 04 de maio de 2010**

## 9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES POR MACROAÇÃO:

Macroacções	Atividades
Ações Informativas sobre o Empreendimento	Mobilização
	Reunião p/ apresentação Projeto
	Divulgação das sondagens realizadas em períodos distintos
Apoio ao Remanejamento/Reassentamento de Famílias	Elaboração do Plano de Reassentamento
	Logística p/ o Reassentamento
	Orientação para a população beneficiada providenciar documentos necessários para receber as unidades habitacionais.
	Acompanhamento dos moradores durante o reassentamento
Articulação Técnica Social para Parcerias	Buscar parcerias p/ capacitação profissional dos moradores
	Articulação com parcerias para inclusão de jovens e adultos na educação formal
	Inclusão dos moradores nos programas sociais vinculados ao poder público
	Realização de sondagem com moradores visando aferir expectativa p/ a nova habitação ( <b>fase inicial</b> dos trabalhos)
	Elaboração Plano de Desenvolvimento Econômico e Territorial (inventário socioeconômico atualização de cadastro e estudo de viabilidade técnica e econômica para o território)
	Realização de sondagem com moradores na <b>fase final</b> do TTS visando comparar com o resultado da fase inicial.
Capacitação Profissional	Participação da comunidade em oficinas educativas, seminários e eventos
Educação Ambiental	Palestras c/ audiovisual sobre preservação do patrimônio construído, natural e imaterial.
Educação Patrimonial	Implantação das Oficinas de: História, Grafiteagem, Desenho / Pintura, Fotografia, Reciclagem e Pet
Educação Sanitária	Palestra Higiene Pessoal
	Palestras Hig. Ambiental
Geração de Trabalho e Renda	Geração de novos negócios
	Identificação do perfil profissional dos moradores
	Capacitação p/ inclusão no mercado de trabalho
	Estruturação do comércio popular local
Mobilização e Organização Comunitária	Visitas domiciliares e contato direto com os moradores visando a participação de todos no processo.
	Realização de eleição de comissões: acompanhamento do cronograma de execução da obra e de gestão condominial
	Realização da capacitação da comissão de gestão condominial
	Elaboração da Convenção de Condomínio e dos Regulamentos Internos dos Blocos
Suporte às Intervenções Físicas	Reuniões com equipes técnicas que atuam na área - engenharia e social - com objetivo de minimizar os conflitos e impactos advindos da obra.

## **ANEXO 2**

### **Projeto de Educação Patrimonial “Pilar Onde Vou Morar! II”**

**Secretaria de Cultura da Cidade do Recife**

**Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural - DPPC**

**Gerência de Documentação, Promoção e Educação Patrimonial ABRIL, 2011**

**Projeto de Educação Patrimonial “Onde vou morar! II” Comunidade do Pilar**

### **Apresentação**

O projeto do Habitacional do Pilar foi desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Recife com o intuito de proporcionar a população existente no local melhor qualidade de vida, oferecendo-lhes melhores condições de moradia no entorno de uma área histórica, visando ampliar o potencial de uso da área, promovendo, ao mesmo tempo, a fixação da população, usuária, provedora de serviços e residente no local. Nesse sentido, as obras do habitacional estão sendo acompanhadas por um Grupo Gestor que além de discutir os desafios diários da construção e do entorno, priorizaram execuções de ações patrimoniais para a comunidade do Pilar, envolvendo vários parceiros.

As ações de Educação Patrimonial possibilitam estimular a percepção dos moradores desta comunidade para os cuidados necessários em manter preservada a nova estrutura urbana, que tem como prioridade elevar a valorização do lugar, sendo assim, melhorar a qualidade de vida.

Diante do caráter emergencial, é importante considerar que a proposta das ações de Educação Patrimonial possibilita ao cidadão perceber o seu mundo e despertar o senso crítico quanto à compreensão sócio-cultural em que ele está inserido. Com a proposta de incentivar e ampliar o conhecimento sobre o patrimônio cultural por meio de ações educacionais voltadas para o uso e a apropriação dos bens culturais, a Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural-DPPC/SECULT, por meio da Gerência de Promoção, Documentação e Educação Patrimonial, apresenta o projeto “Onde vou morar” que deverá ser executado em duas etapas. A primeira propõe o uso do entorno da Igreja de Nossa Senhora do Pilar - Monumento Federal que está sendo restaurado pelo IPHAN/PE, através de recursos do PAC Cidades Históricas, para a instalação de uma “praça cultural”, com a realização de várias oficinas educacionais voltadas para todas as faixas etárias da comunidade e a segunda, a construção de um apartamento na quadra 40.2 do habitacional com parte da circulação central, um trecho do pátio interno e um volume de escada, convidando os moradores a interagir com sua nova moradia e com as novas referências de convivência em comunidade. No processo do Habitacional do Pilar, estimular a elevação da auto-estima pelas ações citadas significa valorizar uma cultura múltipla que se incorpora em uma nova urbanização, seja moradias ou pontos comerciais, transformações possíveis com o envolvimento do poder público municipal e a colaboração de todos os moradores.

## **Justificativa**

A proposta de Educação Patrimonial se insere na necessidade de manter um diálogo com a comunidade para os modos de viver, compreender que o patrimônio é construção de todos, identificando-se com o lugar e dessa forma, apresentar os cuidados necessários para manter preservadas as conquistas.

## **Objetivo Geral**

O escopo destas ações visa aproximar a Comunidade do Pilar ao processo de transformação urbana que a cidade e o bairro do Recife vêm sofrendo nos últimos anos, sendo assim, objetivamos inserir a comunidade no sentido de apropriação e pertencimento do patrimônio.

## **Metodologia**

A execução do projeto será realizada em duas etapas:

### **1ª ETAPA**

Instalação de um equipamento provisório que chamamos de “Praça cultural” no entorno da Igreja contendo:

- Lona de circo
- Bancos, mesas, cadeiras, etc
- Painéis com imagens do habitacional e da agenda de eventos
- Iluminação
- Containeres de coleta seletiva de lixo.

### **Ações que deverão ser realizadas no local:**

- Oficinas/encontros
  - “Meu lugar, minhas lembranças...” Educação Patrimonial com visitas monitoradas a igreja e as ruínas; **DPPC**
  - Saúde/Higiene/Sexo seguro/Sexualidade **Sec. Saúde**
  - Ambiental: Pensar globalmente, agir localmente **Sec. Meio Ambiente**
  - Plantando na Comunidade **Sec. Meio Ambiente**
  - Coleta seletiva/tratamento de óleo de cozinha **SANEAR**
  - A Comunidade vivendo em comunidade **Sec. de Habitação**
  - Conhecendo meu apartamento **DPPC e Engenheiro Gerente da obra**
  - Lúdica: Como morar no meu apartamento (Contratar arte educador)
    - Confecção de utensílios domésticos com materiais diversos; (Contratar)
    - Artes: Fotografia, pintura e grafiteagem (Contratar).

**OBS: Cada ação acima descrita será direcionada a sua Secretaria responsável.**

### **2ª ETAPA**

Nesta fase serão executadas as oficinas abaixo discriminadas de acordo com o cronograma previamente definido com as Secretarias e Parceiros envolvidos.

Plano de aplicação dos recursos financeiros (Planilha orçamentária):

PREVISÃO PARA OFICINAS QUE DEVERÃO SER CONTRATADAS				
DPPC				
AÇÃO / MATERIAL / PESSOAL	QUANTIDADE	DIAS	VALOR	TOTAL
Oficinas - encontros no apartamento do Habitacional do Pilar para "EDUCAÇÃO PATRIMONIAL". Período : 4 meses (120 dias)* Elaboração de material, organização e execução.	168 OFICINAS/ Duração de 50 min.	2ª 3ª 4ª 5ª 6ª 2 oficinas p/dia = 10 p/semana	(mês)	(4 meses)
Monitores	04	120 d	R\$800,00	R\$ 12.800,00
Arte Educador	01	120 d	R\$1.200,00	R\$4.800,00
Camisas com Impressão p/ monitoria	06	120 d	R\$18,00	R\$108,00
Etiqueta adesiva PIMACO 6180	01 cx c/ 3000 etiquetas		R\$45,90	R\$45,90
Piloto	1 cx c/6	--*--	R\$9,50	R\$9,50
Banner (90x1,20)	06	--*--	R\$90,00	R\$540,00
1 computador	01	90 d	Aluguel/Empréstimo	--*--
Data Show	01	90 d	Aluguel/Empréstimo	--*--
Cadeiras	25	90 d	Aluguel/Empréstimo	--*--
Água (Garrações)	50	--*--	R\$3,50	R\$175,00
Copos descartáveis	4 cx c/ 1500 un	--*--	R\$43,90	R\$175,60
		<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.210,80</b>	<b>R\$18.654,00</b>

BASE DE DADOS: 600 FAMÍLIAS X 4 = 2.400 PESSOAS / 15 PESSOAS (Conforme o previsto para o espaço do apartamento).

Maior = 44 oficinas, Junho = 40 oficinas, Julho = 40 oficinas e Agosto = 46 oficinas.

- **Grafitagem:** Uma atividade que será realizada nos tapumes das construções dos habitacionais. Buscando promover debates e experiências no que diz respeito aos temas fundamentais e presentes na vida da comunidade. A arte do grafiti será um interessante veículo de idéias nessa dinâmica, uma vez que tem uma profunda penetração no cotidiano da periferia recifense.

<b>EQUIPE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>R\$ (UNITÁRIO)</b>	<b>R\$ TOTAL</b>
FACILITADOR	1	1.200,00	1.200,00
<b>MATERIAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>R\$ (UNITÁRIO)</b>	<b>R\$ TOTAL</b>
LATAS DE SPRAY COLORIDO (COLORGIN ARTES)	70	12,00	840,00
TINTA LÁTEX	03	13,00	39,00
BISNAGAS PARA PIGMENTOS COLORIDOS	15	2,00	30,00
RESMA DE PAPEL OFÍCIO A4	01	11,00	11,00
ESTILETES	06	1,50	9,00
LÁPIS 6B	30	1,00	30,00
		TOTAL	2.159,00

**Obs.: A oficina de Grafitagem está orçada para 30 pessoas, sendo o valor total para execução de duas oficinas. Desenho e Pinturas: Desenvolver atividades com desenhos e pinturas com crianças da comunidade, objetivando perceber como essas crianças vêem a comunidade hoje e o que elas imaginam do futuro, finalizar a oficina com um mural dos desenhos elaborados durante a oficina.**

**FICHA TÉCNICA**

**Lorena Correia Veloso**

Diretora de Preservação do Patrimônio Cultural

**Conceição Fragôso**

Gerente de Documentação, Promoção e Educação Patrimonial **Maria Cristina Balbino**

Assistente de Serviços da Gerência de Documentação, Promoção e Educação Patrimonial

**ORÇAMENTO MENSAL:**

<b>EQUIPE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>R\$ (UNITÁRIO)</b>	<b>R\$ TOTAL</b>
MONITOR	1	1.200,00	1.200,00
<b>MATERIAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>R\$ (UNITÁRIO)</b>	<b>R\$ TOTAL</b>
PAPEL OFICIO A4	500	11,00	11,00
CARTOLINA	100	0,90	90,00
TINTA GUACHÊ ESTOJO C/6 CORES	20	8,00	160,00
PINCEL	20	1,90	38,00
LÁPIS DE COR CX C/12	20	2,50	50,00
LÁPIS GRAFITECX C/04	20	4,00	80,00
COLA	1,50	10	15,00
BORRACHA CX C/30	1	7,00	7,00
FITA ADESIVA	5	2,00	10,00
RÉGUA 30 CM	20	1,50	30,00
PAPEL TOALHAC/ 02	10	3,70	37,00
		TOTAL	1.828,00

**Obs.: A oficina de Desenho e Pintura está orçada no valor total para execução de uma oficina por dia, durante um mês.**

- **Fotografia:** Oficina de fotografia com as crianças para que elas possam mostrar o olhar de sua comunidade e seu entorno.

**ORÇAMENTO MENSAL:**

<b>EQUIPE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>R\$ (UNITÁRIO)</b>	<b>R\$ TOTAL</b>
MONITOR	1	1.200,00	1.200,00
<b>MATERIAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>R\$ (UNITÁRIO)</b>	<b>R\$ TOTAL</b>
MÁQUINA DESCARTAVEL	100	35,00	3.500,00
REVELAÇÃO 10X15	1000 (cópias)	0,55	2.160,00
PAINEL PARA EXPOSIÇÃO (área externa)	04 (2m x 10m)	1.400	5.600,00
		TOTAL	10.850,00

**Obs.: A oficina de Fotografia está orçada no valor total para execução de três oficinas por mês.**

**Oficina de Reciclagem – PET:** Tem como proposta, envolver os participantes na construção de utensílios domésticos com materiais diversos , contribuindo com o meio ambiente.

<b>EQUIPE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>R\$ (UNITÁRIO)</b>	<b>R\$ TOTAL</b>
FACILITADOR (40 HORAS)	1	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
AUXILIAR	2	R\$ 300,00	R\$ 600,00
<b>MATERIAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>R\$ (UNITÁRIO)</b>	<b>R\$ TOTAL</b>
Material de consumo (Papel madeira, lápis de cor e comum, caneta piloto, barbante, cola, tesoura, entre outros) – impressão de duas apostilas	X	R\$ 200,00	R\$ 200,00
		TOTAL	R\$ 3.300,00

## **ANEXOS 3**

PORTARIA Nº 385 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

O PREFEITO DO RECIFE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no Ofício nº 082/2011 - DPR da URB RECIFE, e considerando que:

O Programa de Requalificação e Inclusão Social da Comunidade do Pilar, no bairro do Recife está sendo executado pela PREFEITURA DO RECIFE

Este Programa exige uma articulação e interação integrada das Secretarias e demais órgãos públicos municipais envolvidos na execução do mesmo; R E S O L V E :

Art. 1º - Instituir um Grupo de Trabalho que irá coordenar o Programa de Requalificação Urbanística e Inclusão Social da Comunidade do Pilar.

Art. 2ª - O Grupo de Trabalho de que trata o Artigo anterior será coordenada URB RECIFE, tendo na Coordenação Geral a sua Presidente Débora Mendes Chaves; Nancy Nery na Coordenação de Planejamento e na Coordenação Operacional Normando Aladim de Araújo.

Art. 3º - Integrarão este Grupo de Trabalho um representante titular e na ausência deste, o seu suplente de cada secretaria ou órgão envolvido no Programa, sendo indicados para compor o referido Grupo de Trabalho os seguintes representantes:

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Titular - Vinicius José de Oliveira de Souza

Suplente - Jucineide de França Vilar Paes de Andrade

SECRETARIA DE TURISMO

Titular - Virginia Maria Marques de Souza

Suplente - José Juarez Silvano da Silva

SECRETARIA DE CIENCIA TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Titular - João Monteiro de Lima Filho

Suplente - Christiane Campelo Martins

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

Titular - Cláudio Fonseca Duarte

Suplente - Telma Lucena

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA CIDADÃ

Titular - Cacilda Medeiros

Suplente - Kylvia Martins Ramos

SECRETARIA DE CONTROLE E DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS

Titular - Taciana Maria Sotto Mayor Chagas

Suplente - Edilene Venâncio Carneiro

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Titular - Niedja Queiroz

Suplente - Katiusa Lopes

SECRETARIA DE CULTURA

Titular - Lorena Correia Veloso

Suplente - Conceição Eymard Fragoso de Araújo

SECRETARIA DE SAÚDE

Titular - Aexalgina de Aguiar Tavares Rocha

Suplente - Alcidésia Barbosa de Oliveira Medeiros

SECRETARIA DA JUVENTUDE

Titular - Gilberto Bezerra Lucena Borges

Suplente - Thiago Lima de Carvalho

EMPRESA DE MANUENÇÃO E CONTROLE URBANO - EMLURB

Titular - Jane Cristina G. Correia

Suplente - Katarina Carneiro do Nascimento

INSTITUTO DA CIDADE

Titular - Noé Sergio do Rego Barros

Suplente - Lucia de Andrade Siqueira

COORDENADORIA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Titular - José Augusto Matos de Miranda

Suplente - Maria do Carmo Holanda Cavalcanti

Art. 4º - O prazo de atuação do Grupo de Trabalho é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, caso se faça necessário.

Art. 5º - Os membros da Unidade Gestora, não serão remunerados a qualquer título.

## ANEXO 4

### ENTREVISTA AOS MORADORES DO PILAR

- **Idade:**
  - **Sexo:**
  - **Tempo que mora na comunidade**
  - **Atividade:**
  - **Renda:**
1. Você conhece o programa de requalificação urbanística e inclusão social da comunidade do Pilar – PRUISCP?  
( ) sim  
( ) não
  2. Como você conheceu o projeto?  
( ) pela imprensa - jornal, televisão , rádio  
( ) pela prefeitura  
( ) vizinho  
( ) a escola  
( ) outros
  3. O que existe no Protejo de requalificação do Pilar  
( ) Escola  
( ) Creche  
( ) Mercado  
( ) Posto de saúde  
( ) Apartamentos  
( ) ruas calçadas  
( ) Água,luz , esgoto  
( ) capacitações  
( ) Preservação do Patrimônio  
( ) todos  
( ) outros
  4. Você participa da implantação do Programa?  
( ) Sim  
( ) Não  
**Como?:**  
( ) vai as reuniões  
( ) trabalha na obra  
( ) é integrante da comissão de obra  
( ) outras formas
  5. Quais as suas expectativas quando o projeto estiver pronto  
( ) vai melhora  
( ) vai continuar do mesmo jeito

